



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA — UESB**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO — PPG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO — PPGEN**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**



**ANDRESSA LIMA DOS SANTOS**

**CIDADE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL CLÁUDIO  
MANUEL DA COSTA, EM VITÓRIA DA CONQUISTA, NA BAHIA**

Vitória da Conquista — BA

2023

**ANDRESSA LIMA DOS SANTOS**

**CIDADE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL CLÁUDIO  
MANUEL DA COSTA, EM VITÓRIA DA CONQUISTA, NA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEN/UESB) como requisito final para obtenção do título de mestre em Ensino.

Linha de Pesquisa: Ensino, Linguagens e Diversidade.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Mary Weinstein

Vitória da Conquista — BA

2023

S233c

Santos, Andressa Lima dos.

Cidade e educação: um estudo na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, em Vitória da Conquista, na Bahia . / Andressa Lima dos Santos, 2023. 107f. il.

Orientador (a): Dr<sup>a</sup>. Mary Weinstein.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação em Ensino – PPGEn, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referência F. 92 – 98.

1. Cidade - Cultura. 2. Educação patrimonial.. 3. Ensino fundamental - Educação básica. I. Weinstein, Mary. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Acadêmico em Ensino-PPGEn.

CDD 306.086

*Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890*

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



Governo do  
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Recredenciada pelo Decreto Estadual  
Nº 16.825, de 04.07.2016

PPGEn – Unidade Administrativa de Ensino | Universidade  
Estadual do Sudoeste da Bahia | Rua  
Adriano Lima, 2730-100

## ATA DE BANCA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos 14 dias do mês de setembro de 2023, às 14h00min, por meio de videoconferência via aplicativo Google Meet, instalou-se a Banca Examinadora para avaliação da dissertação intitulada “**Cidade e educação: um estudo na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, em Vitória da Conquista, Bahia**”, de autoria de **Andressa Lima dos Santos**, junto ao Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEn), como requisito para a obtenção do título de mestre em Ensino. A banca examinadora foi presidida pela professora Dr<sup>a</sup>. Mary Weinstein (UESB), orientadora da discente e contou com a participação das professoras Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima de Andrade Ferreira (UESB) e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alejandra Hernández Muñoz (UFBA) na condição de examinadoras. A sessão teve a duração de 2 horas e a banca examinadora emitiu o seguinte parecer:

Considerando a alta qualidade da dissertação, o seu ineditismo e a excelência da pesquisa realizada, recomenda-se para publicação.

A dissertação recebeu o conceito final: (X) Aprovado ( ) Aprovado com restrições ( ) Reprovado.

Proclamado o resultado, eu Mary Weinstein, presidente da banca, encerrei os trabalhos e lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos membros da banca e coordenação do PPGEn.

O discente terá o prazo regulamentar de 60 dias para entregar a versão final da dissertação na Secretaria do Programa.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mary Weinstein (UESB)  
Presidente da Banca Examinadora/Orientador

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8792/8686 | [ppgen@uesb.edu.br](mailto:ppgen@uesb.edu.br)

**Campus de Itapetinga**  
Praça de Primavera, 40  
Bairro Primavera  
CEP: 45.700-000  
FONE: (77) 3321-8600

**Campus de Jequié**  
Rua José Moreira Sobrinho, s/nº  
Bairro Jequié  
CEP: 45.200-000  
FONE: (77) 3528-9600

**Campus de Vitória da Conquista**  
Estrada do Bem-Querer, km 4  
Bairro Universitário  
CEP: 45.031-300  
FONE: (77) 3424-8600



Governo do Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Reconhecida pelo Decreto Estadual  
Nº 16.825, de 04.07.2016

PPGEn – Unidade de Pós-graduação em Engenharia de Alimentos  
Rua Manoel Dias de Oliveira, 1000 – Vila Universitária  
44061-900 – Vitória da Conquista, BA

ATA DE REALIZAÇÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

*Maria de Fátima*

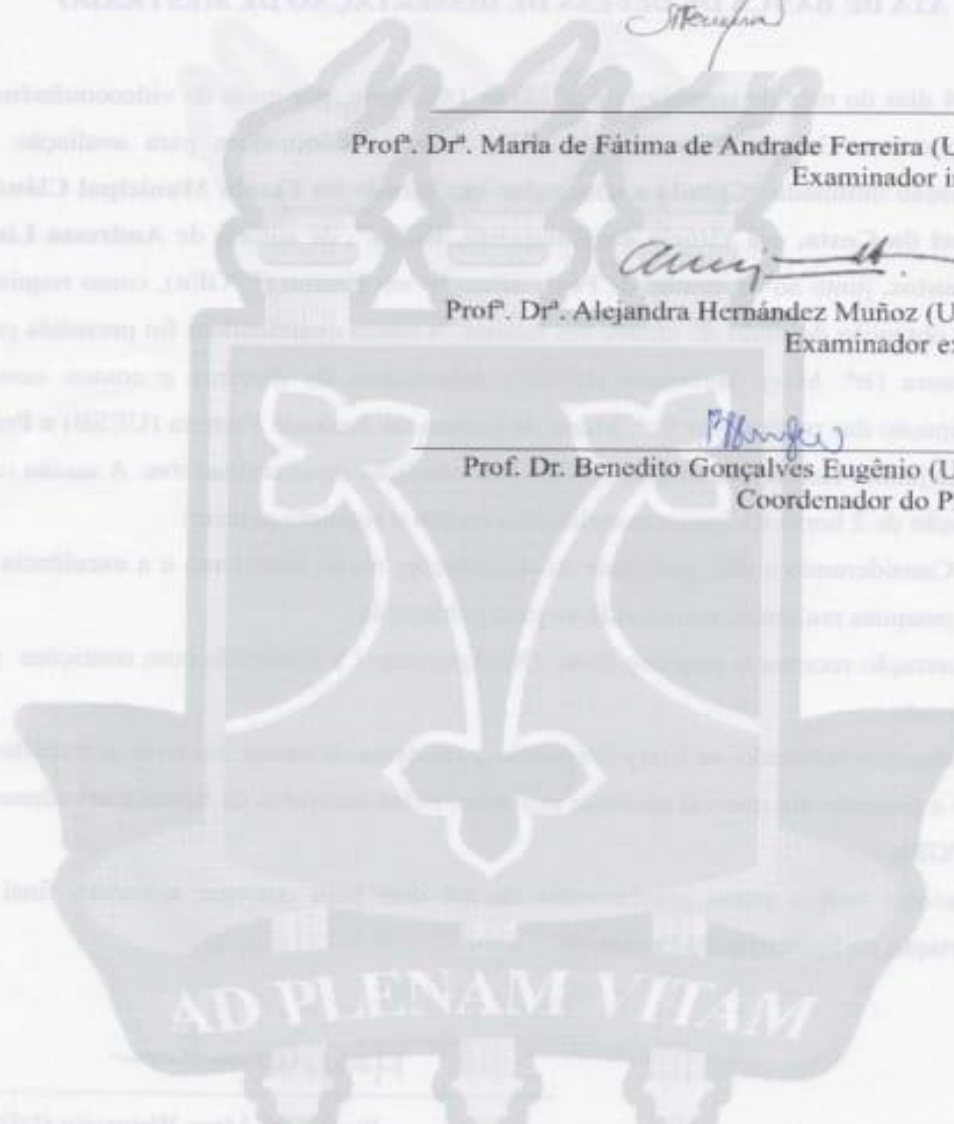
Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima de Andrade Ferreira (UESB)  
Examinador interno

*Alejandra Hernández Muñoz*

Prof.ª Dr.ª Alejandra Hernández Muñoz (UFBA)  
Examinador externo

*Benedito Gonçalves Eugênio*

Prof. Dr. Benedito Gonçalves Eugênio (UESB)  
Coordenador do PPGEn



Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8792/8686 | ppgen@uesb.edu.br

**Campus de Itapetinga**  
Praça da Pimenta, 40  
Laje do Pretinho  
CEP 45700-000  
FAX: (77) 328 - 8600

**Campus de Jequié**  
Rua José Moreira Sobrinho, s/n  
Bairro Jequecinha  
CEP 45200 - 000  
FAX: (77) 3528 - 9600

**Campus de Vitória da Conquista**  
Estrada do Bem Querer, km 4  
Bairro Universitário  
CEP: 45031 - 300  
FAX: (77) 3424 - 8600

*Dedico este trabalho a Deus, SEMPRE, e à minha  
mãe Olga, que sempre está comigo ao longo da  
minha trajetória.*

## AGRADECIMENTOS

Gratidão a **Deus** pela conquista do mestrado, pois, ao longo da minha trajetória e em vários momentos, ele me disse: “Neste mundo vocês terão aflições, mas tenham coragem; eu venci o mundo” (João 16:33).

Aos meus pais, sobretudo à minha mãe, **Olga**, que abdica dos seus sonhos para que eu possa realizar os meus, dedicando a sua vida a nossa família, com o maior amor possível.

Aos meus irmãos, **Dalmácia, Aracelha e Marcelo**, que são exemplos de profissionais e me ajudaram ao longo desse estudo. Aos meus sobrinhos, **Ítalo, Álef, Ane Elise, Tarcísio e Analu**, que têm muita paciência comigo. Eu os amo imensamente.

À minha orientadora, **Mary Weinstein**, que, desde o primeiro momento que enviei um *e-mail* falando sobre a pesquisa, sempre se mostrou disponível, uma profissional humana, sábia, que luta pelas causas do patrimônio cultural com maestria. Sem ela, não poderia chegar até aqui. Obrigada por acreditar em mim, mesmo com minhas limitações. Gratidão!

À **Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista** que, juntamente com a **UESB**, realizou o convênio para estimular a pesquisa científica na rede municipal de ensino. Também à Escola Municipal Carlos Santana, onde leciono, e à Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, lugar em que desenvolvi a pesquisa, minha imensa gratidão, assim como à sua Equipe Gestora, professores, funcionários e a todo o corpo discente, sentido do nosso labor diário.

À colega do mestrado **Katyuscia** que sempre me incentivou a não desistir, o seu amor pela arte encanta a todos! Às amigas, **Cida e Alcione** que me deram a base do estudo acadêmico, estando disponível sempre que necessitei, diante das minhas limitações. Minha eterna gratidão! Aos colegas da turma também agradeço, diante do nosso percurso acadêmico, mesmo de modo *on-line*, estávamos de mãos dadas!

À Coordenação, funcionários e professores do PPGEN/UESB por todo o aprendizado e acolhida.

Ao meu companheiro **Noadson**, pela paciência, e por sempre estar ao meu lado dando uma palavra de apoio, fazendo a caminhada ser mais leve, um presente de Deus na minha vida!

A todos vocês minha gratidão!

*“Para todo esforço há fruto...”*

*(Provérbio 14, 23a).*

**RESUMO**



O presente texto tem como finalidade analisar como é, no cotidiano, a relação dos alunos e professores — nos anos finais do ensino fundamental, da educação básica, da rede municipal de Vitória da Conquista/BA — com o patrimônio cultural na referida cidade. Trabalhamos na perspectiva da educação patrimonial, investigando como a escola se utiliza do seu entorno para falar sobre a cidade e sobre o seu patrimônio cultural, tão ameaçado na contemporaneidade. A principal indagação é como a cidade e o seu patrimônio cultural fazem parte do processo formativo de estudantes concluintes do ensino fundamental, na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa. Para tanto, os conceitos patrimônio, educação patrimonial e cultura contribuem com a possibilidade de utilização da própria cidade como um recurso pedagógico, capaz de estabelecer o diálogo em sua função de mediação no processo de ensino-aprendizagem. Consideramos que a educação patrimonial pode ser inserida no cotidiano escolar para construir uma conexão entre cidade, escola e comunidade, a fim de também produzir sentido. Pesquisamos acerca da presença do patrimônio cultural e dos recursos didáticos pedagógicos, em geral, utilizados na Unidade de ensino, como livros didáticos, também sobre como eles são mencionados em planos de cursos e Projeto Político Pedagógico. Além desses apontamentos, a pesquisa tem como conceito norteador o “dialogismo”, de Paulo Freire. Para isso, a abordagem adotada é qualitativa, de natureza descritiva interpretativa e exploratória. A coleta de dados foi feita por meio de formulários e questionários impressos. O *lócus* da pesquisa é a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, situada no Centro de Vitória da Conquista/BA, e os participantes são os alunos, professores e demais funcionários que estão presentes no cotidiano escolar. O estudo partiu das proposições de que os alunos desconhecem o patrimônio cultural da sua cidade, bem como a importância da sua preservação enquanto patrimônio material e imaterial da sociedade. Nesse sentido, constatamos que a escola, mesmo não sendo um patrimônio cultural identificado oficialmente pelos órgãos competentes, é reconhecido pela comunidade escolar. Além disso, a escola é o centro de vários dilemas educacionais, os quais são diluídos em meio a uma instituição que se esforça para formar e educar sem condições adequadas. Desse modo, instruir para a educação patrimonial crítica e dialógica, mesmo diante dos vários aparelhos culturais em seu entorno, sendo um deles a própria escola, ainda é uma ação que precisa ser realizada, de modo que essa temática se aproxime da comunidade. Concluímos que ainda falta, na formação desses jovens, o ensino de uma educação patrimonial responsável por construir uma consciência crítica que evidencie a importância da memória e da cultura enquanto elementos cruciais para a sociedade.

**Palavras-chave:** cidade; cultura; educação patrimonial.

## ABSTRACT

The purpose of this text is to analyze how, in everyday life, the relationship between students

and teachers in the final years of elementary school, basic education, the municipal network of Vitória da Conquista, with the cultural heritage in that city. We work from the perspective of heritage education, investigating how the school uses its surroundings to talk about the city and its cultural heritage, which is so threatened in contemporary times. The main question is how the city and its cultural heritage are part of the training process of students completing elementary school at the Cláudio Manuel da Costa Municipal School. To this end, the concepts of heritage, heritage education and culture contribute to the possibility of using the city itself as a pedagogical resource capable of establishing dialogue in its role of mediation in the teaching-learning process. We believe that heritage education can be inserted into everyday school life to build a connection between city, school and community, in order to also produce meaning. We researched the presence of cultural heritage and pedagogical didactic resources in general used in the teaching Unit, such as textbooks, and how they are mentioned in course plans and Pedagogical Political Project. In addition to these notes, the research has Paulo Freire's "dialogism" as its guiding concept. For this, the adopted approach is qualitative, of a descriptive, interpretative and exploratory nature. Data collection was performed using forms and printed questionnaires. The locus of the research is the Cláudio Manuel da Costa Municipal School, located in the center of Vitória da Conquista-BA, and the participants are students, teachers and other employees who are present in the school routine. The study started from the propositions that students are unaware of the cultural heritage of their city, as well as the importance of its preservation as material and immaterial heritage of society. In this sense, we found that the school, even though it is not a cultural heritage officially recognized by the competent bodies, is recognized by the school community and that it is also the center of several educational dilemmas. These are diluted in the midst of an institution that strives to form and educate without adequate conditions. In this way, instructing for critical and dialogical heritage education among the various cultural apparatuses in their surroundings, one of them being the school itself, still needs to be carried out, bringing this theme closer to the community, there is still a lack in the formation of these young people in the teaching of a heritage education responsible for building a critical awareness that highlights the importance of memory, culture as crucial for society.

**Keywords:** culture, heritage education, city.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 — Entrevistados distribuídos por bairros.....	72
Gráfico 2 — Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa enquanto patrimônio de Vitória da Conquista.....	73
Gráfico 3 — Cidade e preservação como memória e história da cidade.....	74
Gráfico 4 — Falas do professor sobre a história da escola .....	78
Gráfico 5 — Contribuição das aulas e atividades sobre patrimônio e cultura local para o aprendizado.....	78
Gráfico 6 — Importância das atividades culturais sobre patrimônio desenvolvidas na escola	79
Gráfico 7 — Percepções dos alunos sobre a importância do assunto .....	80
Gráfico 8 — Espaços considerados como patrimônio .....	81
Gráfico 9 — Tempo de atuação como funcionário nesta escola .....	82
Gráfico 10 — Relevância do patrimônio cultural .....	83
Gráfico 11 — Interesse dos alunos em participar dessas atividades .....	85
Gráfico 12 — Existência de alguma ação, projeto ou oficina que envolva a educação patrimonial na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa.....	85
Gráfico 13 — Menção ou contribuição dos recursos para o ensino e aprendizagem do patrimônio local.....	88
Gráfico 14 — Importância do patrimônio cultural para a formação dos alunos .....	90

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 — Planos de curso organizados de acordo com o patrimônio cultural .....	64
--	----

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 — Bens tombados .....	32
Figura 2 — Edificações ainda não tombadas .....	34
Figura 3 — Mapa dos bairros e da localização de escola em Vitória da Conquista-BA.....	36
Figura 4 — Localização dos espaços culturais próximos da escola.....	38
Figura 5 — Mapa de localização e fachada da escola.....	39
Figura 6 — Solar dos Fonseca.....	40
Figura 7 — Ofício da Casa da Cultura .....	41
Figura 8 — Restauração do Solar dos Fonseca .....	42
Figura 9 — Solar dos Fonseca.....	42
Figura 10 — Tiro de Guerra 06-006.....	43
Figura 11 — Tiro de Guerra 06-006.....	44
Figura 12 — Monumento em homenagem aos ex-pracinhas da Segunda Guerra Mundial.....	44
Figura 13 — Nova sede do Clube Social Conquista em 24 de julho de 1955.....	45
Figura 14 — Atividade do Jornal <i>Oficina de Notícias*</i> .....	46
Figura 15 — Vista aérea do Antigo Clube Social Conquista .....	47
Figura 16 — Tiro de Guerra* .....	48
Figura 17 — Registro da Lei nº 38/1964 que cria a escola Cláudio Manuel da Costa .....	49
Figura 18 — Tiro de Guerra do alto .....	50
Figura 19 — Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa.....	51
Figura 20 — Programa de pacificação da SMED (2022).....	52
Figura 21 — Pannel de Projetos na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa .....	53

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMCCM	Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa
FTD	Frère Théophane Durand
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e BaseS da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetro Curriculares Nacionais
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PPGEn	Programa de Pós Graduação em Ensino
PPP	Projeto Político Pedagógico
RPDDU	Relatório do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
SECULT	Secretaria Estadual de Cultura
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TG	Tiro de Guerra
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA E SUAS CONCEPÇÕES .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 O papel do patrimônio histórico-cultural na construção da memória .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 A cidade como um recurso pedagógico .....</b>	<b>25</b>
1.2.1 A cidade.....	26
1.2.2 A educação .....	28
<b>1.3 O lugar da nossa pesquisa: aspectos históricos, culturais e geográficos .....</b>	<b>30</b>
<b>1.4 O valor do patrimônio histórico e cultural da cidade de Vitória da Conquista .....</b>	<b>34</b>
1.4.1 Edificações.....	34
1.4.2 Monumentos .....	36
1.4.3 Culturas Populares.....	36
<b>1.5 O entorno da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa .....</b>	<b>36</b>
<b>1.6 Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa.....</b>	<b>47</b>
<b>2 EDUCAÇÃO E CULTURA LOCAL: DIMENSÕES PEDAGÓGICAS .....</b>	<b>55</b>
<b>2.1 Educação patrimonial e suas possibilidades .....</b>	<b>55</b>
<b>2.2 O patrimônio cultural na legislação da educação básica .....</b>	<b>57</b>
<b>2.3 Dimensões para uma prática dialógica.....</b>	<b>59</b>
2.3.1 O PPP e o patrimônio cultural .....	61
2.3.2 Os planos de curso e o patrimônio cultural .....	64
2.3.3 Os livros didáticos e o patrimônio cultural.....	66
<b>3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A ESCOLA MUNICIPAL CLÁUDIO MANUEL DA COSTA.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1 Pesquisa e abordagem metodológicas .....</b>	<b>69</b>
<b>3.2 A pesquisa.....</b>	<b>70</b>
<b>3.3 Análise e discussão.....</b>	<b>71</b>
3.3.1 Do aluno .....	71
3.3.2 Do professor .....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

Patrimônio e cultura são temas que devem ser incluídos na construção de uma escola básica que visa à formação crítica de sujeitos comprometidos com as futuras gerações. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996, em seu art. 26º, orienta que as instituições de ensino organizem seus currículos de modo que uma parte comum diversificada esteja relacionada às características regionais e locais da sociedade. Contudo, o mundo globalizado, com as demandas econômicas neoliberais, fortalece a indústria do entretenimento, muitas vezes, em detrimento da cultura local. Resistindo a essa lógica, a escola se constitui como um importante instrumento para a defesa, promoção e identificação de culturas, incluindo-se, aí, o patrimônio cultural presente no cotidiano do aluno.

O patrimônio cultural tem suscitado estudos, principalmente a partir do Decreto nº 3551/2000, que amplia a perspectiva da cultura, ao considerar aspectos referentes à cultura imaterial, uma vez que reconhecer os modos de fazer, as diversas manifestações culturais, os saberes, os conhecimentos populares reconhecidos e resguardados pela tutela jurídica, é fundamental para a preservação desses bens culturais. Portanto, essas mudanças, em função do referido decreto, fazem com que entendamos patrimônio como um conceito que assume vários sentidos, ao longo do tempo, dadas as ressignificações e acréscimos no tempo e no espaço.

Diante da importância do patrimônio cultural para a sociedade, a Constituição Federal de 1988 define

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas- culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Brasil, 1988, *on-line*).

Embora esteja ressaltado, na Constituição Federal Brasileira, o conjunto de elementos que compõem o patrimônio cultural de um povo, ainda há, nos dias atuais, ignorância por parte da população a respeito do que venha a ser o patrimônio e a sua relevância para a formação/constituição da história, da memória e do permanente processo de formação de um povo. Partindo dessa premissa, sobretudo, consciente do papel formador e transformador da



educação, acreditamos que a escola tem o compromisso de instruir os educandos sobre aspectos culturais em face do lugar onde ele esteja inserido. Ademais, o papel da escola é formar sujeitos críticos, capazes de identificar a importância da preservação e valorização do patrimônio cultural. Esses foram os motivos que suscitaram o interesse em pesquisar sobre o patrimônio cultural em uma escola da rede pública do ensino fundamental, anos finais, da cidade de Vitória da Conquista/BA.

Atuo, desde 2014, como docente da rede pública de Vitória da Conquista, na área de Artes, por isso, sempre houve questionamentos e necessidade de formações para professores dessa área, como forma de garantir sua atuação com maior qualidade, pois, o patrimônio cultural faz parte do conteúdo programático do ensino fundamental II e está dentro desse grande escopo, que é o ensino de Artes. Assim, trabalhamos com o patrimônio material e imaterial. Entretanto, é importante analisarmos a necessidade de valorizarmos o que essa temática nos possibilita, visto que precisamos repensar o modo como entendemos alguns conceitos como cultura, patrimônio, e, talvez, desconstruir outros, de forma dinâmica, relacionando-os com a cidade de Vitória da Conquista e o cotidiano dos discentes, tal como com as relações culturais que são construídas, historicamente, enaltecendo a cultura local, influenciando positivamente a escola e, conseqüentemente, a sociedade.

A presente pesquisa se propõe a investigar como alunos e professores dos anos finais do ensino fundamental compreendem/concebem patrimônio cultural e de que modo a prática docente viabiliza ações orientadas para um trabalho de conscientização e preservação do patrimônio cultural, uma vez que entendemos a arte e a cultura como fontes de conhecimentos.

A pergunta que norteia esta dissertação é: como a cidade e o seu patrimônio cultural fazem parte do processo formativo de estudantes dos anos finais do ensino fundamental? Para problematizar a questão e nos aprofundarmos sobre a vivência de estudantes e professores, teremos a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa como *corpus* empírico.

Além disso, os pressupostos que nos auxiliaram a dimensionar o tamanho do problema são:

a) Os alunos desconhecem o patrimônio cultural da sua cidade, bem como a importância da sua preservação do patrimônio material e imaterial da sociedade;

b) Falta à escola (professores/coordenadores/equipe gestora) um planejamento e preparação, concernente à efetivação do trabalho com a educação patrimonial, resultante do desconhecimento da relevância de práticas nesse âmbito, com visões demasiadamente restritas acerca do tema, que ainda parece se mostrar, em muitos aspectos, longe da articulação com os conteúdos escolares e com a vivência dos alunos.

Esta pesquisa investiga e analisa o cotidiano e a relação dos alunos e professores do ensino fundamental com o lugar em que vivem, cuja referência é o patrimônio cultural da cidade. Relacionamos patrimônio, cidade e educação patrimonial numa perspectiva dialógica, com o propósito de entender como a educação patrimonial é inserida ou se apresenta nos processos de ensino e de aprendizagem na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa. Ademais, buscamos perceber como alunos e professores vivem a escola, situada no centro da cidade, como se relacionam com ela, aproveitando-se de sua localização privilegiada para reconhecerem em que contexto se situam.

Acredito que a nossa proposta de pesquisa, incluída na linha de pesquisa Ensino, linguagens e diversidade, do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGen), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), ao abordar a perspectiva da educação patrimonial em uma das escolas públicas mais antigas de Vitória da Conquista, apresenta uma questão de pesquisa que precisa ser problematizada, dada a importância de uma educação/formação voltada para valores culturais referentes ao lugar onde a comunidade escolar está inserida e à cultura em geral. O debate referente ao patrimônio cultural, o seu reconhecimento e preservação são imprescindíveis na formação do aluno, pois, isso pode contribuir para o fomento de políticas públicas que valorizem a cidade, inclusive, com a utilização do patrimônio como um recurso pedagógico de reconhecimento do sujeito na comunidade escolar e na sociedade.

Desta forma, a pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, são discutidos os conceitos patrimônio, educação patrimonial, cultura na escola, bem como os demais recursos que contribuem para a possível utilização da cidade como um recurso pedagógico cultural, em que o conceito de diálogo exerce função de mediação nessa relação. Para nos orientarmos nos estudos sobre patrimônio, são utilizadas as contribuições de Funari e Pelegrini (2009), Fonseca (2005), Choay (2014) e Weinstein (2018), também, documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), legislação nacional, estadual e municipal. No campo da cultura, o principal referencial é Canclini (2006), já sobre memória, trabalhamos com Nora (1993) e Le Goff (1990). Para unir todos esses pontos, trilhando o caminho da educação, temos como suporte o diálogo proposto por Freire (1967; 1987; 1996; 2001).

No segundo capítulo, apresentamos considerações sobre de como a educação patrimonial pode ser inserida nos processos de ensino e aprendizagem, para construir uma conexão entre cidade, escola e comunidade, com isso, produzir sentido. Foi feita uma análise sobre a presença do patrimônio cultural situado no universo dos recursos didáticos pedagógicos utilizados na Unidade de ensino. Buscamos nos apoiar em teóricos como Horta Grunberg e

Monteiro (1999), Scifoni (2017), Florêncio (2014) e Franco (2019).

No terceiro capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos e os critérios adotados nesta pesquisa sobre o local, os grupos investigados, o tipo de pesquisa, as metodologias adequadas à coleta e a apresentação das análises dos dados a respeito de como alunos e professores vivem a escola, situada no centro da cidade, e como se relacionam com ela, aproveitando-se de sua localização para reconhecerem em que contexto se situam. Assim, descrevemos o percurso da pesquisa empírica demonstrando os participantes da pesquisa, tal como os dados coletados para chegarmos ao entendimento e às concepções sobre patrimônio, cultura, escola e possíveis aproximações com a cidade. Sendo a história dinâmica e construída pelo cotidiano (Freitas; Cassani, 2020) e esta escola construída pela presença de cada sujeito que a frequenta diariamente, com suas realidades singulares, muito ainda deverá ser acrescentado a este estudo, principalmente porque a história é contínua.

## **1 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA E SUAS CONCEPÇÕES**

Neste capítulo, abordaremos alguns conceitos essenciais para entendermos a educação patrimonial como memória, cultura e patrimônio. No processo formativo de sujeitos que frequentam uma escola, trabalhar de forma dialógica, reconhecendo o patrimônio cultural da sua cidade, é fundamental. A reflexão realizada nos levará a observar que a cidade também pode ser um recurso pedagógico a disposição de todos.

### **1.1 O papel do patrimônio histórico-cultural na construção da memória**

Em 8 de janeiro de 2023, assistimos estarecidos manifestantes invadirem prédios públicos, na capital Brasília, os quais depredaram obras pertencentes à cultura nacional, mesmo que a própria capital esteja inclusa como Patrimônio da Humanidade, desde 1987. Tal ação mobilizou instituições que se sensibilizaram e ofereceram apoio para recuperarem o que foi destruído, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (ONU NEWS-2023). Constatamos a necessidade de ser trabalhada na sociedade a educação patrimonial, sobretudo nas escolas, por ser um espaço formativo.

Em nosso cotidiano, Choay (2014) comenta que, quando utilizamos a palavra “patrimônio”, remetemos a algo que é importante, passado de geração em geração, um legado que deve ser perpetuado. Assim, elencamos elementos materiais que possuem um valor financeiro, como carro, casa, fazenda, etc.; ou de valor afetivo, como objetos, brincadeiras, algo que alude à infância, à família, isto é, de cunho individual. Contudo, quando a referência é coletiva, temos dificuldade em identificar, uma vez que esse conceito é complexo, por abranger diversos grupos, com opiniões, modos, idades e saberes diferentes que possuem e elegem o patrimônio de acordo com o interesse que o representa, por isso, o termo assume diferentes entendimentos, de acordo com o tempo e local instituído.

Nesse contexto, Funari e Pelegrini (2009) nos ajudam a entender a origem da palavra “patrimônio”, ao explanarem que ela tem origem latina e associa-se à paternidade, à herança familiar passada de pai para filho. Na sociedade romana, tudo que pertencia ao pai de família era um patrimônio, a exemplo dos bens materiais, escravos, mulher, filhos, ou seja, “[...] o patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia” (Funari; Pelegrini, 2009, p. 11). Segundo o autor, na Idade Média, a religiosidade contribuiu para agregar o caráter coletivo do patrimônio e, de forma gradativa, as mudanças ocorridas na sociedade transformaram a mentalidade do ser humano, já que, no Renascimento, houve uma busca dos vestígios do

passado. “Alguns estudiosos enfatizam que o patrimônio moderno deriva, de uma maneira ou de outra, do Antiquariado que, aliás, nunca deixou de existir e continua até hoje” (Funari; Pelegrini, 2009, p. 13).

Logo, a noção do que, até então, era compreendido como patrimônio vai rompendo os laços patriarcais e individuais para assumir novos ares, como a ideia de pertencimento a uma nação, o que se desdobra em uma apreciação mais densa sobre os bens que eram preservados, elevando-os à condição de bem (de interesse) público.

Ao tratar da França Revolucionária, Choay (2014) comenta que, inicialmente, os monumentos eram tratados como elementos do poder absolutista e clerical, por isso, parte deles foi depredada e destruída. Entretanto, posteriormente, os bens culturais alcançam a posição de símbolos da nacionalidade francesa, apresentando dimensões sociais, de modo que o “objetivo era proteger os monumentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura” passando a abarcar, também, os bens de importância histórica para a nação (Funari; Pelegrini, 2009, p. 19).

Nessa lógica, Choay (2014) trabalha com a representação patrimonial, por isso, é um importante referencial teórico para estudos sobre patrimônio, uma vez que a autora enfatiza a necessidade de questionar a sociedade e debater em relação a essa temática. A autora trabalha com a prática patrimonial em função dos conceitos de monumento e de monumento histórico. “Monumento - é original do termo em latim monumentum, ele próprio derivado de monere (advertir, recordar) o que interpela a memória” (Choay, 2014, p. 17). Logo, reverbera a memória viva, associada à origem daquela comunidade “ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (Choay, 2014, p.17). Assim, esse monumento é um provocador da memória acionando a afetividade. No entanto,

[...] esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (Choay, 2014, p. 18).

Choay (2014) explica que a consagração do monumento histórico vai de 1820 até 1964. A última data se refere à carta de Veneza<sup>1</sup> que marca a retomada de pesquisas referentes à proteção dos monumentos históricos. Nesse percurso, Pelegrini (2009), destaca o uso de instrumentos oficiais para salvaguardar o patrimônio, como o *classement*, “[...] norma que

---

<sup>1</sup> Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Conferir em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf/>

impedia a mutilação ou destruição dos monumentos nacionais franceses. A partir de então, essa prática difundiu-se entre alguns países ocidentais que adotaram suas legislações específicas” (Pelegrini, 2009, p. 20). Diante disso, houve uma mobilização de historiadores, arquitetos e políticos interessados em promover “congressos internacionais que buscavam soluções para o impasse do crescimento urbano, da qualidade de vida nas cidades e inclusive da necessidade da preservação” em instâncias institucionais e humanitárias (Pelegrini, 2009, p. 20).

Esse trajeto contribuiu, segundo a autora, para a criação das Cartas Patrimoniais que cumprem a função de orientar quanto às práticas de preservação. Segundo Funari e Pelegrini (2009), a ideia nacionalista só é ampliada sob o olhar da diversidade de mediar as relações internacionais, considerando o patrimônio com abrangência mundial com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), após o fim da Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, foi organizada, em 1972, a Primeira Conferência da UNESCO<sup>2</sup> que instituiu o Patrimônio da Humanidade de posse de todos os povos, o que deu sustentação para a defesa da restauração, preservação e adoção de normas internacionais de proteção (Funari; Pelegrini, 2009, p. 33).

Fonseca (2005) formula reflexões sobre o caminho percorrido das políticas públicas no país como um processo que reforça a identificação coletiva, a educação e a formação do indivíduo. A autora comenta que, desde os anos 1930, havia o desejo, do ponto de vista político, para salvar os vestígios do passado da Nação como “compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais” (Fonseca, 2005, p. 105). Com isso, na Constituinte de 1937 foi submetido o estatuto da propriedade privada ao interesse coletivo, culminando no Decreto-Lei nº 25/1937, conhecido como “Lei do Tombamento” que está em vigor até a atualidade. Foi criado, também, na gestão do Ministro da Educação Gustavo Capanema, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), responsável por proteger as obras de arte e a história do país. Daí, a importância do movimento Modernista nesse período, uma vez que intelectuais como Mário de Andrade, comprometidos com a cultura nacional, ajudaram na elaboração de documentos normativos, assumindo a função de “mediadores entre o Estado e a sociedade, entre a cultura e o povo” (Fonseca, 2005, p. 121).

Nesse sentido, há o entendimento de que o campo do patrimônio implica em atribuir significados a determinados bens. Assim, está envolto em concepções que mudam com o tempo

---

<sup>2</sup> Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Conferir em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2023.

e que são estabelecidas pelos valores da sociedade, associando-se com conceitos de identidade, memória, nacionalidade, modernidade e arquitetura, a exemplo do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, antes falado, que foi promulgado no governo de Getúlio Vargas, o qual organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional como um ordenamento jurídico essencial para a preservação do patrimônio brasileiro.

Fonseca (2005) identifica, entre os anos 1970 e 1980, que há um desejo de renovação diante do contexto de crise do regime militar, no Brasil. Os intelectuais se propuseram a reorientar a política federal de preservação “no sentido de ampliar a noção de patrimônio e de estimular a participação social, propondo uma relação de colaboração entre o Estado e a sociedade” (Fonseca, 2005, p. 25). Tal medida estimulou o entendimento de que o patrimônio cultural envolve a todos, desde organismos internacionais até as comunidades locais. Nesse período, houve, também, a “elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo os caminhos efetivos para a descentralização” (Fonseca, 2005, p. 143).

A partir dos anos 1980, como resultado da Primeira Convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural, no ano de 1972, houve uma maior amplitude do termo para dimensões culturais. Funari e Pelegrini (2009) debatem sobre essa conjuntura no Brasil, assim como sobre a importância que os movimentos sociais tiveram na ampliação e na alteração das estruturas de poder, uma vez que os lugares tradicionais se aproximaram do conceito antropológico de cultura, já que “na relação entre cultura e cidadania”, a comunidade também está apta a guardar o seu patrimônio (Fonseca, 2005, p. 172).

A Constituição de 1988 torna o patrimônio cultural mais dinâmico e popular, visto que traz para a cena a imaterialidade, implementada no Decreto nº 3551/2000, que foi uma conquista para os diversos segmentos sociais e culturais da sociedade brasileira. “Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país” (Fonseca, 2005, p. 55).

Fonseca (2005) discorre que “a ideia de patrimônio está, portanto, na confluência desses dois processos: o de demandas da sociedade e o da iniciativa do Estado” (Fonseca, 2005, p. 214). Assim, a atuação dos órgãos federais não necessita “[...] ser necessariamente extensivas e abrangentes, na medida em que já existem órgãos locais para esse fim, mas devem servir para explorar novas possibilidades na linha da ideia de cidadania cultural” (Fonseca, 2005, p. 222). Dessa forma, o patrimônio é um campo de constantes debates e conflitos, por isso, é fundamental o entendimento sobre o conceito de cultura, que está diretamente conectado a ele.

Quanto ao termo cultura (*colere*), que em latim significa cuidar, cultivar e crescer, ao longo da história, abrange entendimentos distintos, desde forma de organização social das

comunidades, tradições literárias, padrões da estética elitista, até modos de viver do povo. O antropólogo Canclini (2006) cria a ideia de hibridismo cultural, compreendendo a cultura como um processo em constante transformação, com mobilidade e ação e que deve ser respeitada. O referido autor entende “[...] por hibridização processos socioculturais nas quais estruturas ou práticas discretas, que existem de formas separadas se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (Canclini, 2006, p. 19). Elaborando ainda mais essa definição, Canclini (1994) acrescenta que patrimônio cultural é o que:

um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos - não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modo de usar os bens e os espaços físicos (Canclini, 1994, p. 99).

Nessa mesma linha de pensamento, Chauí (2006) utiliza a cultura como eixo central para entendermos o patrimônio histórico-cultural, dessa forma, ela acredita que a família, a política, as festas, os jogos, as ciências, “as relações amorosas, as diferenças sexuais e étnicas, tudo isso constitui a cultura, como invenção da relação com o outro” (Chauí, 2006, p. 114).

Choay (2014) ressalta que, quando se fala em patrimônio, é importante a reflexão sobre história, memória e identidade, uma vez que as três condições são inter-relacionadas. A autora afirma que essa “expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado” (Choay, 2014, p. 11). Como exemplo disso, temos as obras de arte, os trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.

Canclini (1994) também reforça essa temática quando promove um importante debate a respeito da relação do patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional, o que contribui para repensá-los diante dos atuais processos de mudança e de desenvolvimento urbano. Diante disso, aponta que “torna-se, portanto, prioritária a adoção de políticas para a preservação e difusão dos acervos literários, musicais, fílmicos e de vídeo como representações da vida social e da memória histórica” (Canclini, 1994, p. 100).

Quanto à vida contemporânea, Choay (2014, p. 241) afirma:

O condicionamento sofrido pelo patrimônio urbano histórico tendo visto o seu consumo cultural, bem como a sua disputa pelo mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e com elas, as suas atividades tradicionais e modestamente quotidianas. Criou-se um mercado internacional dos centros e dos bairros antigos.



Choay (2014, p. 246) cita que o lado perverso da industrialização frustra o grande público que almeja valorizar a arte, do ponto de vista artístico e histórico, de modo que fica explícito o interesse financeiro nesse conflito. Assim, a memória é fundamental para a constituição do patrimônio e possibilita que este seja um campo de reflexão dinâmico, inacabado e parte da formação da coletividade e dos sujeitos. Ela torna-se um elemento importante para o desenvolvimento da presente pesquisa, uma vez que a memória da comunidade escolar sobre o patrimônio da cidade afeta os processos de ensino e aprendizagem, assim, a educação patrimonial atua como um elo entre a escola e o patrimônio.

Halbwachs (1990) aponta que a memória coletiva, por ser social, fornece dados para as memórias individuais, por isso, ambas estão conectadas dentro de um tempo, espaço e linguagem, envoltos no contexto em que estão inseridas. Dessa forma, o autor afirma que são buscados, no passado, fatos que de alguma forma se relacionam com o presente, tais fatos são pretexto para o diálogo nas escolas, já que elas são espaço de encontro entre distintas culturas.

Cabe destacar, que o autor valoriza as memórias coletivas que se apresentam ocultas por meio da participação coletiva, assim, enaltece também a cultura do aluno, logo, algo relevante para o ambiente escolar. Fonseca (2005) discorre que foi necessário o patrimônio se converter “[...] em categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada, e adquirisse o sentido de herança coletiva especificamente cultural” (Fonseca, 2005, p. 55). Por seu turno, Halbwachs (1990, p. 51) afirma “[...] voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

Promover, nas cidades, o diálogo entre o velho e o novo é fundamental. Funari e Pelegrini (2009, p. 55) acrescentam que o esforço articulado com “à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país”. Assim, o espaço público, como um lugar de memória, torna-se uma fonte importante para a realização de estudos, pois nesses ambientes as situações vivenciadas perpassam o tempo.

[...] A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...] (Nora, 1993, p. 9).

Le Goff (1990, p. 410) pontua que a memória possui valor, sobretudo para a construção individual ou coletiva do indivíduo, ao afirmar que:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em via de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Por certo, investigar a relação da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa com o centro da cidade, também é um aspecto que Jeudy (1990) pode nos ajudar a compreender, uma vez que o autor vê “o centro da cidade como um meio que veicula a memória coletiva” (Jeudy, 1990, p. 109). Assim, este é um espaço de trocas sociais, de comércio, de multiculturalismos e de conhecimento.

Weinstein (2018) cita em seu estudo *Cidade e Cultura: uma questão formativa*, desenvolvido pelo projeto de extensão *Jornalismo, Cidade e Patrimônio Cultural*, sobre como um olhar mais próximo pode impulsionar jovens estudantes de jornalismo a terem uma visão crítica sobre a cidade de Vitória da Conquista. Para tanto, observa as transformações e o cuidado para a preservação do patrimônio, sobretudo, com o seu centro e sua relação com os muitos espaços e edificações, que estão dando lugar a lava-jatos, dentre outros empreendimentos imobiliários. Portanto, esta é uma proposta interessante a ser também aplicada com estudantes do Ensino Fundamental.

Esta pesquisa não esgotará a discussão, especialmente pelo fato de o patrimônio cultural ser um campo de constantes batalhas e interesses, uma vez que investigar as cidades e o seu valor cultural, traz à tona a memória como um elemento primordial desse estudo. Assim, “a memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 1990, p. 478). Por reproduzir os diversos tempos históricos, o patrimônio torna-se também local de escolhas e conflitos. Diante disso, vamos compreender a cidade e como ela pode se relacionar com a escola, para termos um melhor entendimento sobre essa questão.

## **1.2 A cidade como um recurso pedagógico**

A Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, *lócus* deste estudo, é uma das escolas mais antigas do município de Vitória da Conquista. Fernandes (2013) comenta que “a sua criação data de 1964, e durante quase trinta anos, funcionou no mesmo espaço físico do Tiro de

Guerra 06-006<sup>3</sup>. A escola fazia parte de uma área, cujo terreno fora doado pela Prefeitura Municipal para construção do Tiro de Guerra (TG)” (Fernandes, 2013, p. 107). O historiador ressalta que mesmo com a mudança do espaço físico e do nome da instituição, na memória do povo permanece a associação com o Tiro de Guerra. “A escola permaneceu por muito tempo na memória da comunidade como a “Escola do Tiro de Guerra”, mesmo após ter recebido o nome de “Cláudio Manuel da Costa” em 1970, e ter se mudado para outro espaço físico, no ano de 1994, vizinho ao TG 06-006” (Fernandes, 2013, p. 107, grifos do autor).

### 1.2.1 A cidade

Torna-se fundamental compreendermos a cidade e como ela pode ser utilizada como um recurso pedagógico. Por ela ser um espaço geográfico, passível de constantes mudanças e transformações resultantes da ação humana, é um desafio pensarmos sobre essa possibilidade de sua utilização como um recurso pedagógico nas salas de aula, isto é, como um elemento provocador de reflexões e aprendizagens, formador de indivíduos críticos para viverem na sociedade.

Debruçando-nos sobre abordagens que investigam como tem sido a relação da escola com o patrimônio cultural, observamos que congregam a afetividade, visto que os processos históricos marcaram e ainda estão presentes na memória e na história do povo que, por sua vez, tem a necessidade de reconhecer-se como agente participante dessa história. Com isso, a cidade, como esclarece Scifoni (2017), é uma possibilidade para uma nova pedagogia do patrimônio. Pela ausência de tombamentos em algumas cidades, é importante que seja trabalhada a visão do patrimônio comunitário e não oficial, com o ambiente de fato utilizado pelas pessoas, em função das experiências pessoais e coletivas.

Desta forma, é essencial pensar se os participantes reconhecem a cidade e a própria escola como um lugar também de memória. Por meio do aporte teórico de Nora (1993), entendemos que os lugares de memória são constituídos de experiências, saberes,

---

<sup>3</sup> “Os Tiros de Guerra (TG) são uma experiência bem sucedida entre o Exército Brasileiro e a Sociedade Brasileira, representados pelo poder público municipal e pelos milhares de cidadãos brasileiros que ingressam nas fileiras do Exército anualmente. Essa parceria perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e na formação do povo brasileiro há mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade na qual está inserido” (Tiro [...], 2023, *on-line*). Conforme Ferreira (2012), “Em conversa com o Capitão Ubaldino Damasceno Figueiredo, um dos antigos chefes do TG, fomos informadas de que, até o ano de 1980, o tiro de Guerra recebia a designação numérica 06-120, referente à sexta Região Militar da qual fazem parte os Estados da Bahia e de Sergipe (06), como uma das Doze Regiões Militares do Exército Brasileiro (120). A partir desse período, a referida designação passou a ser a seguinte: 06-006, que refere-se à 6ª Região Militar e ao sexto Tiro de Guerra criado na Bahia [...]”.

conhecimentos que são dinâmicos e propícios a interferências. Contudo, para que a escola seja um lugar de memória, Nora (1993) destaca que é necessário que ela se constitua como um lugar material, simbólico e funcional, simultaneamente.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um local de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual [...] os três aspectos coexistem sempre (Nora, 1993, p. 21).

A cidade, principalmente o seu centro, torna-se fonte de conhecimento, assim, aproveitar os recursos sociais, culturais, materiais e os conhecimentos iniciais de diversas pessoas de várias faixas etárias, que frequentam ou frequentaram o seu centro, para realizar um estudo, torna-se um momento de reflexão e construção de relações com a cultura, a educação e a cidade. Nessa experiência, o foco da ação centra-se num educar para a formação cidadã e na democratização e ampliação do acesso ao patrimônio cultural da cidade “esse patrimônio que cada um de nós constrói todo dia com nossas crenças, nossos saberes, nossos costumes, nossa riqueza, nossa expressão no tempo e no espaço, no território que ocupamos e com o qual aprendemos” (Goulart, 2008, p. 28).

Vitória da Conquista não tem o título de cidade educadora<sup>4</sup>, mas possui locais como museus, ruas, escolas, casarões, praças, monumentos que são importantes para a sua história e que fazem parte do cotidiano, e da cultura das pessoas. Dar visibilidade e reconhecimento a esses ambientes é fundamental para o processo formativo de crianças, jovens e adultos. Freire (2001, p. 13) afirma que “[...] a cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar que todos nós, mulheres e homens, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes”. Daí, a necessidade de nos apropriarmos dela conhecendo e acompanhando suas transformações, respeitando a diversidade de culturas que ela agrega, fonte de conhecimento e intervenção visando ao bem comum.

---

<sup>4</sup> Cidades Educadoras iniciou-se como um movimento, em 1990, com base no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona. A carta é, ainda hoje, o referencial mais importante da Associação Internacional de Cidades Educadoras, que reúne mais de 450 cidades em 40 países do globo. O movimento compreende a educação como um elemento norteador das políticas da cidade e o processo educativo como um processo **permanente e integrador** que deve ser garantido a todos, em condições de **igualdade**, e que pode e deve ser potencializado pela valorização da diversidade intrínseca à vida na cidade e pela intencionalidade educativa dos diferentes aspectos da sua organização: do planejamento urbano, da participação, do processo decisório, da ocupação dos espaços e equipamentos públicos, do meio ambiente, das ofertas culturais, recreativas e tecnológicas. (Cidade, 2016, *on-line*).

### 1.2.2 A educação

A educação é um processo constante no qual o diálogo é a base permanente da construção coletiva de troca de experiências na sociedade. Contudo, na atual conjuntura, muitas escolas não valorizam em seu currículo e nos processos avaliativos o conhecimento prévio dos alunos, de modo que o rigor torna-se desmotivador para a construção de saberes sólidos, assim como do conhecimento de mundo deles. Abordar e aproximar a escola e a cidade contribui para a conscientização e politização dos educandos. Essa leitura de mundo fomenta também a noção de coletividade para a construção de uma sociedade mais humana e justa.

Goulart (2008) comenta em *Centro SP: uma sala de aula* que a experiência teve como objetivo requalificar a cidade de São Paulo por meio do centro histórico, que é o coração da cidade (Goulart, 2008, p.32). Essa experiência também serve de exemplo para Vitória da Conquista, que mesmo sendo um município de médio porte, não possibilita aos estudantes essa aproximação, sobretudo na realidade da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa que é localizada em meio a vários pontos culturais do município e no centro da cidade. A escola está situada em um casarão de importância histórica e arquitetônica, território onde a comunidade escolar ocupa e ao mesmo tempo aprende. Para Goulart (2008, p. 69),

Fazer da cidade uma sala de aula não é levar a lousa e o giz para o meio da praça e escolarizar a cidade. Nada disso! Mas, sim, compreender que o processo educativo acontece como ação permanente na vida de cada um, que a gente aprende e ensina o tempo todo, em todos os lugares, e que toda pessoa e toda relação têm potencialidade pedagógica.

Esse exemplo nos faz compreender que a cidade é um texto a ser lido, no qual cabe a escola e a ampliação diante das diversas linguagens e possibilidades que ela nos apresenta. Freire (2001) enfatiza, ao longo do seu legado, a necessidade de interirmos no mundo para a sua transformação, dessa forma, participar da cidade é um desses caminhos, uma vez que a partir do momento em que conhecemos, refletimos e atuamos no território em que vivemos, teremos uma postura crítica e cidadã. Como a cidade se transforma, podemos também considerá-la um palimpsesto, porque a reescrevemos.

A dinâmica escolar favorece à construção do conhecimento tanto pela contribuição coletiva quanto pela junção de vários olhares. Essa realidade se enriquece quando o professor constrói, com os educandos, mediante suas vivências do lugar comum e de forma dialógica, a interação.

Um aspecto relevante a salientar, segundo Gómez-Granel e Vila (2003), diz respeito à

utilização dos valores educativos, que precisam estar presentes na construção de um projeto educativo de cidade que contemple a sua própria manutenção. Por ser um lugar onde as pessoas se relacionam, convivem, aprendem, participam da vida política, social e econômica, também, onde exercem os seus direitos e deveres.

Em razão disso, torna-se importante observar que, com o crescente número de informações próprias da globalização, surgem novos paradigmas. Com isso, o diálogo é um elemento balizador entre os interesses individuais e coletivos, por isso, “o que precisamos fazer é capacitar as pessoas para que saibam buscar, selecionar, classificar e organizar a informação relevante e transformá-la em conhecimento”(GÓMEZ-GRANNEL; VILA, 2003, p. 20). Assim, o professor deverá ter a sabedoria de tornar-se um mediador. Nesse processo, “ele terá de ensinar os critérios e os valores para aprender e para construir conhecimento” (Gómez-Grannel; Vila, 2003, p. 20). É necessário pensar e agir com sensibilidade, apresentando uma cidade para todos, um local onde aprendemos a viver com o diferente, espaço de luta, resistência e criatividade. Toda essa circunstância possibilita construirmos um ensino crítico, que seja uma alternativa à globalização, a qual é perversa, na visão de Santos (2005).

Com o mundo globalizado, conectado por redes<sup>5</sup> que exercem poder sobre os indivíduos, torna-se importante desenvolvermos estudos que busquem, por meio do reconhecimento do local, o pertencimento e a memória dos sujeitos. Para compreendermos a cidade localizada no espaço geográfico chamado Vitória da Conquista, recorreremos a Santos (1988), que descreve a paisagem como algo estático, e o espaço como algo dinâmico, envolto nas relações sociais construídas no cotidiano.

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem (Santos, 1988, p. 25).

Dessa forma, para a compreensão desse estudo, utilizamos o conceito de espaço conforme a concepção de Santos (2006, p. 250), segundo a qual o espaço é “objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”, isto é, o espaço onde está localizada a Escola Cláudio Manuel da Costa. Nesse processo, que pressupõe movimento, cada indivíduo tem as suas marcas históricas do lugar onde vive.

---

<sup>5</sup> “As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (Santos, 2006, p. 182).

A escolha por espaços e locais não são aleatórias. Acerca disso, Santos (2005, p. 58) discorre que

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns.

Torna-se um desafio fazer com que jovens reflitam sobre o seu arredor, por isso, é indispensável provocar a escola a construir, por intermédio desse tema, uma aprendizagem significativa de cunho singular e coletivo. Por fazer parte do processo formativo dos jovens educandos, a escola contribui para a superação do senso comum, uma vez que dá vez e voz aos sujeitos. Daí a importância de falar da cidade como um recurso pedagógico, por meio da apresentação de aspectos históricos, geográficos e culturais de Vitória da Conquista e sobre o entorno da Escola.

### **1.3 O lugar da nossa pesquisa: aspectos históricos, culturais e geográficos**

A origem do município de Vitória da Conquista, segundo Sousa (2001), advém do processo de expansão da colonização portuguesa, no século XVIII, em busca de metais preciosos e pedras, após o declínio da produção na região de Rio de Contas. Essa região, chamada Sertão da Ressaca, era habitada pelos povos indígenas Ymboré, Pataxó e Mongoyó que foram dizimados pelos colonizadores. Com o passar dos anos, Sousa (2001) comenta que a fixação do homem nessas terras deve-se à criação da pecuária, atividade econômica preponderante para o desenvolvimento dos primeiros povoados, com isso, “[...] As mudanças, ainda que vagarosas, deram novos contornos ao arraial, vila e depois cidade de Vitória da Conquista” (Sousa, 2001, p. 196).

Atualmente, Vitória da Conquista é uma das cidades que mais se desenvolve no Sudoeste da Bahia, a 509 km de Salvador. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), tem 370.868 habitantes. O município apresenta vegetação de Caatinga e Mata Atlântica, e clima tropical, amenizado por sua altitude. Quanto à economia, segundo o *site* da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (2023), possui a 6ª maior economia da Bahia, destacando-se no setor de serviços, pois, possui um centro “vivo e dinâmico” e os serviços da área de educação e saúde muito contribuem para esse desenvolvimento (Weinstein,

2016, p. 5).

Quanto aos aspectos culturais, a cidade apresenta um acervo arquitetônico preservado, principalmente no entorno de uma das praças mais importantes para a história do município, a atual Praça Tancredo Neves, que é parte importante do miolo do Centro Histórico. Nela, temos várias edificações, casarões dos séculos XIX e XX, que são como vitrines da memória do município, como a Casa Memorial Régis Pacheco, o Museu Regional Henriqueta Prates (1883), o Monumento em homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos do Regime Militar do Brasil (baianos) (1998). Também, no centro, encontramos edificações como a Prefeitura Municipal (1921) e a Casa de Dona Zazá (1889) que é o único bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a Câmara de Vereadores (1910) e a Antiga Biblioteca José de Sá Nunes (1924). Weinstein (2018) listou 21 das mais relevantes edificações para Vitória da Conquista.

Em vista disso, iremos analisar a relação de alunos e professores com a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, nesse espaço que fica no centro da cidade, mais precisamente os bens localizados em seu entorno, como o Solar dos Fonseca, o Clube Social (demolido), o Tiro de Guerra, o Monumento aos pracinhas e a própria escola.

Os museus também são fundamentais para a preservação e valorização do patrimônio cultural, sobretudo, por contribuir no processo da educação patrimonial. Assim, além do já citado Museu Regional Henriqueta Prates (1883), temos o Memorial Casa Governador Regis Pacheco; o Museu Pedagógico Padre Palmeira (1920); o Museu Cajaíba (local onde são expostas as obras do artista Cajaíba); e o Museu de Kard. Todos eles servem também para fomentar a cultura, o lazer e o turismo no município, e estão todos mais ou menos próximos da escola.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o tombamento é um meio para reconhecer e proteger o patrimônio cultural mais conhecido, ou mais utilizado. Contudo, Sant'Anna (2017, p. 27) enfatiza que o patrimônio é também um “produto de um dispositivo de poder” que agrega concentração de forças e mobilização de diversos conhecimentos que produzem discursos e visibilidades estratégicos que se alteram ao longo do tempo e espaço. Ela chega a citar que “o patrimônio não existe como algo pronto - é uma construção social permanente” (Sant'anna, 2017, p. 27). Essa legalidade advém do poder público que pode agir por meio do nível federal com o auxílio do IPHAN, amparado no Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, conhecido como Lei do Tombamento, primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio cultural nas Américas. Após 85 anos, é importante salientar que esta lei se mantém até os dias atuais. No âmbito estadual, a Secretaria Estadual de



Cultura (SECULT), juntamente com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) da Bahia, atua nessas demandas que fortalecem a cultura da Bahia, amparados pela Lei Estadual nº 8.895, de 16 de dezembro de 2003. Na esfera municipal, as Secretarias de Cultura Municipais atuam junto ao Conselho Municipal de Cultura e, no caso de Vitória da Conquista, segundo Sena (2022), o município criou, em 2019, o Núcleo de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural que diagnosticou 12 imóveis de interesse público e que vem buscando parcerias entre as instâncias públicas para a devida proteção.

O município de Vitória da Conquista possui uma Lei Municipal nº 707/1993, promulgada na gestão de José Pedral (1993-1996), a qual normatiza sobre tombamento de bens móveis e imóveis situados no território. Esses bens podem ter natureza pública ou privada, que possuem valor cultural, artístico, histórico, arquitetônico, documental, bibliográfico, urbanístico, ecológico ou hídrico e que, após tombados, passam a fazer parte do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do município. Sena (2022) destaca que “o Decreto nº 18.918, assinado pelo prefeito Herzem Gusmão, em 2018, regulamenta a Lei de Tombamento Municipal (Lei nº 707/93), 25 anos após a aprovação” (Sena, 2022, p. 4). Além da existência de outras normas de proteção do patrimônio cultural como o “Código de Polícia Administrativa, mais conhecido como Código de Posturas, que veda a inserção de cartazes [...]”, o “Código Municipal de Meio Ambiente também possui uma sessão dedicada” ao Patrimônio Cultural e no Código de Obras (Sena, 2022, p. 4).

Desse modo, Braga (2021) analisa a interferência da refuncionalização de edificações antigas na dinâmica socioespacial da área central do núcleo histórico de Vitória da Conquista e, ao falar sobre a refuncionalidade, destaca

[...] que em 26 anos de existência, apenas dois imóveis – o prédio da câmara de vereadores e o Memorial Régis Pacheco – foram tombados pelo município na história de Vitória da Conquista. Outro imóvel tombado na cidade foi a casa de Dona Jeny de Oliveira Rosa, conhecida como D. Zaza. Porém, este último foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), por meio do Decreto Estadual Nº 9.745 em 2005 (Braga, 2021, p. 47).

O *site* da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (2022) informa que, no ano “2000, foi a vez do edifício da Praça Barão do Rio Branco onde funcionou a Rádio Clube, o Cine Ritz, e o Grêmio Literário Castro Alves” (Prefeitura [...], 2022, p. 3). Além das edificações, foi tombado também, no ano de 1996, “dois patrimônios históricos naturais: a Serra do Periperi e a Lagoa das Bateias” (Prefeitura [...], 2022, p. 4).

Casa de Dona Zaza, tombada pelo Ipac  
(2005)



Casa onde morou o ex-prefeito e ex-governador Régis Pacheco



Antigo prédio da Clube e do Cine Ritz-2000



Foto aérea da Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista – BA



Foto aérea da Serra do Periperi, Vitória da Conquista – BA



Fonte: (Prefeitura [...], 2022).

A edificação onde funciona a Prefeitura, e que inicialmente era o quartel da cidade, foi construída em 1921. No governo do prefeito Gerson Sales (1959-1963), em 1962, passou a ser a sede do poder legislativo. A antiga Biblioteca José de Sá Nunes, na Praça Tancredo Neves, nº11, acomoda o Programa Municipal Vivendo a Terceira Idade. Na Casa Dona Henriqueta Prates, à Rua Tancredo Neves, funciona o Museu Regional sob os cuidados da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), assim como o *Antigo Ginásio*, situado na Praça Sá Barreto, onde hoje funciona o Museu Pedagógico Padre Palmeira, projeto intermediado pela

UESB.

Figura 2 — Edificações ainda não tombadas



Fonte: (Prefeitura [...], 2023).

#### 1.4 O valor do patrimônio histórico e cultural da cidade de Vitória da Conquista

É importante listar os tipos e alguns aspectos relativos aos objetos considerados patrimônio. Estes estão presentes nesse estudo como edificações, monumentos e culturas populares, como maiores especificações, a seguir, inclusive sobre o caráter material e imaterial de cada categoria.

##### 1.4.1 Edificações

O conceito de Patrimônio impregnado à arquitetura, diz respeito às construções que possuem relevância por seu estilo, época de construção, técnica, dentre outros elementos, que são, definitivamente, patrimônio material. Levando em consideração as transformações que o

patrimônio cultural vem passando ao longo dos anos, podemos citar com exemplo as demolições que obedecem a interesses financeiros. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), Vitória da Conquista é a terceira maior cidade do Sudoeste da Bahia. O município possui um dos maiores PIBs e é dos que mais crescem em relação às cidades do interior da região Nordeste, com um comércio forte e dinâmico. É importante relacionar os aspectos culturais da cidade, uma vez que foi identificado no Plano Estratégico de Vitória da Conquista (2019) que o patrimônio cultural é pouco reconhecido.

Muito embora Vitória da Conquista tenha um certo acervo de equipamentos culturais os mesmos mostram ser insuficientes e muito tímidos para uma cidade da magnitude de 300 mil habitantes e que tende a crescer, o que fica bastante evidente na avaliação das respostas do “Questionário de Contribuições PDDU/PDAP Vitória da Conquista” no item “Existem espaços de valor cultural?” quase metade das respostas foram “Não”, demonstrando que a população conquistense desconhece ou não identifica como patrimônio/espaço/equipamento cultural os existentes na cidade, sinalizando um direcionamento errôneo das políticas públicas de cultura e dos investimentos privados (municipais e estaduais) (Prefeitura [...], 2019, p. 30).

Conforme já informado, Weinstein (2018), em seus estudos referentes ao patrimônio, elencou 21 edificações com relevância arquitetônica e histórica para a cidade de Vitória da Conquista, contribuindo para o entendimento sobre conservação e preservação. Ela chama a atenção para as transformações que passa a cidade e para a relação que se tem com os imóveis que compõem a paisagem urbana.

Foram observados que as demolições aconteceram de repente, sem exposições de alvará na fachada do imóvel. Percebeu-se que a cidade se adequa a essas substituições que caracterizam os ambientes e promovem o esvaziamento ou adensamento de áreas o que pode provocar degradações. As demolições no centro não têm suscitado questionamentos na agenda local, nem nos meios de comunicação formais, nem em mídias pós-massivas e locativas (Weinstein, 2018, p. 82).

Desse modo, observamos que algumas edificações permanecem com as mesmas descrições feitas no ano de 2018. Na Rua João Pessoa, que está próxima da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, “ainda existem remanescentes de casas modernistas construídas entre os anos 1950 e 1970” (Weinstein, 2016, p. 4). Contudo, estes imóveis precisam de manutenção. Alguns podem ser transformados em estacionamentos ou lava-jatos a qualquer momento. Além de ser importante “refletirmos sobre a ameaça de transformação rápida da composição da cidade e, principalmente, do processo de degradação do centro” que “[...] permanece como referência por manter a sua história representada no texto de suas edificações [...]” (Weinstein, 2016, p. 1-2).

#### 1.4.2 Monumentos

Os monumentos são estruturas comemorativas que servem para homenagear uma pessoa ou fato histórico. Em Vitória da Conquista, Moraes (2009) identificou 16 peças que servem para compreender a relação da sociedade com os seus monumentos, a exemplo do Monumento aos ex-pracinhas da Segunda Guerra Mundial.

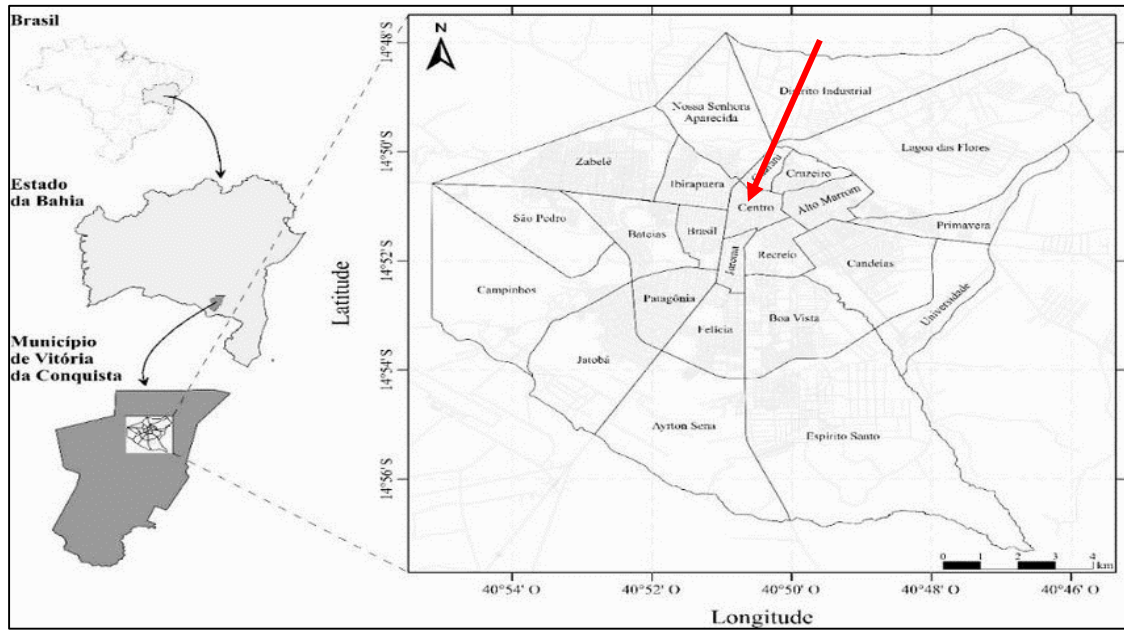
#### 1.4.3 Culturas Populares

Vitória da Conquista apresenta diversidade na arte, no folclore, no artesanato, nas festas, nas músicas, na literatura, na culinária, dentre outros segmentos da cultura popular. Na Praça Tancredo Neves, durante o Natal, há apresentação de Terno de Reis de vários municípios da região, principalmente da zona rural. As Festas Juninas também atraem o público da região com forrozeiros. Alguns locais da zona rural ainda mantêm a tradição de acender fogueiras.

### **1.5 O entorno da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa**

É importante perceber se há patrimônio cultural no entorno da escola, buscando conhecer a relação deste com a cidade, além disso, cabe refletir sobre a prática docente e a aprendizagem dos alunos, haja vista que todos os sujeitos são agentes de cultura, com saberes, histórias, conhecimentos, os quais, na era global, são massificados pela indiferença. Torna-se urgente o debate sobre a cultura, uma vez que parece haver uma supervalorização do que vem de fora em detrimento do que é produzido/construído pela comunidades locais.

Figura 3 — Mapa dos bairros e da localização de escola em Vitória da Conquista-BA



Fonte: Prefeitura [...] (2006, *on-line*).

A Figura 4, adiante, demonstra a localização da Escola Cláudio Manuel da Costa — *locus* da pesquisa — localizada na Praça Sá Barreto nº 34, no Centro de Vitória da Conquista, nela estudantes, professores, funcionários e demais membros da equipe gestora atuam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Próximos à Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, localizada na Praça Sá Barreto, nº 43, no Centro de Vitória da Conquista, é possível identificar várias edificações relevantes, que contam a história da cidade.

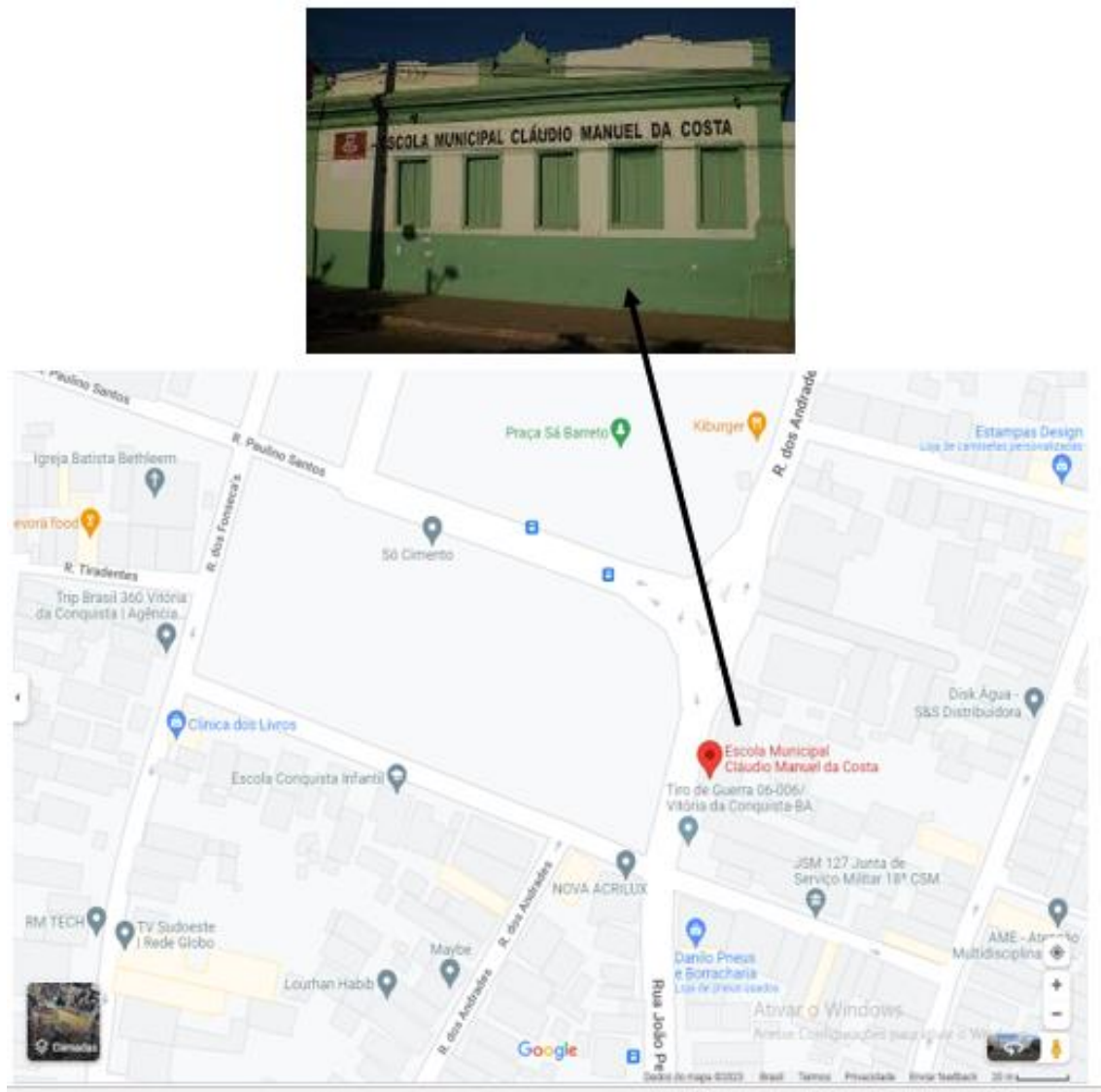


Figura 4 — Localização dos espaços culturais próximos da escola



Fonte: adaptado pela autora de Google Earth (2023).

Figura 5 — Mapa de localização e fachada da escola



Fonte: Google Maps (2022).

Do lado direito da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, está um dos casarões mais imponentes e que apresenta uma fachada de relevância arquitetônica — O Solar dos Fonseca — localizado na rua João Pessoa, nº 76, bairro Alto Maron- Centro (Figura 6).



Figura 6 — Solar dos Fonseca



Fonte: Barreto (2016).

Segundo Barreto (2016), a construção da casa foi iniciada por Francisco Theodoro, mas, Paulino Fonseca comprou o imóvel e deixou sob os cuidados do mestre de obras Luiz Alexandrino de Melo que registrou as iniciais P.F. no alto da fachada, em letras góticas. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC-2002) identifica que, em 1918, Paulino Fonseca passa a residir na casa com a sua família, permanecendo até a sua morte, em 1957. Após esse período, a casa passa a ser de propriedade de seus filhos que depois passam o imóvel para a instância pública, em 1985.

Dada a sua relevância, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) faz a seguinte descrição:


Casa, urbana de relevante interesse arquitetônico apresentando planta regular, em um único pavimento, recoberta por telhado de duas águas. Existia, ao fundo, um anexo de serviço, hoje desaparecido. Sua fachada principal enquadrada entre cunhais e cornijas, possui sete janelas e uma porta deslocada do eixo de simetria. Vãos com vega reta, janelas com esquadrias em venezianas e caixilharia e cercaduras em massa, tomando a forma de arcos plenos na parte superior dos vãos. O conjunto é encimado por platibanda rendada, com um frontão no centro, onde está escrito as iniciais “P.F.”. O interior com pinturas em todos os cômodos, apresenta forro em madeira, plano liso, com mata junta. Com exceção do atual sanitário com piso em cerâmica, todos os demais possuem o piso em tabuado. Não há vestígios de mobiliário primitivo.” (IPAC, Nº: BR 33307-1.2-I 006. p. 395).

Um aspecto curioso a citar, diz respeito a uma entrevista realizada pelo estudante João Barreto, no Blog Pela Cidade (2016), com Solange Fonseca, neta de Paulino Fonseca. Ela

comenta que seu “avô determinou que os quartos das moças não teriam janelas para proteger a honra das filhas, era espírita e foi o primeiro intendente da cidade e representou também o Banco do Brasil”.

Segundo o Blog Pela Cidade (2016), em 1985, a família passa a casa para o poder público e a transfere para a Casa de Cultura, no entanto, “alguns anos depois, a casa entra em estado de degradação sendo restaurada e ampliada em 1990, através de um convênio com o Governo do Estado mantendo as suas características originais”. A transferência ao poder público, a restauração e a fachada estão registrados nas Figuras 7, 8 e 9, a seguir:

Figura 7 — Ofício da Casa da Cultura

 **CASA DA CULTURA**  
**VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA**

*Arquivado 26.1.90*

Vitória da Conquista, 08 de fevereiro de 1990

Ilmo. Sr.  
Dr. Clóvis Ribeiro Flôres  
DD. Prefeito Municipal de Vitória da Conquista  
nesta

Prezado Senhor,

Um dos marcos da arquitetura histórica da cidade, o SOLAR DOS FONSECA, adquirido pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista em 1985, para instalação da CASA DA CULTURA, veio atender, em parte, as aspirações da comunidade artística e cultural do Município.

Decorridos quatro anos de expectativa pela restauração do imóvel, nada se fez em socorro da integridade física do patrimônio, entregue à ação destruidora do tempo.

Traduzindo o anseio dos associados da CASA DA CULTURA, recorremos ao espírito empreendedor de V.Sa, no sentido de dotar providências urgentes contra a grave deterioração de um dos mais antigos documentos de nossa história.

Certos de contarmos com as providências de V.Sa, no resgate do SOLAR DOS FONSECA e de sua firme posição a favor dos interesses da cultura conquistense, firmamo-nos,

atenciosamente

*Ricardo Lucio Souza Teles*  
Ricardo Lucio Souza Teles  
Presidente da Casa da Cultura

*Carlos Jenovan de Brito Leite*  
Carlos Jenovan de Brito Leite  
Vice-Presidente da Casa da Cultura.

*Recebido em 19.2.90. Sendo em vista a disp. sig. do por. do Est. em atender solicitação de quem, que se nomeia os expressos para os trabalhos pretendidos, juntos com o Sr. Dito sobre. U. 2/1990.*

*Carlos Jenovan de Brito Leite*

Fonte: Arquivo Público Municipal (2022).

Figura 8 — Restauração do Solar dos Fonseca



Fonte: Arquivo Público Municipal (2022)

Figura 9 — Solar dos Fonseca



Foto: acervo da autora (2023).

Atualmente, na Casa de Cultura Carlos Jehovah, instalada na Casa dos Fonseca, funcionam um educandário de música que atende vários alunos que recebem aulas de piano, de teclado, de violão e de canto coral, além de oficinas de teatro e literatura. A entidade também desenvolve atividades socioculturais em parceria com as Secretarias Municipais de Cultura e de Educação, colégios e faculdades.

Ao lado esquerdo da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, está o Tiro de Guerra, que é um órgão pertencente ao Exército Brasileiro. Os tiros de Guerra (TG) são uma experiência entre o Exército Brasileiro e a sociedade representados pelas prefeituras, cujo objetivo é formar atiradores e/ou cabos de segunda categoria. Neles, o jovem convocado pode conciliar a instrução militar com o trabalho ou estudo. Atualmente, existem cerca de 230 TG no Brasil. No



município de Vitória da Conquista, o terreno para sua construção foi doado pela Prefeitura Municipal. Não encontramos fontes referentes à data da doação. Fernandes (2013) pontua que o casarão onde hoje funciona a escola, foi construído por volta de 1964. Por falta de espaço físico, a escola funcionava dentro das dependências do Tiro de Guerra, ficando posteriormente conhecida como “Escola do Tiro de Guerra”. Somente em 1991, a escola começa a funcionar no casarão onde residia o Sargento Sales e sua esposa Zenilda.

Por ser uma instituição militar, o Tiro de Guerra 06-006, segundo publicação no perfil do seu *instagram*, encontra-se no município desde 10 de setembro de 1933 e serve para a formação de milhares jovens da região, assim, marca presença na memória do povo conquistense, sobretudo, nos desfiles de 7 de setembro. No Arquivo Público Municipal, encontramos várias fotos da edificação em diferentes épocas, de modo que foi possível observar que a fachada da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, também recebe, ao longo do tempo, pinturas distintas, sem descaracterizar o seu aspecto inicial.

Quanto à nomenclatura, Ferreira (2012) discorre que, em entrevista realizada com o Capitão Ubaldino Figueiredo, um dos antigos chefes do Tiro de Guerra, foi informado que, até o ano de 1980, “recebia a designação numérica 06-120, referente à sexta Região Militar da qual fazem parte os Estados da Bahia e Sergipe (06), como uma das doze Regiões Militares do Exército Brasileiro (120)” (Ferreira, 2012, p. 49). A partir desse período, por ser o sexto Tiro de Guerra da Bahia, recebeu o nome que permanece até hoje 06-006, conforme pode ser observado pela Figura 10 e 11, adiante.

Figura 10 — Tiro de Guerra 06-006



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Vitória da Conquista (n.d.).

Figura 11 — Tiro de Guerra 06-006



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Vitória da Conquista (n.d.).

Em frente à Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, encontramos o monumento aos ex-pracinhas da Segunda Guerra Mundial (Figura 12). Morais (2009) explica que “[...] a escultura representa as Forças Armadas: o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. A responsabilidade da edificação foi uma incumbência do Estado” (Morais, 2009, p. 55). O canhão remete ao Exército, a hélice remete à Aeronáutica e a âncora à Marinha. A alegoria, segundo Silva (2001, p. 58), foi produzida pelo artista conquistense Cajaíba, no ano de 1992, na gestão de Murilo Mármore. Ela homenageia principalmente os conquistenses que foram convocados ou voluntariamente participaram do conflito, a exemplo de Sebastião Rodrigues Leite.

Figura 12 — Monumento em homenagem aos ex-pracinhas da Segunda Guerra Mundial



Foto: acervo da pesquisadora (2023).

Atrás do Monumento aos ex-precinhas, também em frente à Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, havia o Clube Social Conquista, um dos principais representantes da vida social de Vitória da Conquista, no século XX. Em reportagem realizada para ser publicada no jornal Oficina de Notícias, em 2016, uma estudante coletou registros sobre a perda de um dos clubes mais importantes para a história do município, cuja arquitetura era de cunho modernista. Segundo a apuração da estudante, o clube surgiu em 1945, localizado na Rua Maximiliano Fernandes e, em 1955, foi relocado para a Praça Sá Barreto, conforme Figura 13, a seguir:.

Figura 13 — Nova sede do Clube Social Conquista em 24 de julho de 1955



Fonte: Zeniel Pereira in Blog fotos de Vitória da Conquista (1900s/1980s).

O registro fotográfico, ora apresentado, está disponível em um *site* que expõe fotos antigas do município, no qual os internautas interagem e citam aspectos interessantes, a exemplo de observações como: “chama a atenção para a ausência de construções na Serra do Periperi, que aparece ao fundo do grupo. Não faltou música, a tuba está também presente”. Em outra rede social, chamada *facebook*, há um perfil, chamado “memória conquistense”, em que Goulart (2021) comenta: “temos certeza que cada pessoa que frequentou o Clube Social, tem na sua memória afetiva, algum fato para contar, vivenciado naquele espaço, uma vez que era o clube mais bem frequentado da cidade”. Nele, eram realizadas “festas de formaturas, jantares políticos, desfiles de misses, baile de debutantes, festas juninas, apresentação de corais da cidade, bailes de carnaval e as famosas matinês (que movimentavam os jovens da época tanto para dançar, como para paquerar)”. Informações sobre o Clube Social teriam sido publicadas

no jornal *Oficina de Notícias*, em 2016. Abaixo, reproduzimos um excerto<sup>6</sup>:

[...] O Clube Social Conquista, além de ter durante muito tempo sediado Carnavais e Réveillons, no melhor e mais famoso salão de festas da cidade, teve em 1966 o primeiro parque aquático e o segundo campo sintético de Conquista. A área esportiva, que contava com quadras de tênis, vôlei, basquete e futebol, além de academia física e times próprios, foi palco de diversos torneios e sediou competições interestaduais.

A estudante do Curso de Jornalismo da Uesb apurou que, no seu auge, o clube teve mais de 1200 associados, e que a elite da época frequentava esse espaço. Seus títulos eram concorridos. O clube recebeu em suas dependências artistas como Cauby Peixoto e Emilinha Borba, dentre outros. Todavia, por falta de verba, o jornal não chegou a ser impresso (Ver Figura 14).

Figura 14 — Atividade do Jornal *Oficina de Notícias*



Fonte: cópião do jornal *Oficina de Notícias*, diagramado em 2016.

Quanto à demolição, a estudante escreveu que vários fatores colaboraram para se chegar a tal situação, como a morte de duas pessoas dentro das dependências do clube, má administração, descaso dos sócios. O Clube teria terminado seus dias com 119 associados. Em 2012, a PEL Construtora arrematou o terreno do clube por R\$ 3 milhões em um leilão ocorrido em Itabuna. A estudante chegou a entrevistar o professor da Faculdade de Arquitetura da

<sup>6</sup> O cópião do jornal impresso foi feito, contendo reportagem sobre a venda do Clube Social, que, por falta de verba, não chegou a ser publicado. A apuração e a redação produzidas por uma aluna, assim como todo o jornal, teriam sido publicados em 2016.



Universidade Federal da Bahia, Nivaldo Andrade, o qual deu o seguinte parecer:

É indiscutivelmente, um dos exemplares mais interessantes da arquitetura moderna que encontrei em Conquista — posso dizer em todo o interior do Estado da Bahia. Se destacavam alguns elementos, como a torre do reservatório de água, a escada helicoidal, e as janelas em veneziana de madeira e vidro do salão principal e os trampolins da piscina [...] No meu entendimento, a Prefeitura poderia ter tombado o imóvel. É preciso viabilizar um uso para que o edifício possa ser preservado. Se o clube já não funcionava mais, poderia ser adaptado a outras funções. Mas não demolido.

Em 2020, a prefeitura publicou uma reportagem em seu *site* divulgando que houve uma “permuta do espaço junto à Empresa Pel Construtora, regulamentada pela Lei 2.209, de 20 de dezembro de 2017, vai viabilizar um novo espaço de lazer e convivência à toda população” (Prefeitura [...], 2020). No entanto, até o momento, o espaço encontra-se desocupado, (Ver Figura 15). No seu entorno, encontram-se o Solar dos Fonseca, a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, o monumento aos ex-pracinhas e o Tiro de Guerra ao fundo.

Figura 15 — Vista aérea do Antigo Clube Social Conquista



Fonte: (Prefeitura [...], 2020).

## 1.6 Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa

As origens sobre o casarão histórico, onde hoje a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa funciona, são incertas, sobretudo, em função da falta de conservação de fontes que comprovem uma data. Em buscas realizadas no arquivo da Escola, no Tiro de Guerra, na



Câmara de Vereadores e no Arquivo Público Municipal, não foram encontradas documentação. No banco de dados da *WordPress*, encontramos uma fotografia da década de 1940 na qual aparece a imagem do casarão (Figura 16).

Figura 16 — Tiro de Guerra\*



Fonte: Pra ver [...] (2023, *on-line*).

\*Foto enviada por Antonio Teixeira.

Ao unirmos essa imagem com o trabalho da pesquisadora Ferreira (2012) — intitulado *Memórias silenciadas de professores: relações de poder em uma escola pública de Vitória da Conquista-BA, no período da Ditadura Civil-militar no Brasil* — há uma referência acerca de informações a respeito desta escola, pois, em depoimento da professora “Zenira”, é relatado que este casarão foi construído junto com o Tiro de Guerra, cuja função era ser a residência do sargento. Segundo essa informação, ele faz parte da mesma área do terreno doado pela Prefeitura Municipal para a construção do Tiro de Guerra. Ainda neste depoimento, a professora “Zenira” informa que

a Prefeitura doou o terreno pra construir o Tiro de Guerra e a residência do Sargento. Na época não tinha muitos prédios, as escolas todas eram em garagem de casa, em salão onde tinha venda, barzinhos... a Prefeitura alugava para funcionar escola. Depois a Prefeitura aproveitou o fundo do Tiro de Guerra, que era um quintal grande, e construiu salas (Ferreira, 2012, p. 66).

Assim, não encontramos documentos sobre a data da doação, tal como da construção, o que nos faz supor que o casarão foi construído entre as décadas de 1930 e 1940. Nessa conjuntura, a professora também comenta que a “escola começou a funcionar no ano de 1964, com o nome de “Escola do Tiro de Guerra 06-120”, passando a chamar-se Escola Municipal

Cláudio Manuel da Costa no decorrer daquele ano” (Ferreira, 2012, p. 65). Conforme documento (Figura 17), Lei Municipal nº. 38, de 4 de agosto de 1964, são criadas escolas e denominadas escolas municipais as já existentes, como desde o início do ano de 1964 a escola já estava em funcionamento, no mês de agosto o documento a designa como “Cláudio Manuel da Costa”.

Figura 17 — Registro da Lei nº 38/1964 que cria a escola Cláudio Manuel da Costa



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista (2022).

Na *Revista Histórica Taberna da História*, Fernandes (2013, p. 107) comenta que a escola, “durante quase trinta anos, funcionou no mesmo espaço físico do Tiro de Guerra” e a estrutura física foi aproveitada. Além disso, a revista cita as falas de uma das primeiras professoras, Zenira Correia, que informou sobre o aproveitamento do quintal do fundo para construção de salas. . A Figura 18, a seguir, mostra o TG, e são destacados em vermelho os espaços onde foram construídas as salas de aula.

Figura 18 — Tiro de Guerra do alto



Fonte: Google Maps (2020).

Essa dinâmica foi alvo de investigação de vários trabalhos como o de Ferreira (2012), de modo que a pesquisadora descreve:

[...] o Tiro de Guerra, que se caracterizava como um centro de instrução e treinamento militar, tinha as suas atividades realizadas das 05h00min às 07h30min da manhã, no pátio do próprio prédio. A partir das 07h30min, a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa iniciava os seus turnos de aulas (matutino e vespertino), e era nesse espaço físico que as crianças conviviam com o trânsito de Atiradores que faziam a segurança e a manutenção do espaço (área militar) durante todo o dia de trabalho (Ferreira, 2012, p. 66-67).

Durante esses anos, muitas atividades artísticas, culturais e cívicas foram realizadas na escola com registros nas fotografias e memórias dos estudantes, professores e demais pessoas que a frequentavam. Ferreira (2012) informa que a escola oferecia a alfabetização, que compreendia da 1ª a 4ª série (Lei n.º. 5.692/71, Art. 1.º., § 1º); <sup>7</sup>e que, em meados de 1970, começou a oferecer o ensino para 5ª série (Lei n.º. 5.692/71, Art. 18), além de também atender ao turno noturno (Ferreira, 2012, p. 68-69).

Segundo Fernandes (2013), em 1994, a escola passa a funcionar no casarão ao lado do

---

<sup>7</sup> Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências (Brasil, 1971)..

Tiro de Guerra, local onde residiam os chefes do Tiro de Guerra, em prédio próprio, tendo a prefeitura como mantenedora (Figura 19).

Figura 19 — Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa



Fonte: Arquivo Público de Vitória da Conquista (2022).

Aparentemente, a escola é pequena, contudo, as partes visíveis são as dependências da biblioteca e coordenação pedagógica. O quintal do casarão, por ser amplo, foi aproveitado pela prefeitura com a ampliação, de modo que foram construídas 10 salas de aula, uma sala de professores, uma sala de direção, uma sala de secretaria, um sanitário feminino, um sanitário masculino, um sanitário de funcionários, um pátio, uma cantina do lado oposto e, recentemente, foi construída uma quadra poliesportiva.

A escola está localizada em uma das áreas mais antigas da cidade, em um bairro de classe média, próximo dos espaços mais importantes para a dinâmica da cidade. Quanto à clientela escolar, os alunos atendidos são de baixo poder aquisitivo. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, “o nível socioeconômico dos estudantes é baixo, são filhos de trabalhadores das classes populares, que em sua grande maioria recebem benefício do governo federal, como Bolsa Família, moram em residências humildes e sem conforto” (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 20, no prelo). Essa realidade impulsionou a pesquisadora Bitencourt (2009) a desenvolver um estudo, no qual analisou alunos em situação de risco que frequentavam a escola, no período da coleta dos dados, em 2008, e descreve como era a relação com a Secretaria de Educação.

A Escola Municipal Cláudio Manoel da Costa é reconhecida pela Secretaria Municipal de Educação e pela comunidade a qual ela se agrega com o



estereótipo de que é uma escola ruim e violenta. Os comentários tecidos a seu respeito cristalizam um estereótipo negativo formado em relação a ela e faz crescer dentro da instituição um sentimento de reprovação, de rigidez da percepção e a profecia autorrealizável [...] (Bitencourt, 2009, p. 68).

Entretanto, nos últimos anos, essa realidade está sendo modificada, uma vez que a escola realiza constantemente atividades recreativas, artísticas, culturais e esportivas que buscam integrar os alunos com a comunidade, além da realização de parcerias com várias instituições públicas, como UESB, conforme demonstrado pelas Figuras 20 e 21, adiante.

Figura 20 — Programa de pacificação da SMED (2022)



Fonte: (Prefeitura [...], 2022).

Figura 21 — Painel de Projetos na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa



Fonte: (Escola Municipal [...]). 2023).

Atualmente, a escola está cadastrada no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sob o número 29278350, atendendo às etapas do Ensino Fundamental, -anos finais, com modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), Segmento II - Módulo I e II. Funciona com 20 turmas, distribuídas em dois turnos: matutino (turmas de 6º ano e 7º ano) e vespertino (turmas de 8º ano, 9º ano, EJA I (6º e 7º ano) e EJA II (8º e 9º ano), totalizando 705 alunos.

Após apresentarmos características referentes à cidade de Vitória da Conquista e à Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa (EMCCM), local onde foi desenvolvido o estudo e o seu entorno, daremos continuidade ao estudo trazendo as contribuições da educação patrimonial na relação com a cultura local.

## 2 EDUCAÇÃO E CULTURA LOCAL: DIMENSÕES PEDAGÓGICAS

Neste capítulo, tecemos discussões sobre o cerne deste estudo nos atentando a entender o que é a educação patrimonial e como ela se apresenta na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa. Para tanto, consideramos o diálogo como conceito fundamental na prática pedagógica. Assim, analisaremos como ocorre essa relação, sobretudo no campo das políticas educacionais, face ao compromisso com uma educação de qualidade, provedora de indivíduos críticos e atuantes na sociedade.

### 2.1 Educação patrimonial e suas possibilidades

Segundo Florêncio (2014), desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937, já havia a formulação de escritos e discussões que abrangiam a relação do patrimônio cultural com a educação, mediante “ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade [...] que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área” (Florêncio, 2014, p. 5). Entretanto, o termo “Educação Patrimonial” começou a ser empregado, no Brasil, em meados dos anos 1980, em razão de experiências que ocorriam na Europa, baseadas no uso dos museus e monumentos históricos com fins educativos. Tal prática era realizada desde o início do século XX, mas sem essa denominação.

Assim, várias iniciativas começaram a ser difundidas no país, com o propósito de serem uma proposta metodológica que servisse de base para as ações educativas de valorização e preservação do patrimônio cultural, a exemplo do Projeto Interação “que procurava relacionar a Educação Básica com os diferentes contextos culturais existentes no país e diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano do aluno” (Florêncio, 2014, p. 9). Em paralelo, foi publicado, em 1999, o *Guia Básico da Educação Patrimonial* que foi um documento referência para quem desejava enveredar pelos caminhos da relação do processo educativo com o patrimônio cultural. Horta, Grunberg e Monteiro (1999) elaboraram, numa perspectiva ampla, uma proposta metodológica a ser empregada por meio de um “processo permanente e sistemático” baseada na observação, registro, exploração e apropriação do fenômeno cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Essa concepção serviu como base para as discussões e conceituações voltadas à educação patrimonial durante vários anos, o que também resultou em críticas, uma vez que o patrimônio cultural é visto como “fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual



e coletivo” (Florêncio, 2014, p. 13). Por sua via, Scifoni (2017) aponta os desafios para uma nova educação patrimonial no Brasil, visto que, desde a origem da educação patrimonial, as práticas educativas tinham junção com o patrimônio, contudo, a fundamentação teórica carece de uma base conceitual mais consistente.

Scifoni (2017, p. 5) ainda evidencia que é essencial “investimento em reflexão crítica e no campo conceitual” que possa superar os conceitos tradicionais edificados no Brasil, promovendo uma análise sobre os limites e possíveis caminhos sobre esse tema. Além disso, enfatiza que “o compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, para entendê-la como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade”, essa nova forma de pensar e agir, segundo a autora, é essencial (Scifoni, 2017, p. 13).

Freire (1987) elabora reflexões sobre a importância do diálogo como uma ação permanente no processo educativo, pois tal prática é capaz de retirar o homem da situação de opressão, isto é, “um encontro dos homens mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” o que deve acontecer, não de forma imposta, mas como uma condução à liberdade (Freire, 1987, p. 36).

Florêncio (2014, p. 26) comunga desse pensamento ao descrever a educação como um processo, que implica “reflexão constante e ação transformadora dos sujeitos no mundo”, cuja mediação complexa pode ser realizada pela educação patrimonial, que precisa ser considerada “como um tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar” (Florêncio, 2014, p. 27). Desse modo, a motivação para a realização desse estudo parte de experiências advindas do cotidiano, construídas dialogicamente, em que a cultura local exerce um papel primordial.

[...] É preciso, portanto, identificar e promover ações que tenham como referência as experiências culturais locais e territoriais, contribuindo, dessa maneira, para a construção, de mecanismos junto à sociedade com vista a uma melhor compreensão das realidades locais (Florêncio, 2012, p. 26).

Ao analisarmos essa literatura, mais recente, que trata sobre patrimônio e educação, numa perspectiva mais relacional, dialógica e transversal, Franco (2019) também contribui, sobretudo do ponto de vista das concepções e perspectivas, uma vez que propõe

[...] uma educação que contemple a cultura local, tendo a cidade como objeto de estudo, apresenta-se como um vasto campo de aprendizagem da herança cultural de sua localidade, de aprender a herança cultural que revela as formas de ser, estar e fazer as coisas de sua comunidade, sendo estes importantes elementos para entender a constituição das identidades individuais e coletivas em uma delimitação espacial, e as formas com que se relaciona com outras culturas [...] (Franco, 2019, p. 14).

Scifoni (2017, p. 16) cita a Portaria 137/2016 como um documento norteador e que segue princípios como “participação social nas ações educativas; integrá-las no cotidiano e na vida das pessoas; compreender o território onde se atua como espaço educativo; e fomenta a efetividade neles; e reconhece-los num campo de negociação e conflito”. Nessa Portaria, o IPHAN também estabelece os dois marcos referenciais para a Educação Patrimonial no país, que são as publicações: *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos* (2014) que abrange o processo de construção do campo no país, apresentando os princípios e diretrizes para as ações da educação patrimonial, além de *Educação Patrimonial: inventários participativos* (2016) que aborda os meios que podem ser utilizadas nos processos.

Assim, é esclarecido no Artigo 2º da Portaria

[...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. É preciso conferir essa citação – há vários institutos – precisa ver se não é pela portaria ou se seria mais simples nem citar na citação (Instituto, 2016, p. 6).

Esse entendimento, norteia as ações sobre a educação patrimonial no nosso país e faz com que busquemos compreender como ocorre a presença do patrimônio cultural na legislação da educação básica e os possíveis caminhos para uma prática dialógica.

## **2.2 O patrimônio cultural na legislação da educação básica**

A partir da promulgação da Constituição de 1988, os movimentos a favor da valorização e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro se intensificaram por meio de políticas públicas regulamentadas. Desse modo, o IPHAN, por ser o órgão que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, estabeleceu diretrizes para a Educação Patrimonial e parcerias por meio da Portaria 137/2016. Assim, ficou determinado que “quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas” deve-se estabelecer uma relação necessária do patrimônio com o currículo escolar (Brasil, 2016).

Logo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996 estabelece:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996, *on-line*).

Essa perspectiva possibilita que o trabalho com Educação Patrimonial seja realizado de modo processual, de modo que seja ferramenta promotora da reflexão sobre os bens culturais produzidos na sociedade. Por agregar a memória, a cultura e a história, tem uma função importante para o reconhecimento do saber do educando, uma vez que a prática pedagógica carece despertar e validar a cultura popular como fonte de conhecimento cotidiano, envolvendo o indivíduo e o seu coletivo. Com isso, promover uma relação e a problematização entre os saberes da cultura predominante com os saberes populares. No seu Artigo 26, a LDB estabelece, na parte diversificada, que

Art.26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996, *on-line*).

Isso posto, salientamos que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental, anos finais, elaborado pelo MEC, no ano de 1997, orienta a relação do patrimônio cultural, estabelecida com os “Temas Transversais” por meio do volume 10, chamado *Pluralidade Cultural*, o qual determina o ensino voltado para

[...] ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (Brasil, 1997, p. 121).

Ressaltamos que esses apontamentos caracterizam que o estudo do patrimônio cultural se dá por mais de um componente curricular, mediante articulação dos conteúdos de várias disciplinas do conhecimento, tal como por meio de um trabalho interdisciplinar.

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — normativa que indica os conteúdos e as habilidades que devem ser trabalhados ao longo das etapas da educação básica no país — no que diz respeito ao patrimônio cultural, orienta sua relação com diversas áreas do conhecimento, nas disciplinas de Arte, História, Geografia, Língua Portuguesa e Educação Física. A título de exemplo, a área de Linguagens define a seguinte competência específica

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturais (Brasil, 2018, p. 65).

Em Arte, na *Unidade Temática: Artes Integradas*, há um objeto do conhecimento com o nome “Patrimônio Cultural”, cuja habilidade deve ser:

(EF69AR34). Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, das diferentes épocas e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (Brasil, 2018, p. 211).

Com igual importância, todas essas diretrizes apresentadas visam à preservação e à valorização do patrimônio cultural brasileiro, por isso, é primordial o espaço destinado ao estudo do patrimônio na educação básica do país. Embora seja um tema essencial no currículo escolar, os temas transversais, em muitos momentos, são ignorados ou despercebidos no cotidiano da escola.

### **2.3 Dimensões para uma prática dialógica**

Pensar a educação e a cultura local pressupõe abordarmos o diálogo como mediador nesse processo, por isso, é fundamental problematizá-los. Freire (1987) é o teórico que nos ajuda a compreender essa dinâmica por acreditar que o diálogo possibilita a emancipação do ser humano, o que reflete na sua formação enquanto um indivíduo crítico, solidário, capaz de mudar a sociedade diante de práticas não dialógicas como a opressão, a indiferença e o autoritarismo.

A educação permite trazer à tona os fundamentos teóricos de Freire (2001), pois o diálogo exercido no cotidiano é capaz de contribuir para a formação de sujeitos comprometidos, livres e autônomos que legitimam o valor cultural presente no seu entorno. Reconhecer e despertar no indivíduo a potência emancipadora que há nele e na construção de ações igualitárias que valorizem o seu lugar comum é um papel da educação patrimonial. Em função disso, as discussões problematizadas por Freire (2001) se tornam ponto de partida e referência para estudos que visam à promoção de uma educação dialógica e emancipadora. “Portanto, o ato de educar, no entender de Freire, implica oferecer possibilidades de criação ou reinvenção do cotidiano nascidos nas experiências e alimentados pela luta e tradição da cultura popular”

(Volnei; Eldon; Mainardi, 2021, p. 95). Tal pensamento reforça o quanto o estudo da educação patrimonial é importante enquanto ação cotidiana em todas as etapas da educação — educação infantil, fundamental, ensino médio, universitária e além-fronteiras — com um recurso essencial para a constituição do indivíduo.

A formação continuada para o professor é uma possibilidade de reflexão constante diante da prática pedagógica cotidiana. A sociedade contemporânea, marcada por demandas neoliberais, exige uma postura autoritária do docente, o que, em muitos momentos, não propõe a reflexão, contribuindo assim, para ações opressoras no ambiente escolar. Espaço que sugere liberdade, criação, construção e transformação do conhecimento, cujo diálogo atua como mediador de troca de conhecimentos. Embora o educando e o educador estejam em posições distintas, no diálogo e na troca de saberes, a igualdade se coloca como objetivo epistemológico fundamental para a formação humana.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) aborda alguns termos que o tornou referência para a educação mundial, ao trabalhar com o conceito de “educação bancária” e “libertadora”, assim, discorre que, na educação bancária, não existe o diálogo, o docente se posiciona como o detentor do saber, tendo uma postura autoritária e opressora diante dos educandos. Ao estabelecermos uma conexão desse pensamento com as práticas de educação patrimonial, fica evidente que o diálogo instiga o discente a se posicionar, discorrer sobre o seu cotidiano, a sua cultura, o seu entorno como objeto de construção do conhecimento, que passam a compor a cena da prática pedagógica. Tal prática leva ao desenvolvimento do aluno para sua libertação.

Dialogar sobre os bens móveis e imóveis, materiais e imateriais de sua cidade, reconhecidos ou não pelas instâncias públicas é um caminho importante para novos conhecimentos, não descartando os anteriores, mas problematizando-os. A escuta reflexiva sobre o que o educando tem a dizer, possibilita também que haja a igualdade de oportunidades entre os saberes distintos e enriquecedores.

Quando o educando e o educador estabelecem uma relação dialógica, de escuta, ela se torna, também, um exercício de afeto, de amor, de enxergar o outro e vê-lo como um ser dotado de possibilidades e de saberes. Diante da nova conjuntura individualista e competitiva, estabelecer vínculos de confiança nessa relação é fundamental para que seja possível pensar com coerência, pensar a ser. A escola, ao exercer a pedagogia da escuta, acaba quebrando com o círculo vicioso da educação bancária e opressora, que estabelece somente uma verdade, sem possibilitar que o outro seja em sua plenitude. A partir do momento que o outro se sente motivado e que tem oportunidade de dialogar por meio do questionamento, reflexão e problematização ele se sente gente, assim, tem o seu lugar no mundo, tem a sua existência.

Assim, “a pedagogia dialógica freiriana apresenta-se como um importante referencial crítico e de resistência” diante da atual conjuntura (Volnei; Eldon; Mainardi, 2021, p. 110).

Dessa forma, a proposta de ensino que, posteriormente, constitui um método, é referência para o docente que busca refletir sobre a sua prática pedagógica, mudando a sua ação e, também, a dos seus alunos, pois, juntos podem pensar a realidade criticamente, sobretudo da sua cidade, do seu entorno, diante disso, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 07). Logo, ao refletirmos sobre o patrimônio da cidade, é fundamental que haja o debate, a curiosidade e que o diálogo seja o elemento norteador, fundamentado nos saberes dos alunos e do professor, cuja troca não seja de forma imposta. Assim,

A dialogicidade não nega a validade de momentos explicativos, narrativos, em que o professor expõe ou fala do objeto. O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam (Freire, 1996, p. 38).

Segundo Bohm (2005), a origem da palavra “diálogo” vem do grego *diálogos*, ela é oriunda da junção entre *logos* que significa “palavra” e *dia* significa “através”. Assim, é o diálogo que mantém as pessoas unidas. Nele, todos se comunicam e ganham, ninguém perde, tudo é compartilhado. Diante dessas reflexões, passamos à compreensão acerca de como se efetiva a presença do patrimônio cultural nos recursos didáticos pedagógicos utilizados na Unidade de ensino.

### 2.3.1 O PPP e o patrimônio cultural

Nessa abordagem que investiga como tem sido a relação do patrimônio cultural com a escola, torna-se importante entender como a educação patrimonial é inserida ou se apresenta nos processos de ensino e de aprendizagem na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa. Assim, analisaremos o Projeto Político Pedagógico, os planos de curso distribuídos pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), além de alguns livros didáticos utilizados na escola.

Segundo Veiga (2002, p. 1), “A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos”. Essa iniciativa que compromete a escola no fortalecimento de vínculos entre a escola e o sistema de ensino de modo coletivo tem no Projeto Político Pedagógico a sua

concretização. O PPP é um documento referência para a escola, uma vez que ele contém os objetivos, as metas, as diretrizes, as orientações norteadoras do fazer pedagógico, bem como as ações necessárias para sua concretização.

Por ser construído de forma coletiva, deve ter em sua constituição, as complexidades e as singularidades da comunidade sobre a qual aborda. No caso, da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, o PPP está sendo produzido, por isso, passando por modificações. Apesar de ainda em processo de elaboração, podemos verificar que tem como princípio “ser uma escola formadora de cidadãos conscientes e que contribuam para a construção da sociedade que se deseja, pois, relações sociais devem se orientar pela ética, pelo respeito à família, pela responsabilidade social e pelo respeito entre os povos” (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 4, no prelo). Ao tratar sobre a função desse documento, Veiga (2002, p. 2) afirma que

O Projeto Político Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

É dentro desse princípio que a EMCMC propõe “[...] uma escola dialógica, mais humanizante e humanitária, onde todos reconheçam nela um espaço de formação e transformação social” (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 6, no prelo). Portanto, fica evidente uma preocupação com a formação dos indivíduos que ali frequentam, dado o objetivo de tornar os alunos críticos, ativos, agentes de mudança da sociedade. Segundo o seu PPP, a escola passa por muitos dilemas sociais que acabam interferindo nos processos de ensino e de aprendizagem, a exemplo da evasão escolar e da reprovação.

Quanto à evasão escolar, o PPP descreve como principais fatores a gravidez na adolescência, a vulnerabilidade escolar e, principalmente, envolvimento de alunos do sexo masculino com o tráfico e uso de drogas, além da distorção idade-série, do abandono escolar para dedicação ao trabalho e contribuição com o sustento da família, dentre outros problemas sociais que interferem na aprendizagem desses discentes (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 11, no prelo).

Quanto à reprovação, segundo o documento, nos últimos anos, os professores comentaram que está havendo uma melhora significativa. Este avanço ocorreu devido à mudança de critérios no Conselho de Classe final e, também, em função da conscientização dos educadores sobre a importância de se valorizar todos os aspectos qualitativos e o potencial de

aprendizagem dos estudantes (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 11, no prelo).

Por meio dessa realidade, são descritas algumas alternativas metodológicas que visam a melhorar os processos de ensino e de aprendizagem, cujos objetivos são:

- ✓Inteirar-se das questões sociais para intervir na realidade presente;
- ✓Direcionar as práticas educativas de modo a serem instrumentos úteis na intervenção da realidade;
- ✓Ressaltar os valores essenciais como possíveis de serem praticados e não como sendo exclusivamente tarefa da família;
- ✓Tornar os conteúdos significativos na vida dos educandos;
- ✓Levar o estudante a sentir um maior interesse e valorização pela sua formação acadêmica;
- ✓Empolgar o nosso corpo docente a procurar metodologias e estratégias apropriadas que conduzam seus alunos ao sucesso acadêmico (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 11, no prelo).

Assim, a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa busca “trabalhar as dimensões cognitivas, afetivas, culturais, políticas e socioeconômicas, estabelecendo uma aprendizagem significativa que crie condições para preparar esse aluno para o mundo do trabalho, além de estimulá-los a dar continuidade a sua formação acadêmica” (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 11, no prelo). Após essa apresentação, buscamos verificar neste documento qual a presença da educação patrimonial nele.

Então, observamos que em todo o texto há uma preocupação com a questão formativa do estudante, como foi descrito anteriormente, todavia, não há nenhuma ação específica, com um trabalho direcionado para a educação patrimonial. A escola “é considerada patrimônio simbólico da educação da cidade, pois se trata de uma das primeiras escolas municipais de Vitória da Conquista” (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 19, no prelo). Apesar dessa referência, não tem uma proposta pedagógica para tal reconhecimento. Alguns professores podem trabalhar com a temáticas, mas de forma aleatória, esporádica, eletiva. No entanto, percebe-se o cuidado que a gestão possui em conservar o casarão, uma vez que no quesito “inovação” é descrita a busca pelo “crescimento e melhoria, a atual gestão pensou em amigos parceiros no intuito de enriquecer a experiência de aprendizagem dos nossos alunos” (Prefeitura [...], 2022/2023, no prelo). Dessa forma, cita:

- ✓Cuidar continuamente pela manutenção do espaço físico e infraestrutura da escola;
- Dentre as metas e ações/estratégias, está
- METAS**
- ✓Pintar a Escola e realizar a troca da caixa d’água;
- AÇÕES/ ESTRATÉGIAS**
- ✓Comprar em parceria com a Coordenação de Administração Escolar as tintas e materiais para a pintura e da caixa d’água (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 25-



27, no prelo).

Logo, ao longo da leitura deste documento, identificamos também que, entre os princípios norteadores da ação educativa, existe “valorizar a diversidade cultural, as tradições e as formas próprias de expressão, resgatando a identidade do povo” (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 37, no prelo). Tal direcionamento está em acordo com a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216.

### 2.3.2 Os planos de curso e o patrimônio cultural

Os planos de Cursos que contemplam o planejamento das atividades didático-pedagógicas foram reformulados em rede durante as Atividades Complementares (ACs)<sup>8</sup> e foram divulgados no ano 2020. São a base da organização que direciona o planejamento do docente, atualmente. Assim, no início do ano letivo, a coordenação pedagógica disponibiliza os planos de aula, segundo a orientação do Núcleo Pedagógico da SMED. Nestes, foram feitas pesquisas visando a identificar se existe a presença da educação patrimonial nesse material. A investigação possibilitou identificarmos as seguintes informações, em função do ano e da disciplina analisada, conforme Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 — Planos de curso organizados de acordo com o patrimônio cultural

<b>MATEMÁTICA</b>		
- Não se aplica		
<b>CIÊNCIAS</b>		
- Não se aplica		
<b>CULTURA AFRO</b>		
-Não foi disponibilizado		
<b>LÍNGUA PORTUGUESA</b>		
- Não se aplica		
<b>LÍNGUA INGLESA</b>		
<b>8º ANO</b>		
<b>Unidades Temáticas</b>	<b>Objetivos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades</b>
Manifestações culturais	Construção de repertório artístico-cultural	Construir repertório cultural por meio do contato com manifestações artístico-culturais vinculados a Língua Inglesa (Artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, dança, festividades, entre outros) valorizando a diversidade entre culturas.
<b>ENSINO RELIGIOSO</b>		
<b>7º ANO</b>		

<sup>8</sup> “Atividade Complementar se constitui como um espaço/tempo inerente ao trabalho pedagógico o professor destinado ao planejamento e organização de suas atividades a ser realizadas de forma individual ou coletiva” (Secretaria da [...], 2023, *on-line*).

<b>Unidades Temáticas</b>	<b>Objetivos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades</b>
Manifestações religiosas	O diálogo inter-religioso	(EF07ER05APE) Promover o reconhecimento e o diálogo inter-religioso da diversidade cultural-religiosa como patrimônio da humanidade.
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA</b>		
<b>6º ANO AO 9º ANO</b>		
Capoeira	Capoeira, história e cultura: o ritual, malícia, a dança, a teatralização, o jogo, a luta, o canto, o toque dos instrumentos, a gestualidade e a ética da capoeira	(EF67EF08BA) Compreender a capoeira como jogo e dança e seu significado como patrimônio imaterial.
<b>ARTE</b>		
<b>7º ANO E 9º ANO</b>		
Artes Visuais, Música e Teatro	Brincadeiras, jogos e práticas de dança de diferentes matrizes estéticas e culturais	(EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.
<b>GEOGRAFIA</b>		
<b>9º ANO</b>		
Conexões e escalas	Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização	EF09GE03: Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças.
<b>HISTÓRIA</b>		
<b>7º ANO</b>		
O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias	Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial	(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.

Fonte: organizado pela autora, com base nos Planos de Curso disponibilizados pela (Secretaria da [...], 2023, *on-line*).

Esse referencial curricular, utilizado na rede pública de Vitória da Conquista, foi produzido conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Então, a depender do ano e para atender ao currículo, observamos que nas disciplinas de Matemática, Ciências e Língua Portuguesa não há nenhuma unidade temática, objetivos de conhecimento e habilidades que falem sobre patrimônio cultural, cuja descrição está: “não se aplica”. Somente em Língua Inglesa, Ensino Religioso, Educação Física, Arte, Geografia e História, encontramos relação com o patrimônio cultural por intermédio das seguintes habilidades: reconstrução do repertório cultural; diálogo inter-religioso como patrimônio cultural da humanidade; capoeira como um patrimônio imaterial; análise e valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, de

culturas diversas, em especial, a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas; identificação de diferentes manifestações culturais de minorias étnicas.

Para Pelegrini (2009), o planejamento das aulas pelos educadores, nesse aspecto, carece de estratégias. Uma característica a se destacar é que o patrimônio local não é mencionado, ficando a critério de cada professor na sua disciplina desenvolver a temática. “Por essa razão, a inclusão de estudos dirigidos, a leitura dinâmica, de fragmentos de textos e artigos, a mostras de fotografias e programas audiovisuais especializados [...] trarão contribuições cruciais para as aulas” (Pelegrini, 2009, p. 80). No caso da Escola Cláudio Manuel da Costa, “a sensibilização das comunidades locais em relação aos bens acautelados (ou que carecem de reconhecimento, restauração e registro” precisa ser iniciada na escola (Pelegrini, 2009, p. 113).

Diante disso, o “currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive” (Veiga, 2002, p. 7). Então, reconhecemos que, no currículo, a educação patrimonial precisa tomar corpo e ser mais reconhecida, uma vez que é um importante meio de formar cidadãos ativos e conscientes capazes de fazerem uma leitura do mundo compreendendo a sua realidade.

### 2.3.3 Os livros didáticos e o patrimônio cultural

Conforme a portaria nº 137/2016, no seu Artigo VIII, a educação patrimonial deve ser transversal e interdisciplinar. Em razão disso, analisamos nos livros didáticos de História, Geografia e Arte, utilizados na escola, como encontramos a presença da educação patrimonial. “Há uma tendência, especialmente nas coleções didáticas de História e Geografia, de apresentar conteúdos e atividades sobre temáticas relacionadas ao patrimônio material e imaterial” (Figueira, 2012, p. 71).

Na disciplina de História, a coleção adotada pela rede municipal de ensino é a *História: sociedade & cidadania*, da editora FTD (2018), cujo autor chama-se Alfredo Boulos Júnior, um historiador com experiência nessa área. Nele encontramos o tema articulado aos demais conteúdos, com trechos que abordam sobre a cultura de determinada sociedade, em vários anos do ensino fundamental. Nos anos finais, como no 7º, em um capítulo chamado de *Povos e culturas africanas: malineses, bantos e iorubás*, há uma referência ao jongo como um Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil (IPHAN). Já no livro didático do 8º ano, da mesma editora, encontramos um capítulo que fala sobre a escravidão no Brasil. Na página 187 e 188 é destacada a resistência por meio da capoeira, do congado e do reisado.

No 9º ano, encontramos um subcapítulo chamado *A cultura Afro-brasileira no pós-Abolição* no qual são evidenciadas algumas pessoas que contribuíram para a cultura-afro, mas sem nenhuma referência ao patrimônio cultural. Em geografia, a coleção adotada é da editora Moderna, organizado por Melhem Adas e Sergio Adas, cujo nome é *Expedições Geográficas*, (2022). Nela, o patrimônio cultural também aparece articulado com outros conteúdos.

No livro do 7º ano, no capítulo sobre a população brasileira, aparecem imagens do Círio de Nazaré, na página 212, as Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões, num espaço descrito como *Rotas e encontros*, há um trecho que fala sobre o Parque Nacional Serra da Capivara. Assim, no livro didático do 8º ano, este espaço trabalha com o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Em outro espaço chamado *Caminhos digitais* são descritos os Museus *online*: divulgação do patrimônio cultural e pesquisa na era digital. No capítulo 25, intitulado *Organizações mundiais*, é feita a relação da UNESCO com o patrimônio cultural da humanidade, para tanto, conceitua esse tema e são apresentadas imagens e reflexões sobre esse tema.

Com relação à disciplina de Arte, observamos que existem capítulos específicos para a abordagem do patrimônio cultural material e imaterial. A coleção adotada pelo município chama-se *Se Liga na Arte*, da editora Moderna (2018), organizado pela doutora em Artes Rejane Galvão Coutinho. Nele encontramos, no 7º ano, algumas temáticas espalhadas pelo livro como *Brasília: paisagem planejada* que fala sobre a história e a importância dessa cidade. No caso específico do 8º ano, grande parte do livro trabalha com patrimônio cultural, principalmente o imaterial, com capítulos: *A arte e o mundo imaterial (cultura material e imaterial)*; *A arte e o sagrado (Santuário do Bom Jesus de Matosinhos)*; *O imaterial na música*; *Tradição e Aprendizado*; *Oralidade, memória e invenção e Festas e celebrações*. Este é um dos mais interessantes materiais que, de fato, trabalha com o patrimônio pautado em fontes históricas, imagens, sugestões de vídeos, músicas, pesquisas sobre a temática e projetos.

Em relação à presença do patrimônio cultural nos recursos utilizados na Unidade de ensino, como livros didáticos, planos de cursos e Projeto Político Pedagógico, compreendemos que há a presença do conceito de patrimônio, mas não de forma explícita, cuja preocupação é abordar a cultura e as suas manifestações no processo formativo dos jovens. Um aspecto a salientar é que a cultura local só é mencionada no PPP. Acerca disso, Franco (2019, p. 39) pontua sobre “a carência de processos educacionais na educação formal e não formal que geralmente não contemplam estes saberes e fazeres locais e, quando o fazem, em muitos casos se consolidam apenas de maneira superficial, descontextualizada e acrítica”, o que representa um desafio para a comunidade escolar superar.



### **3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A ESCOLA MUNICIPAL CLÁUDIO MANUEL DA COSTA**

Neste capítulo, apresentamos tanto aspectos relativos aos procedimentos metodológicos adotados na investigação, quanto como alunos e professores vivem a escola, situada no centro da cidade, como se relacionam com ela e como podem desenvolver a experiência do se aproximar da cultura e do patrimônio.

#### **3.1 Pesquisa e abordagem metodológicas**

Entendemos que a educação patrimonial pode contribuir para o fortalecimento de vínculos entre a cidade e seus sujeitos moradores. Para embasar essa discussão, os estudos sobre o diálogo, na perspectiva de Freire (1967, 1996, 2001), norteiam essa pesquisa, pois o trabalho sobre patrimônio cultural e escola carece de uma mediação que enfatize a importância da educação patrimonial, mas, sobretudo, que valorize o espaço local como integrante indissociável da formação. Assim, busca-se a superação da descrença na capacidade dos educandos de discutirem seus problemas, da escola, da cidade, do país, do continente e do mundo (Freire, 1967, p. 96).

O entendimento de diálogo, segundo Freire (1996), é fundamental para compreendermos esse estudo, pois o cotidiano escolar é também um espaço de potencialidades. A Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa é uma instituição atenta à diversidade, com estudantes, pais, professores, funcionários e demais membros da comunidade escolar de diferentes etnias, condições econômicas, sociais, culturais e educacionais. Mobilizar essas potencialidades por meio do diálogo, ouvir qual a concepção que esses têm do patrimônio cultural da sua cidade é uma ação política, dada a invisibilidade cotidiana, já que, “tudo pode se mover entre nós. Cada pessoa participa, compartilha a totalidade dos significados do grupo e, ao mesmo tempo, faz parte dele. Isso é um diálogo verdadeiro” (Freire, 1996, p. 65).

Observamos o cotidiano e a relação de alunos e professores do ensino fundamental com o lugar em que vivem. A escola está localizada no centro de Vitória da Conquista e apresenta aspectos compatíveis com o estilo colonial. É um casarão onde residiam os oficiais que serviam ao Tiro de Guerra, sendo uma das escolas públicas mais antigas e conhecida por atender a um público considerado vulnerável dos bairros Pedrinhas, Cruzeiro e Alto Maron, além de estar próxima de vários lugares de memória importantes para a história do município, como o Museu Pedagógico à Rua Tiradentes, nº 6, Praça Sá Barreto, o próprio Tiro de guerra, o Conservatório

de Música, logo ao lado, dentre outros.

### 3.2 A pesquisa

Para alcançar os objetivos desse estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa que “[...] trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]” (Minayo, 1994, p. 22). Trata-se, também, de pesquisa de natureza descritiva, a qual organiza o estudo de caso e identifica as ligações que podem ser analisadas, visto que “seu objetivo não é concluir o estudo, mas desenvolver ideias para um novo estudo” (Yin, 2001, p. 140).

A pesquisa documental foi feita no Arquivo Público Municipal, Arquivo Público da Câmara de Vereadores, acervo da escola, Secretaria Municipal de Educação (SMED) e com o Projeto Político Pedagógico (PPP).

A abordagem qualitativa, por oferecer, segundo Teixeira (2009), um maior detalhamento e compreensão do contexto da situação, possibilitou que fossem distribuídos formulários adaptados e questionários impressos, aplicados a 10 professores e a 20 alunos. Os professores tiveram a opção de responder pela rede social *whatsapp*, contudo, como alguns tiveram dificuldade na utilização deste recurso, foi fornecido também o questionário na forma impressa. A identidade dos entrevistados não foi divulgada ao longo desta apresentação, mas criamos uma forma de referência, individualizando cada sujeito.

Ressaltamos que o anonimato se faz imprescindível, por ser uma pesquisa que envolve descrição e opinião referentes ao ambiente, ao cotidiano e ao conteúdo praticado no âmbito escolar. O questionário semiestruturado, com perguntas fechadas e abertas, permitiu coletar informações sobre a relação com a escola, com a memória do lugar e com a cidade, sobre o conteúdo e os conhecimentos desenvolvidos no processo formativo, cuja base é a estrutura curricular. Esse tipo de coleta de dados possibilitou, também, que os participantes pudessem justificar as suas respostas. Por ter sido aplicado em um momento de pandemia do covid-19<sup>9</sup>, o questionário, via rede social, foi a alternativa possível. O uso de fotografias, bibliografias e o próprio questionário foram complementos utilizados para obtermos o entendimento sobre a concepção que alunos e professores têm de patrimônio cultural e como a temática é inserida ou se apresenta nos processos de ensino e de aprendizagem.

---

<sup>9</sup> Em função da disseminação do vírus SARS-CoV-2, foi necessário o distanciamento social, isso exigiu que muitas atividades fossem realizadas de forma virtual, mudanças que perduraram entre 11 de março de 2020 a 5 de maio de 2023.

Conforme já informado, a escola pesquisada está localizada no Centro da cidade, cercada por casarões, praças, reserva natural, monumentos e atividades culturais, que fazem parte da agenda cultural da cidade. Tudo isso torna a pesquisa nesta escola mais que apropriada, visto que nosso foco inclui saber até que ponto a localização da unidade influencia ou pode contribuir para a aproximação com o conteúdo patrimônio cultural.

O prédio em que a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa está instalada é um casarão onde moravam os oficiais que serviam ao Tiro de Guerra. Compreendemos esse espaço como uma potência para a análise das ações educativas voltadas para a mediação entre a cidade e o patrimônio de forma integrada com o cotidiano. Segundo Severino (1986, p. 121), “o caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”, contribuindo “para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (Yin, 2001, p. 21).

As análises nos direcionam à compreensão sobre como alunos e professores vivem a escola situada no centro da cidade e como se relacionam com ela, aproveitando-se de sua localização. Seguimos o percurso da pesquisa empírica apresentando os participantes e os dados coletados sobre patrimônio, cultura, escola e possíveis aproximações com a cidade.

### **3.3 Análise e discussão**

Os grupos pesquisados correspondem a duas categorias — a dos alunos da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa e a dos funcionários que trabalham nessa escola. Estas populações são tomadas como representativas porque respondem sobre a própria situação de conviverem em um processo formativo, cujo espaço físico e social requer o entendimento sempre associado à cultura. Os estudantes foram relacionados como E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19, e E20, conforme ordem de entrega dos questionários. Já os professores, como P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 e P10.

#### **3.3.1 Do aluno**

O *corpus* da pesquisa são 20 estudantes do Ensino Fundamental, anos finais da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa. Alguns levaram o questionário para responder em casa e outros optaram por responder no intervalo na própria sala de aula. Os alunos participantes foram aqueles dos 7º, 8º e 9º anos.

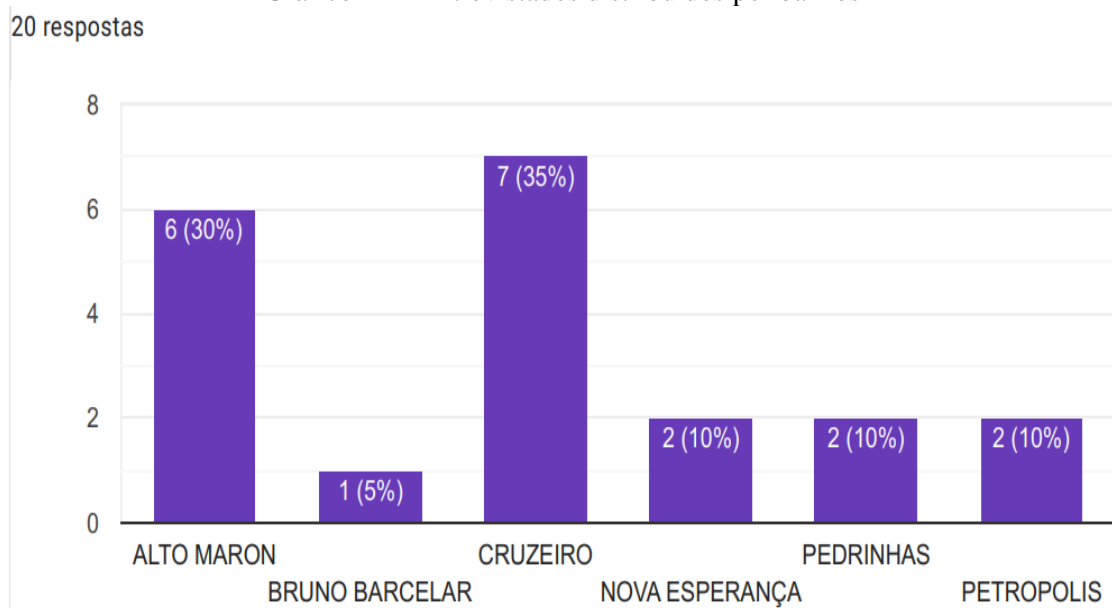
Os anos finais correspondem ao Ensino Fundamental e antecedem o Ensino Médio,



etapa fundamental para a formação do indivíduo na sociedade. A escolha por realizar a pesquisa com estudantes dos anos finais do ensino fundamental dá-se por esta corresponder a uma fase em que os alunos estão em processo mais avançado de construção da sua consciência crítica, além de serem trabalhados, no currículo escolar, temas como multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras, educação em direitos humanos, educação ambiental, dentre outros que ajudam a desenvolver competências e habilidades dos discentes. É o momento em que, se estimulados, já estão aptos a fazerem associações, a articularem ideias e a interpretar com maior autonomia.

A idade dos alunos varia entre 12 e 16 anos, residem em bairros próximos à instituição de ensino, como Alto Maron, Cruzeiro, Pedrinhas, Petrópolis, Nova Esperança e Bruno Barcelar, que são bairros de classe média baixa. Cabe destacar que tais informantes compõem uma população que acompanha a dinâmica do entorno da escola, circulando pelo centro, pelas praças, comércios, escolas, dentre outros espaços.

Gráfico 1 — Entrevistados distribuídos por bairros



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Para organização da análise dos dados, as perguntas foram divididas em três partes, sendo que a primeira parte compreende as relações entre patrimônio, cidade e escola; a segunda parte apresenta os usos e práticas no centro da cidade; e a terceira parte abrange professores, recursos e processos de formação discente.

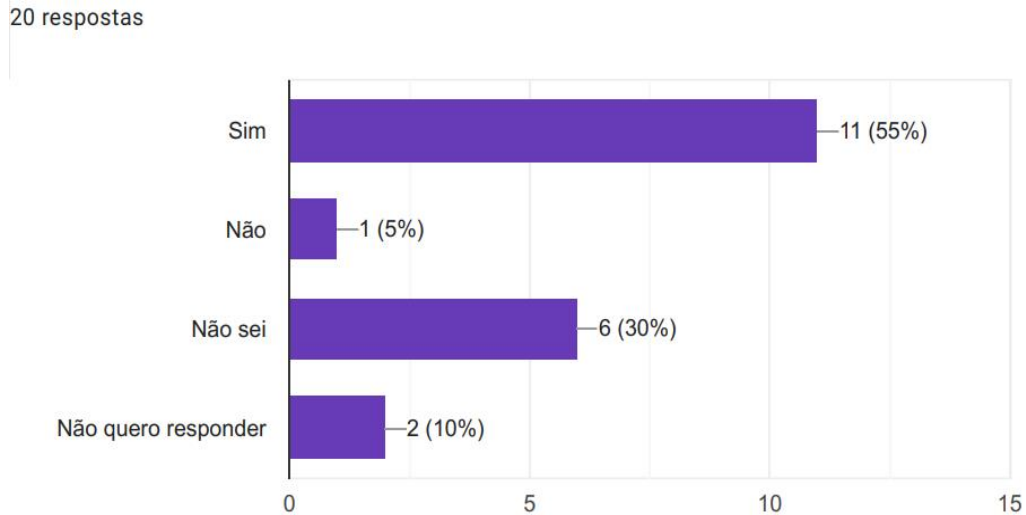
### a) Relação entre patrimônio, cidade e escola

A Pergunta nº 1 *As casas, ruas, os costumes na sua cidade são importantes, têm relevância para você?* Do total de entrevistados, 80% afirmaram “sim”, 10% disseram “não”, 5% afirmaram “não sei”; 5% declararam “não quero responder”. Esses números indicam que a maioria desses jovens reconhecem que esses elementos, constituintes da cidade, são importantes.

Com a pergunta nº 2 *Você acha que as casas, as ruas, os hábitos no lugar/cidade onde você mora compõem uma cultura que seria como um patrimônio da coletividade, da comunidade deste lugar/cidade?*”, buscamos aferir a aproximação e o compromisso com o local. Do total de entrevistados, 5% disseram “não”, 20% “não sei” e 75% “sim”.

Mesmo não sendo claramente constatado o conhecimento sobre a história da escola, da cidade e do seu patrimônio, a maioria dos entrevistados tem o entendimento da linguagem patrimonial, reconhecendo o seu valor para a coletividade, comungando com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, segundo o qual “a ideia de Patrimônio não está limitada apenas ao conjunto de bens materiais de uma comunidade ou população, mas também se estende a tudo aquilo que é considerado valioso pelas pessoas” (Instituto do [...], 2012, p. 12). Como buscamos analisar o cotidiano e a relação dos alunos e professores do ensino fundamental com o lugar em que vivem, tendo como referência o patrimônio cultural da cidade, os alunos foram questionados.

Na pergunta nº 3 *Você considera a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa um patrimônio de Vitória da Conquista?*”, a própria escola foi o objeto (Ver Gráfico 2).

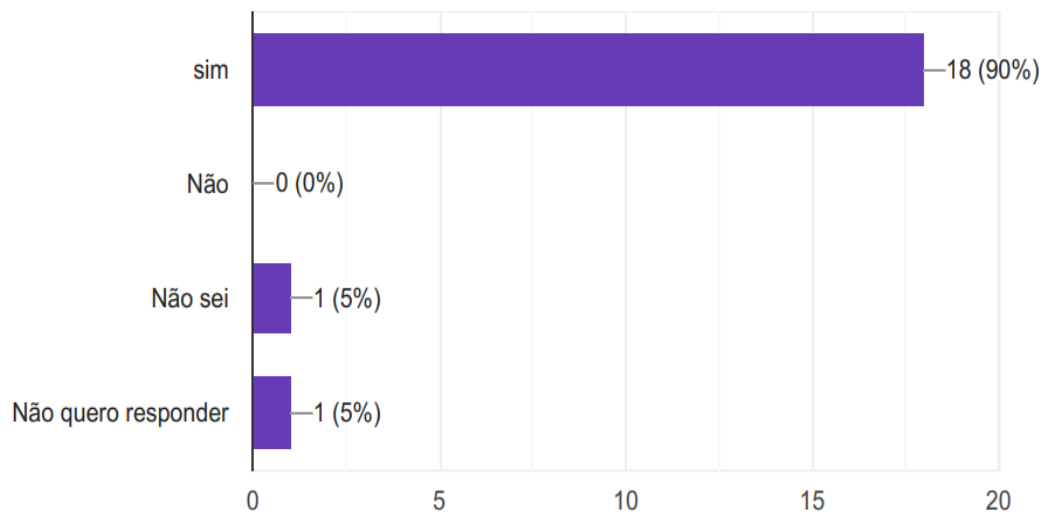


Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Dentre os 11 estudantes que consideram a escola como um patrimônio da cidade, algumas justificaram serem de que “é uma escola muito antiga, muitas pessoas já passaram por ela, sendo assim, para muitas pessoas tem um valor especial” (E2). E6 declarou que “ela é importante para a sociedade”. Esses apontamentos nos fazem compreender que existe reconhecimento sobre a importância social da escola, para além da relevância do bem patrimonial e da ideia de cuidado e compromisso. Contudo, dentre os seis informantes que disseram “não sei”, possivelmente por ser uma novidade para eles, justificaram “gostaria de conhecer um pouco mais sobre a história” (E5). Já as respostas “não acho que seja um patrimônio de Vitória da Conquista” (E13), ou “tem muita relevância, mas não como patrimônio” (E17), possivelmente, se devem ao fato de que os alunos identificam patrimônio como algo grandioso, que em muitos momentos está distante do cotidiano dele, não reconhecendo o patrimônio na sua cultura.

Os alunos foram questionados na Pergunta nº 4 *Você **conhece** algum lugar que você **reconhece** como patrimônio por ter um valor especial para as pessoas que vivem na cidade?* Do total, 70% dos entrevistados identificou casas, praças, monumentos e outros espaços, enquanto que 30% as tradições culturais, as festas comemorativas e religiosas.

A pergunta nº 5 *Você acha que a cidade e as coisas que fazem parte dela deveriam ser cuidadas, preservadas, inclusive como memória e história?* (Ver gráfico 3).



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Dos 18 alunos que afirmaram “sim”, três justificaram: “temos que manter nossa cultura e tradição” (E11), ou “porque são monumentos históricos, por isso não devemos quebrar ou derrubar as casas ou objetos históricos” (E15). O aluno E9 explicou: “porque as pessoas querem sempre dar mais valor a outros lugares do que a própria cidade ou país”, também, “porque são coisas que fazem parte da cidade, e deveriam sim ser preservados, porque é nossa história, que no futuro pode ser mais conhecida”. As respostas para esta questão demonstram que os alunos valorizam os bens culturais da cidade, principalmente o patrimônio edificado.

A cidade é vista nessa pesquisa como um tecido construído em face das relações sociais presentes nela. Acerca disso, Franco (2019, p. 51) acrescenta que

[...] ao aprender a ler o discurso da cidade e de seu patrimônio cultural, esse assume o *status* de conhecimento, de conteúdo que merecem e precisam estar presentes no âmbito escolar e não escolar, contrapondo-se ao currículo hegemônico, valorizado por muitas instituições que se orientam por políticas neoliberais voltadas para a educação.

Carvalho (2011, p. 2, grifos do autor), amparado em Nora (1993), chega a comentar que “[...] esses lugares reúnem em seus acervos a nostalgia de uma época que fora viva e presente. São “restos” de uma sociedade sem rituais ou regidas por rituais glaciais, congelados, desligados de suas tradições e afetos”. A história local caracteriza-se por ter uma relação com o cotidiano. Nela, a pessoa comum torna-se participante de uma história “desprovida de importância e estabelecer relações entre grupos sociais de condições diversas que participam de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado” (Bittencourt, 2008, p. 168).

## b) Os usos e práticas no centro da cidade

Sobre os usos e práticas no centro da cidade, a Pergunta nº 6 formulou *Você costuma ficar ou passear na rua antes ou depois da aula? Já observou algum patrimônio próximo a escola (casas, ruas, monumento)?* Dois alunos descreveram que “costumo ficar na rua depois da aula” (E11), “após é bem legal ver as ruas, praças e casas” (E13), ou, “depois da aula, pois não tenho tempo de manhã...são bens históricos é muito importante manter” (E15).

Na pergunta nº 7, *Há algum lugar que tenha alguma relação com a história de Vitória da Conquista que você gostaria de conhecer? Onde fica? Por que se interessa por este lugar?* Os estudantes E6, E7, E8 e E13 consideram os museus como lugares importantes para a história do município, assim, destacam que “queria ir em museu e coisas, já observei estátuas aqui na frente do clube” (E7), “Sim há histórias em cada lugar ou estátuas para saber mais sobre minha cidade” (E8). E13 afirma: “o museu na Tancredo Neves, curioso para conhecer”. Já os estudantes E1, E2, E9, E10, E11, E12, E14 e E15 não identificam um lugar específico que gostariam de conhecer. “Nunca parei para pensar” (E10), “Não sei, não reparo muito essas coisas” (E2).

Identificamos que além do ambiente escolar, a vivência do educando precisa ser reconhecida e valorizada em toda a sociedade no seu cotidiano. É possível identificar também que entre os projetos consolidados na escola pesquisada, como o São João e o Africanidades, não há um sistematizado voltado para a história e memória da escola ou reconhecimento dos bens patrimoniais da cidade. Sobre o seu entorno, observamos que esses espaços são acessíveis aos discentes e docentes e que abordar o tema pode instigar a curiosidade, podendo ser este um meio eficaz para quebrar a barreira à participação da comunidade.

Essas e outras iniciativas são de fundamental importância, sobretudo por serem jovens em processo de formação da consciência crítica. Na pergunta nº 08 os alunos foram questionados: *Você gostaria de estudar em outra escola? Por que?* Do total, 60% dos estudantes disseram que “sim”, 20% disseram que “não” e 20% disseram “não sei”. O estudante (E6) justificou que “apesar de tudo, a escola não tem uma infraestrutura boa mesmo fazendo parte da história de Vitória da Conquista”, o (E9) comenta “sim, pois fica perto de casa e menos cansativo”, o estudante (E15) enfatiza “sim, porque aqui é muito violento, sem cuidado. Valorizo a história e cada professor, mais querer ter mais segurança de estar estudando bem” e o (E16) cita “eu gostaria que aqui tivesse o Ensino Médio, pois os professores são bons.

Na Pergunta nº 9 sobre se *A Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa é uma das escolas mais antigas de Vitória da Conquista, o que você sabe sobre a história desse lugar?*

100% dos alunos afirmaram que não conhecem nada sobre a história da escola, somente um estudante justificou “sei pouca coisa, tive uma aula sobre, mas não lembro muito” (E11). Esse aspecto sinaliza a necessidade de buscarmos conversar sobre a história da instituição, mesmo que tenhamos poucos dados, uma vez que 85% dos informantes acham que o patrimônio deve ser conservado e preservado, conforme demonstrado pelas respostas: “para conservar a memória do lugar” (E10), pois “patrimônio é algo que faz parte de um lugar, precisa ser preservado” (E7), “principalmente nossa escola” (E2). Um aspecto a salientar diz respeito ao estudante (E4) que comenta “só ouvi que essa escola não prestava”. No PPP da escola, no quesito Visão, é descrito esse olhar pejorativo e o desejo da escola em trilhar novos caminhos que estão mudando essa realidade.

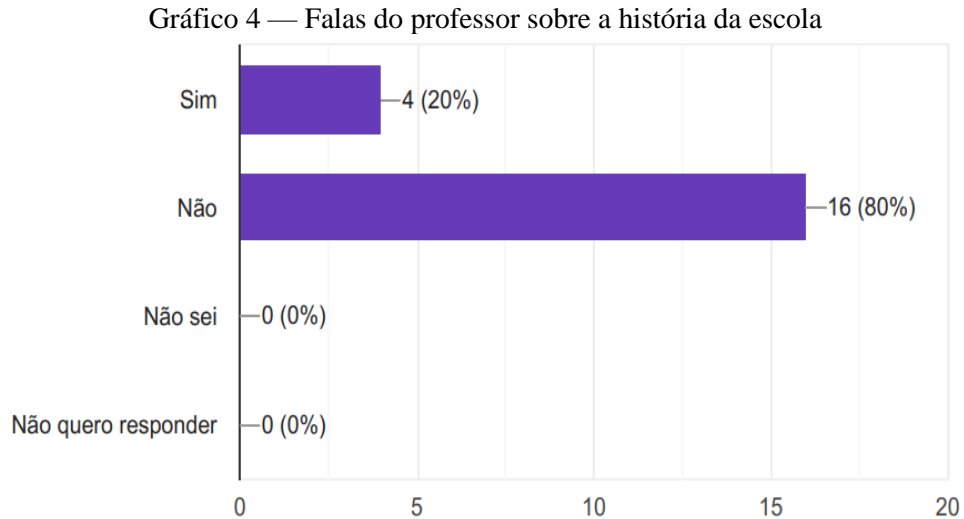
A Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa tem carregado uma grande responsabilidade que é a de desmitificar o estereótipo de violência, ao mesmo tempo, continuar apontando caminhos para se conseguir evidenciar as mudanças ocorridas. A comunidade local e também a Secretaria Municipal de Educação também têm tido essa visão sobre a escola, de que a mesma é violenta e com nível acadêmico fraco. Trata-se de um estereótipo negativo, talvez veiculado por funcionários que já passaram por aqui e vivenciaram algo que não mais representa a realidade da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, nestes últimos anos. No entanto, insistindo na possibilidade de mudança e acreditando ser isso não só possível, mas imprescindível para que a escola decole e os alunos passem a acreditar em si mesmos e em seu potencial, estamos visionando ações que impulsionem a todos – profissionais da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, alunado e comunidade - no sentido de fomentar a inclusão, a participação e a avaliação crítica por parte de todos, para que juntos possamos mudar essa realidade. Já observamos uma grande mudança nas notas do IDEB onde tivemos um grande avanço e nos equiparamos com a nota da maioria das escolas da rede municipal do Ensino Fundamental II onde não só batemos a meta como a ultrapassamos, dando um salto nas notas de 2,4 no ano de 2017 para 5,1 no ano de 2019 e 5,4 no ano de 2021 (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 24, no prelo).

Na pergunta nº 10 foi perguntado *Você acha que o patrimônio de um lugar deve ser conservado e preservado?* Do total de entrevistados, 85% dos estudantes afirmaram que “sim”, 10% disseram “não quero responder” e 5% afirmou “não sei”. Esses dados revelam o quanto que os discentes identificam a importância de preservar o patrimônio de um lugar.

### **c) Professores, recursos e processos de formação discente**

Os estudantes foram perguntados sobre os professores, os recursos e os processo de formação discente. Assim, na pergunta nº 11, *Já participou de alguma ação, visita ou projeto sobre patrimônio cultural de Vitória da Conquista na escola?* Das respostas obtidas, 50%

afirmaram que “sim” e 50% disseram que “não”. Já na pergunta nº 12 — *Algum professor(a) já falou sobre a história da escola em que você estuda?* — obtivemos as respostas diversificadas (Ver gráfico 4).

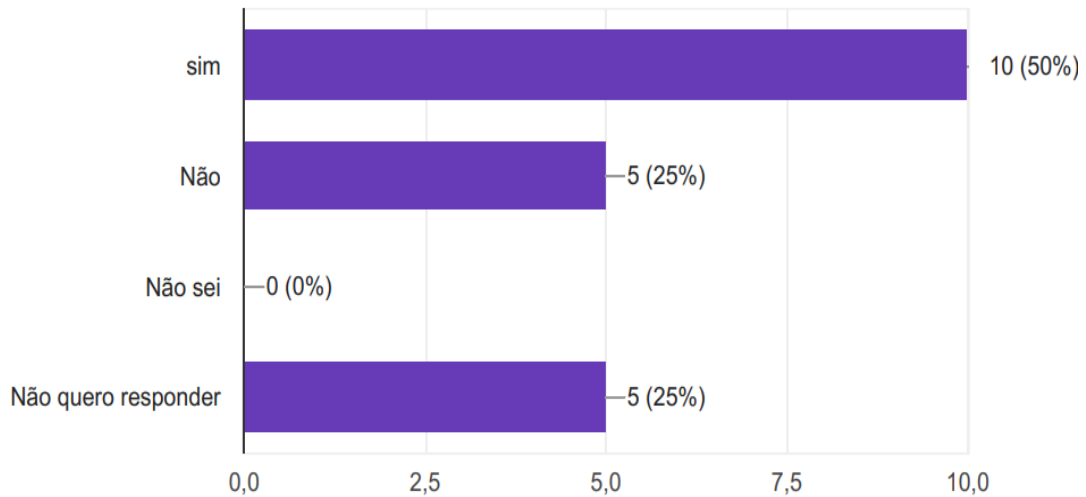


Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Sobre a história da escola, 20% dos alunos disseram “sim” e 80% disseram “não sei”, assim, observamos que há poucas fontes documentais, por isso a importância em realizar pesquisas com os próprios alunos que tenham como fonte também a história oral, uma vez que essa dificuldade compromete o ensino e aprendizagem dos discentes.

Diante disso, os alunos foram interrogados na pergunta nº13 sobre se *A forma como o professor desenvolve as aulas e atividades sobre patrimônio e cultura local contribui para o seu aprendizado? De que forma?* (Ver gráfico 5)

Gráfico 5 — Contribuição das aulas e atividades sobre patrimônio e cultura local para o aprendizado



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

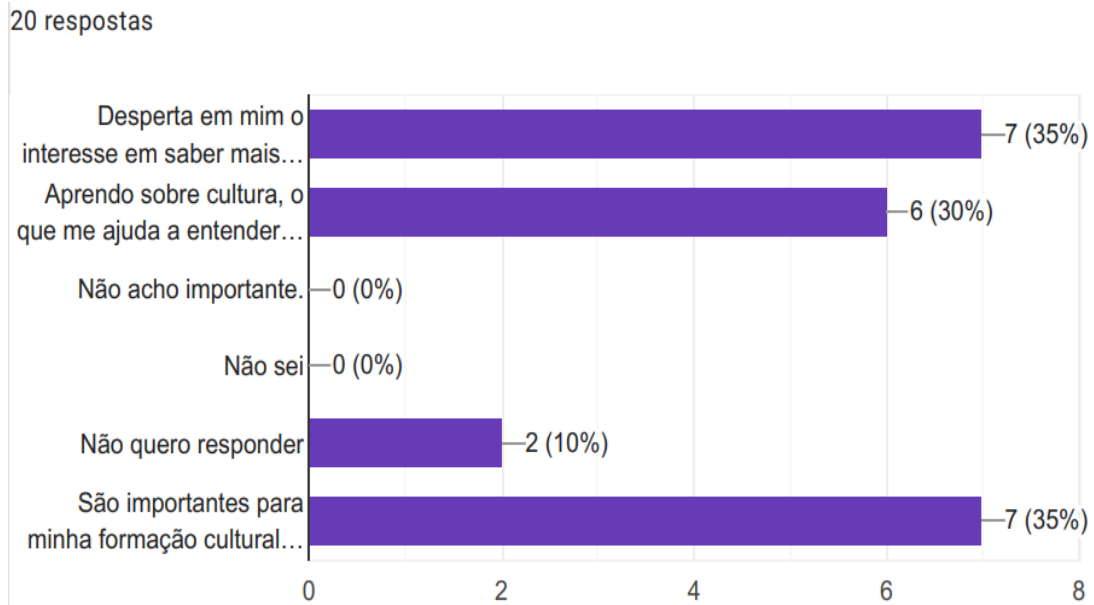
Dos 20 estudantes, 50% afirmou que “sim”, dois descreveram “nas aulas de história sempre é citada a história da cidade” (E9), “quando fiz a maquete” (E15), cuja resposta ressalta a importância da atividade prática no desenvolvimento do aluno. Outros 25% dos estudantes disseram que “não” contribui, já outros alunos informaram que “os professores não falaram sobre a história da nossa escola” (E7), “os professores ainda não falaram sobre o nosso patrimônio e sim de outras matérias e história, lugares” (E16). Diante dessas informações, é importante citar a observação de um estudante o qual declarou: “Foi prestando atenção nas aulas” (E9).

Analisamos que, na atualidade, é um desafio para o docente tornar as aulas mais atrativas, com recursos tecnológicos que busquem fazer uma relação com a história local, face ao pouco investimento do poder público. Ao serem indagados sobre os recursos que o professor utiliza na sala de aula, por meio da pergunta nº 14, 75% informou que ele usa o livro didático, 85% o quadro branco e pincel, 60% o *Datashow* e 5% as apostilas. Mesmo com essa realidade, os estudantes identificam as atividades culturais desenvolvidas na escola como importantes

Assim, foram questionados, pela pergunta nº 15, se *Para você, qual a importância das atividades culturais sobre patrimônio desenvolvidas na escola?* Os alunos apontaram conforme Gráfico 6, a seguir:

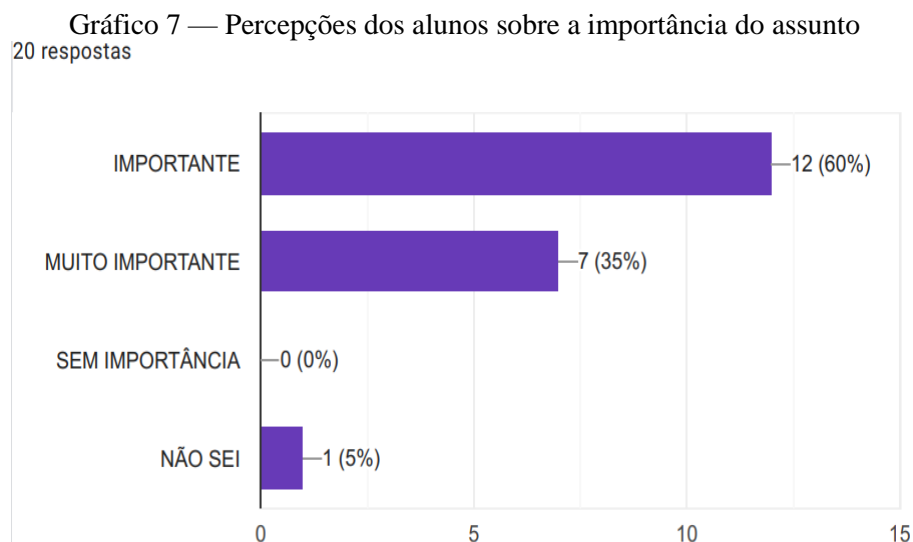
Gráfico 6 — Importância das atividades culturais sobre patrimônio desenvolvidas na escola





Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Esses índices identificam que o corpo discente reconhece que as atividades culturais sobre patrimônio são importantes para a sua formação. Dessa forma, foi perguntado aos alunos, pela pergunta nº 16, *Você acha que esse é um assunto?* As respostas dos alunos estão descritas no Gráfico 7, que segue.



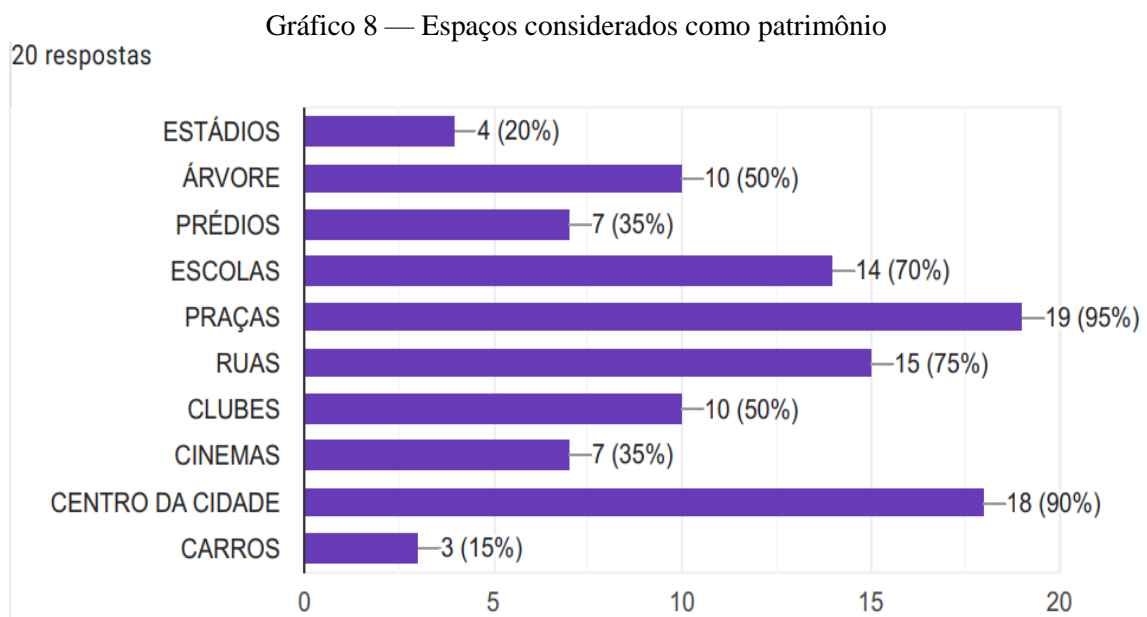
Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Dentre o grupo de entrevistados, 65% dos estudantes afirmaram ser “importante”, 35% declararam ser “muito importante”.

Na pergunta nº 17, os alunos foram indagados: *Você considera este assunto?* Do total de entrevistados, 75% dos estudantes consideraram “interessante”, 10% como “muito interessante” e 15% afirmaram “não sei”.

Esses dados demonstram a aceitação que esse tema tem, e como é acolhido na escola pesquisada, entre a juventude, uma vez que eles interpretam o texto da cidade por intermédio do cotidiano de quem convive nela. A pergunta nº 18 perguntou: *Você interpreta o texto da cidade, a partir de:*

Os entrevistados listaram pontos referenciais em relação aos espaços considerados como patrimônio da cidade (Ver gráfico 8).



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Os alunos destacaram como patrimônio cultural da sua cidade “ruas, praças, centro de Vitória da Conquista, museus, festas, etc” (E11), “a biblioteca municipal de Vitória da Conquista” (E16), “o Cristo, praças e casas” (E8), o E2 citou, também, o patrimônio imaterial como “as religiões, festas culturais, culinária, tradições”. De fato, “os valores culturais não são criados pelo poder público, mas têm como ventre gerador a própria sociedade, esclarecendo, portanto, que o papel do Estado é declaratório e protetor e não instituinte” (SCIFONI, 2017, p. 10). Por estarem em processo de formação, os estudantes têm uma noção de patrimônio cultural diante da sua vivência que, certamente, irá se aprofundar com o passar do tempo.

Os estudantes apontaram exemplos do seu cotidiano como praças (95%), centro da cidade (90%), ruas (75%) e escolas (70%). A última pergunta nº 19 Questionou: *Na sua cidade, o que você destacaria como patrimônio cultural?*

Os discentes citaram os mesmos elementos descritos acima, como “a biblioteca municipal de Vitória da Conquista” (E6), “a Praça Tancredo Neves, o Cristo, as casas e os museus, ruas” (E8) e o “Museu Padre Palmeira” (E12).

Logo, percebemos que as pessoas que responderam aos questionários possuem a compreensão de que o patrimônio cultural é fundamental para a cultura de um povo, seja por meio de espaços, ações, manifestadas e vividas, costumes, histórias que marcam a nossa memória e que pertencem a nossa cultura. Segundo Nora (1993), existe uma distinção entre história e memória, a primeira é constituída por meio do esforço de racionalização, técnica seletiva, representa o passado, já a memória envolve os afetos, é mutável, é o eterno presente.

Nessa abordagem, que investiga como alunos e professores dos anos finais do ensino fundamental compreendem/concebem patrimônio cultural e de que modo a prática docente viabiliza ações orientadas para um trabalho de conscientização e preservação do patrimônio cultural no país no âmbito das instituições escolares, observamos que valores e referências estão relacionados e envolvem a afetividade, com isso, processos históricos ainda estão presentes na memória.

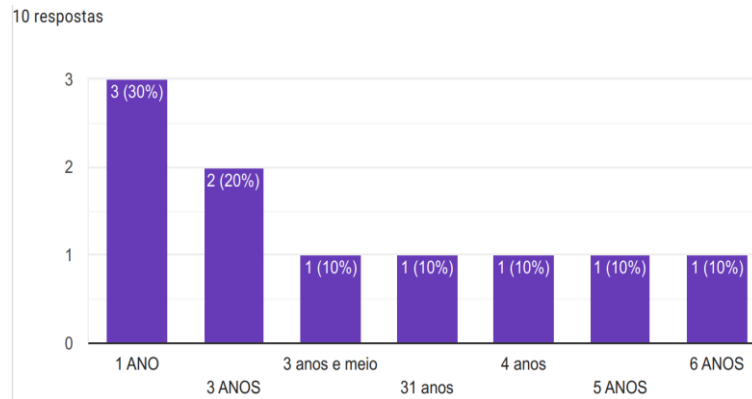
A história do povo conquistense também reaparece na convivência contemporânea. Há uma necessidade de que os participantes se reconheçam como agentes participantes dessa história. Pela ausência de tombamentos, trabalhamos com a visão do patrimônio incorporado pela comunidade em face do entendimento comum, tal como de experiências pessoais e coletivas.

### 3.3.2 Do professor

Nesse tópico, iremos mostrar como foi desenvolvida a pesquisa, para tanto, será descrita a abordagem em função da percepção do professor. As perguntas também foram organizadas em três tópicos para facilitar a compreensão de todos, dessa forma, o tópico I apresenta a educação patrimonial e a escola; no segundo tópico temos metodologias e recursos; e o III abrange o patrimônio e o cotidiano.

A escolha de 10 funcionários da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, abrangeu 8 professores, 1 agente de leitura e 1 coordenadora pedagógica, cujo tempo de atuação como docente nesta escola está descrito no Gráfico 9, a seguir. Portanto, são professores que estão à frente dos trabalhos em sala de aula, os quais direcionam e efetivamente decidem os rumos que o ensino e aprendizagem vão ter, por isso, eles têm acumulado suas vivências e são capazes de orientar os alunos, estimulando-os a expandirem seus interesses e horizontes.

Gráfico 9 — Tempo de atuação como funcionário nesta escola

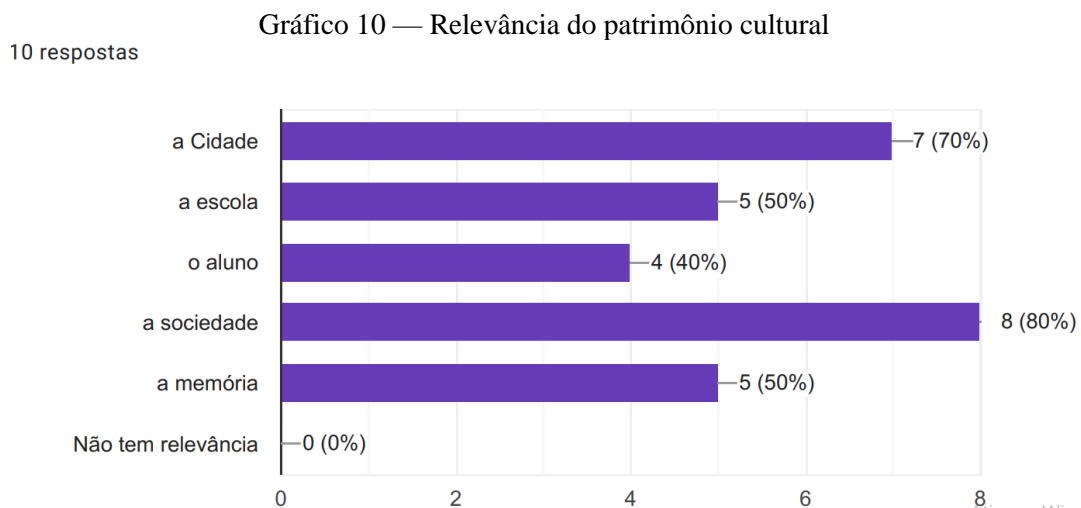


Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023)

A seleção dos entrevistados considerou estarem presentes no cotidiano, trabalhando no colégio, alguns durante vários anos, conhecendo a dinâmica e as propostas desta unidade de ensino, visto que esse tempo de experiência funciona como um elo passado de geração em geração a serviço de todos, como deve ser o papel de uma escola pública municipal.

#### a) Educação patrimonial e a escola

Para iniciar a análise dos dados, os docentes foram questionados sobre a relação entre educação patrimonial e escola, por meio da Pergunta nº 1: *O Patrimônio Cultural tem relevância para: Por quê?* As respostas dos docentes estão elencadas no Gráfico 10, que segue.



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Por termos também respostas subjetivas, para uma melhor organização dos dados a identificação também foi feita conforme a ordem de entrega dos questionários respondidos de forma anônima, de modo que os professores foram enumerados de 1 a 10. Conforme o retorno

dos participantes, identificamos que o professor (P7) justifica sua resposta e declara: “porque conta um pouco da história da nossa comunidade e ao olhar o passado podemos pensar no futuro” daí a alternativa “a sociedade” ter o maior percentual, de 80%. O professor (P4) afirma que “faz parte de quem somos” fundamental para nossa formação enquanto ser humano, estabelecendo uma relação com a problematização desta pesquisa em investigar como a cidade e o seu patrimônio fazem parte do processo formativo dos estudantes da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa.

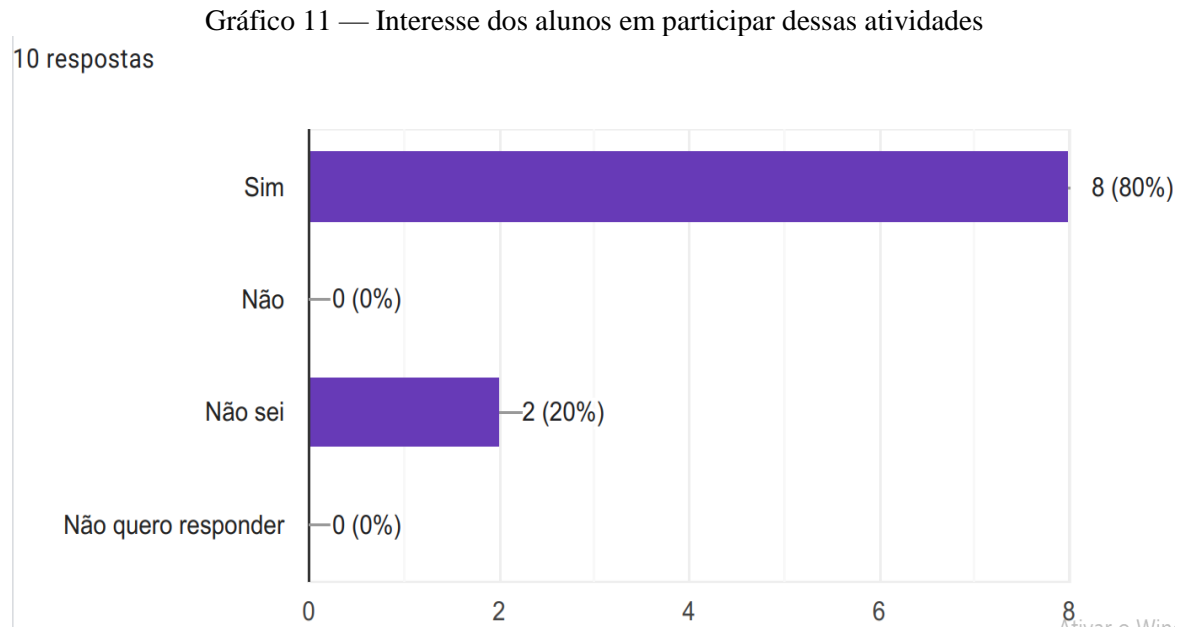
O professor (P10) esclarece que “tem relevância para todas as categorias porque ambas estão presente no nosso cotidiano, nas nossas relações sociais constituindo a cultura”. O pensamento de Fonseca (2012) corrobora esses comentários ao definir: “Patrimônio é tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e as obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos as ideias e as fantasias” (Fonseca, 2012, p. 6).

Além disso, foi perguntado aos professores, por meio da pergunta nº 2, sobre se *O Patrimônio Cultural, a memória e a história local são temas abordados na disciplina ministrada pelo senhor(a)? Se sim, de que forma?* Do total de entrevistados, 100% afirmou que trabalha com esses temas, o que é muito importante, uma vez que há uma preocupação dos docentes com a formação crítica dos seus educandos mediante “pesquisas sobre a história da cidade e visitas a museus, a praças e monumentos” (P1), assim, “na busca de aproximar os conteúdos da realidade dos estudantes, valorizando o que lhe é mais próximo, por tanto familiar” (P2).

Ao tratar sobre os conteúdos, o PPP da escola enfatiza “para que a escola alcance estes princípios precisa admitir que os seus conteúdos, vão além dos saberes escolares, pois devem se referir aos conhecimentos utilizados pelos sujeitos na sua vida cotidiana” (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 22, no prelo). A resposta do docente (P4) vai ao encontro desta orientação, uma vez que afirma: “na disciplina de Educação Ambiental trago alguns traços culturais do município e alguns patrimônios da cidade”, já o professor (P9) reforça tal pensamento ao declarar que “por meio de projeto no mês de novembro que se celebra o aniversário da cidade, refletiu-se de forma integrada a história, a geografia e a arte”. Todos esses meios fundamentam o esforço que os docentes têm de buscar trabalhar com esses temas nos diversos níveis de escolaridade, cada um a seu modo, dado que, de forma interdisciplinar, buscam alcançar os seus objetivos e dar a sua contribuição para as habilidades e competências necessárias para os estudantes durante a sua formação. A esse respeito, Scifoni (2017, p. 10) evidencia que

No caso da educação patrimonial, os novos instrumentos institucionais criados pelo Iphan, da mesma forma, deslocam a matriz das ações educativas daquilo que era legalmente protegido pelo tombamento ou registro, para as referências culturais, portanto, para aquilo que, mesmo não sendo institucionalizado, tem sentido e significado para os diferentes grupos sociais.

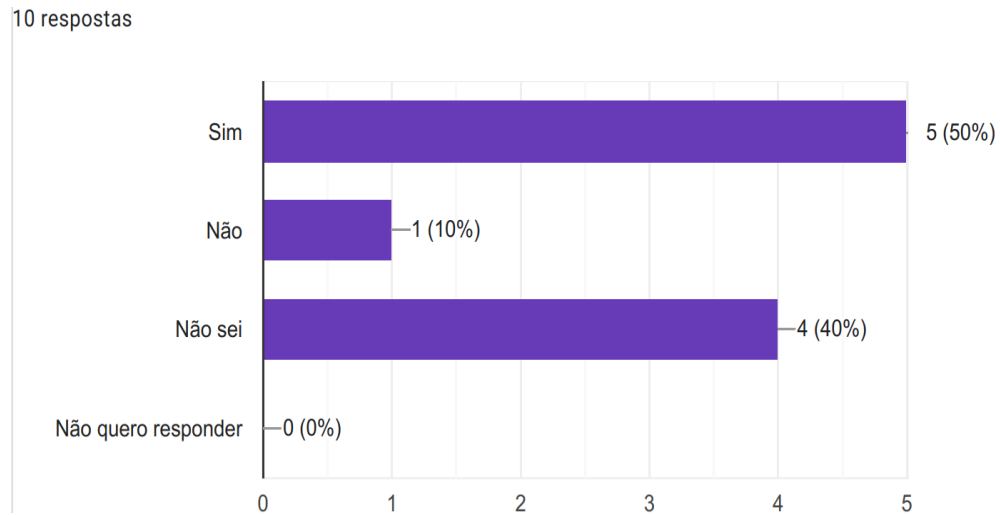
Diante disso, na pergunta nº 3, que indagou: *Você percebe o interesse dos alunos em participar dessas atividades?* As respostas representadas pelo Gráfico 11, a seguir, indicaram:



Assim sendo, percebemos que os alunos têm interesse em participar dessas atividades, o que foi confirmado por 80% dos professores. Contudo, observamos que ainda há muito o que se fazer para a efetivação de políticas públicas que incentivem o apoio entre a escola, o poder público e a sociedade civil, de modo que sejam fornecidos os recursos necessários — transporte, segurança, pessoal de apoio que possa acompanhar junto com os professores os jovens, dentre outras necessidades — visto que a ausência deles desestimula a concretização dessa parceria.

Na pergunta nº 4, os docentes foram indagados se *Existe alguma ação, projeto ou oficina que envolva educação patrimonial na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa?* O Gráfico 12 demonstra o retorno dado pelos professores.

Gráfico 12 — Existência de alguma ação, projeto ou oficina que envolva a educação patrimonial na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Essas informações permitem inferir que 50% dos docentes realizam ou observam a presença da educação patrimonial na escola.

A pergunta nº 5 solicitou: *Caso tenha conhecimento de alguma ação, projeto ou oficina realizada na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa que envolva educação patrimonial, comente.* Os professores responderam que por meio de “visitas a museus, pontos turísticos e exposições”(P1), sobretudo, “antes da pandemia realizamos algumas visitas em museus no centro” (P6), também, “já foram desenvolvidos vários projetos na escola com o intuito de fomentar no alunado o interesse de conhecer a cultura, arquitetura, abordando vários elementos importantes para consolidação da memória cultural. Aniversário da cidade, Consciência Negra, etc.” (P2).

Cabe destacar que, no PPP da escola, é citado um projeto de duração de 15 dias sobre a história da cidade, cujo objetivo foi mostrar aos alunos que eles podem e devem conhecer a história do povo conquistense (Prefeitura [...], 2022/2023, p. 78, no prelo). Tal projeto prevê a participação da Orquestra Sinfônica NEOJIBA, do Coral da Escola Cláudio Manuel da Costa e da orquestra do Instituto Social Padre Benedito Soares. O professor (P3) enfatiza que são feitas “orientações durante as aulas, e na entrega do material no início do ano letivo, cujas temáticas inclui a preservação e o cuidado com a escola, sobretudo a memória” reconhecendo que ela representa um patrimônio da cidade e que os estudantes precisam cuidar do seu ambiente escolar.

Na pergunta nº 06, os docentes foram indagados sobre se *A comunidade local participa das atividades culturais da escola?* Do total de participantes, 60% responderam que “sim”, “em eventos abertos ao público, as mães, irmãos, a família vem prestigiar o trabalho dos alunos e equipe pedagógica” (P5).

## **b) Metodologias e recursos**

A pergunta nº 7 indagou o professor sobre se *Você já recebeu alguma formação pedagógica proposta pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) sobre patrimônio cultural em Vitória da Conquista?* Das respostas, 70% disseram que “não” receberam formação, apontando a necessidade de receberem mais formações pedagógicas sobre essa temática, destes 30% disseram que participaram e que “a experiência foi muito proveitosa, pois foi desenvolvido na escola o projeto sobre Vitória da Conquista onde toda a comunidade escolar participou com interesse, e satisfação de conhecer a história da cidade” (P5).

Nesse sentido, houve o seguinte questionamento, na pergunta nº 8, sobre se *Houve desafios e dificuldades para trabalhar com esse conteúdo? Se sim, pode descrever a experiência?* Do total de docente, 44% disseram que “sim”, 44% disseram que “não” e 12% “não quero responder”. Entre o percentual que relatou desafios e dificuldades, obtivemos as seguintes respostas: “desafios como falta de recursos, materiais e até de conteúdo mesmo”(P3), “a falta de um material previamente organizado e selecionado para tal fim, impõe mais tempo para preparação” (P1), “quando trabalhamos com o projeto de Conquista, houve pouco material de consulta. Site da prefeitura, livro de Ana Emília Quadros, e de Mozart Tanajura” (P4), “foi muito trabalhoso, mas conseguimos nossos objetivos de promover para os alunos um projeto tão importante para a construção da cidadania” (P2), ou mesmo, “tenho dificuldade de trabalhar com esse conteúdo pela pouca informação sobre a cidade, não moro em Conquista, além do acervo em alguns períodos ser de difícil acesso. Também observo que alguns alunos não levam a sério e dão pouca importância ao tema” (P9).

Todos esses apontamentos são fundamentais para dar voz ao docente que, no seu cotidiano, trabalha de modo resistente, já que, em muitos momentos, não recebe apoio. Apesar disso, tentam dialogar com essa temática do modo que é possível, e não com as condições que desejam, além de “uma das grandes dificuldades do trabalho pedagógico com os temas transversais é, justamente, o fato de o professor sentir-se muitas vezes inseguro, tateando temas que não são específicos e próprios de sua formação” (Figueira, 2012, p. 66).

Considerando os recursos utilizados pelo professor na sala de aula, elaboramos a pergunta nº 9 que objetivou identificar se *O livro didático, planos de curso dentre outros recursos de apoio mencionam ou contribuem para o ensino e aprendizado do patrimônio local?*

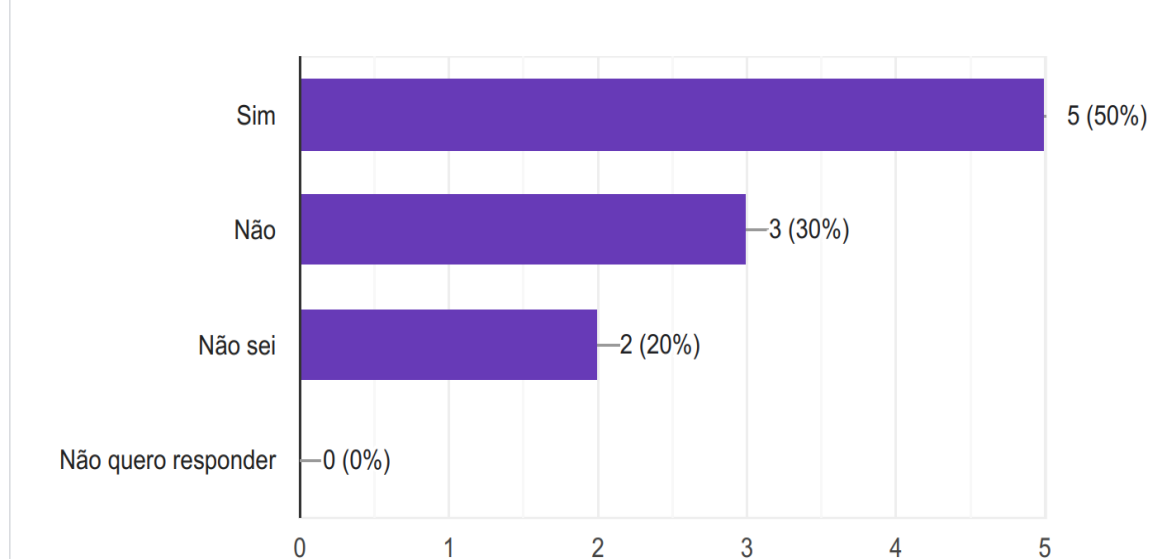
O Gráfico 13, a seguir, permite observar que 50% dos professores afirma que “sim”, contribuem, já 30% disseram que “não” e 20% afirmaram “não sei”. Um aspecto a salientar é



que, muitos livros, por serem produzidos por autores de outras regiões do país, não apresentam a cultura local em seus conteúdos, daí a carência dos docentes em encontrarem materiais de pesquisa sobre a cultura local, conforme relatado pelos depoimentos descritos anteriormente.

Ao longo desta pesquisa, identificamos a necessidade de a SMED, com o seu corpo pedagógico, organizar um material sobre cultura local que sirva de apoio e orientação a ser utilizado em toda a rede municipal de ensino, pois os docentes relatam que nos livros didáticos utilizados na escola esse tema aparece “muito distante da realidade local” (P7), “de forma vaga, na exposição oral que aprofundamos” (P6), “citam exemplos muitos gerais ou citam grandes centros” (P2). Tais falas reforçam as respostas elencadas no Gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13 — Menção ou contribuição dos recursos para o ensino e aprendizagem do patrimônio local  
10 respostas



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

### c) Patrimônio e cotidiano

Quanto à relação do patrimônio com o cotidiano, pretendíamos entender como a educação patrimonial é inserida ou se apresenta nos processos de ensino e de aprendizagem na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa. Para isso, é importante compreender qual o entendimento que esses profissionais têm da educação patrimonial. Assim, eles foram questionados, por meio da pergunta nº 10, sobre *O que você compreende por educação patrimonial?*

O professor (P2) acredita que é “O conhecimento e estudo do patrimônio, como maneira de vivificar compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, contribuindo para seu reconhecimento, sua valorização e preservação”

aproximando-se da mesma compreensão de Florêncio (2012). Ainda conforme este autor, “a Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades do mundo contemporâneo” (Florêncio, 2012, p. 24).

O (P4) afirma que educação patrimonial é “tudo aquilo que nos rodeia em nossa cidade”, o que se aplica à Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa que apresenta uma localização privilegiada, mesmo estando na zona urbana. Assim, o (P5) comunga do mesmo pensamento de Franco (2022), ao declarar que “aquela educação voltada para a sensibilização das manifestações culturais, das produções culturais da sociedade” se concretiza em “ações que visam fazer com que a comunidade escolar reconheça e valorize os bens culturais que contemplam o patrimônio cultural do lugar” (P8), já (P6) acredita que a educação patrimonial são “informações, orientações, mecanismos físicos e pedagógicos que facilitam a compreensão da temática de forma a mudar comportamentos e estereótipos” essas últimas características são fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, na formação dos discentes e na realização de ações críticas na sociedade.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 8) também acreditam que “A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertam nos alunos o interesse em envolver questões significativas. Em analogia a esse pensamento, (P10) afirma que no “processo de ensino e de aprendizagem sobre patrimônio cultural de uma cidade” é indispensável a prática da educação patrimonial, mediante acesso a conhecimentos, com sensibilidade e conscientização sobre os bens patrimoniais.

A pergunta nº 11 buscou saber: *Você desperta o aluno sobre o local ou o entorno em que ele estuda?* Do total de entrevistados, 90% dos docentes afirmaram que “sim”. Esse dado nos ajuda a perceber como alunos e professores vivem a escola situada no centro da cidade e como se relacionam com ela, aproveitando-se de sua localização privilegiada para reconhecerem o contexto no qual estão situados.

Comungando desse mesmo pensamento, os professores foram questionados, na pergunta nº 12, se *Já saiu a campo pela área externa da escola e ruas adjacentes e/ou do centro com os alunos, por algum motivo? Justifique.* Dos 10 informantes, 45% afirmou que “sim” e 55% que “não”. Os que afirmaram “não” comentaram que “o desafio burocrático da logística foi um fator desanimador” (P2), assim como o (P7) afirmou que “existem uma imensidão de possibilidades, porém para conseguir transporte, por exemplo é muito complicado”, “temos receio em sair, pois são muitos alunos e poucos auxiliares para ajudar nessa comunicação”

(P10). Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 26),

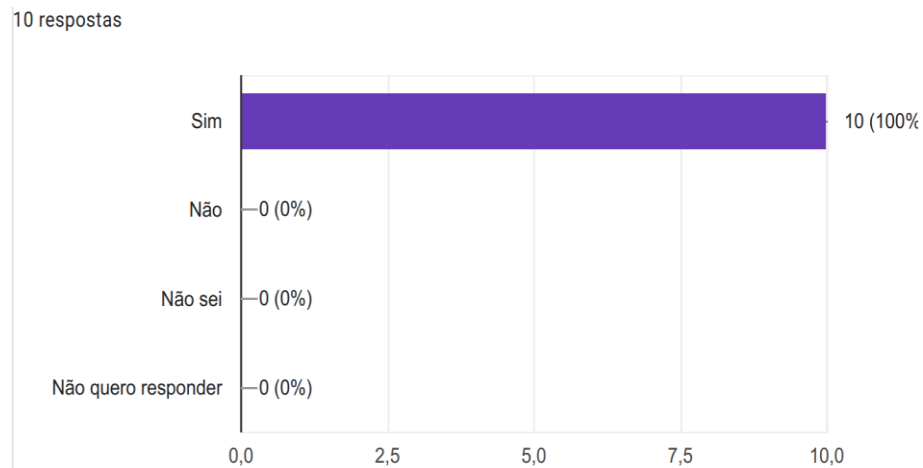
Os Centros históricos de muitas cidades do Brasil são excelentes para estimular o professor e seus alunos a estabelecer e compreender as relações fundamentais entre o presente, o passado, e as mudanças ocorridas nos modos de vida das pessoas que neles viveram, assim, como nas próprias cidades.

Diante disso, por meio da pergunta nº 13 indagamos se o docente *Acredita que a situação do lugar pode contribuir com algum tipo de aprendizado?* Do total, 90% afirmaram que “sim” e 10% que “não” resposta que atende ao objetivo dessa pesquisa em buscar compreender como a cidade e o seu patrimônio fazem parte do processo formativo dos estudantes.

Em relação a isso, o professor (P5) comenta que contribui “para a sensibilização e mesmo valorização dos espaços, uma vez que os alunos devem perceber-se como agentes ativos desses processos” além de “o aluno passa a conhecer o lugar e a importância de contribuir com a preservação daquele ambiente tão importante para a cultura local” (P3). O professor (P4) apresenta o aspecto social como importante nessa investigação por “contribuir tanto positivamente, como negativamente. Os alunos convivem com uma realidade difícil e isso acaba gerando traumas que influenciam na concentração, na aprendizagem” e isso compromete “a mudança de comportamento, valorização do ambiente, valorização da história” (P4).

Para compreender a educação patrimonial nessa escola, a pergunta nº 14 interrogou se *Você acha que estudar o patrimônio cultural é importante para a formação dos alunos?* O Gráfico 14, adiante, elenca o retorno dado pelos docentes.

Gráfico 14 — Importância do patrimônio cultural para a formação dos alunos



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Esse resultado evidencia o posicionamento dos professores e demonstra o entendimento deles acerca da importância do patrimônio cultural para a formação dos alunos. Tal resposta reforça a concepção sobre o que é educação patrimonial que está em consonância com os estudiosos do assunto.

Pelegri (2009, p. 114) infere que “a inclusão da educação patrimonial nos diversos níveis de ensino possibilita a irradiação dessas concepções” que abrangem o patrimônio como a memória e o pertencimento. Florêncio (2014) acredita que a educação patrimonial, por possuir muitos desafios, precisa ser renovada partindo da “problematização da realidade e das políticas de patrimônio no país, desmistificando ideias conservadoras do passado, superando os limites de uma ação tradicionalista fundada na transmissão de informações e conteúdos” (Scifone, 2017, p. 13).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural, a educação e a cultura local são temas fundamentais para a consolidação de processos de ensino e de aprendizagem que sejam comprometidos com a formação dos jovens. Assim, a educação patrimonial é capaz de promover “um diálogo que aborda a cultura e os patrimônios locais de forma permanente e equilibrada entre o antigo e o novo, o simples e o complexo, o todo e a parte [...]” (Franco, 2022, p. 33).

Quando foi iniciada a pesquisa, constatamos que ainda há, atualmente, ignorância por parte da população sobre o conceito de patrimônio, assim como a respeito da relevância que os elementos culturais têm na constituição da história, da memória, sobretudo, para a formação do sujeito. Muito embora a Constituição Federal Brasileira assegure o acesso a conhecimentos relacionados a esses elementos.

Logo, conseguimos demonstrar que a escola é legitimada pela comunidade escolar e que é, também, o centro de vários dilemas educacionais. Estes são diluídos em meio a uma instituição que se esforça para formar e educar sem condições adequadas. Desse modo, instruir para a educação patrimonial crítica e dialógica em meio aos vários aparelhos culturais em seu entorno, sendo um deles a própria escola, ainda é uma prática a ser realizada, portanto, um desafio a ser alcançado por esta instituição.

Com a reflexão aqui empreendida, conseguimos relacionar patrimônio, cidade e educação patrimonial numa perspectiva dialógica, além de entender como a educação patrimonial é inserida ou se apresenta nos processos de ensino e de aprendizagem. Tivemos como *locus* na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa que se mostrou ideal para a pesquisa. Percebemos por intermédio das observações e da análise dos dados como alunos e professores vivem a escola situada no centro da cidade e como se relacionam com ela, aproveitando-se de sua localização privilegiada para reconhecerem em que contexto se situam. O que responde plenamente aos objetivos propostos pelo nosso estudo.

A pesquisa queria saber como os alunos conhecem/desconhecem o patrimônio cultural da sua cidade, bem como sobre a importância da sua preservação enquanto patrimônio material e imaterial da sociedade. Pudemos perceber que falta à escola (professores/ coordenadores/ equipe gestora) um planejamento e preparação concernente à efetivação do trabalho com a Educação Patrimonial, o que decorre do desconhecimento acerca da relevância de práticas nesse âmbito.

Ficaram evidentes visões demasiadamente restritas acerca do tema, que ainda parece se mostrar, em muitos aspectos, longe da articulação com os conteúdos escolares, assim como da vivência dos alunos. Durante a pesquisa, verificou-se que a maioria dos participantes tem o entendimento da linguagem patrimonial, reconhecendo o seu valor para a coletividade, contudo,

compreendemos que existe uma relação diferenciada do espaço geográfico, pois, para alguns, o casarão e o seu entorno não parecem apontar para um registro memorial. Dessa forma, concluímos que ainda falta, na formação desses jovens, a percepção plena do seu contexto e a crítica que evidencie a importância da memória e da cultura como cruciais para a vida em sociedade. Lembrando que nada disso depende necessariamente dos dispositivos legais, os bens que não são tombados podem ser objetos de valorização e reconhecimento.

O uso do centro da cidade em muitos momentos não se fixa no reconhecimento de pertencimento e valorização do patrimônio cultural da cidade capaz de conferir uma “aura simbólica” (Nora, 1993, p. 21). Diante disso, é importante que a escola desenvolva uma ação pedagógica voltada para a própria escola e entorno. Tal prática pode revelar potencialidades ainda não exploradas, pois entendemos que a educação patrimonial tem a capacidade de fortalecer vínculos entre a cidade e seus habitantes.

A escola se constitui como um importante instrumento para a defesa, promoção e identificação do patrimônio cultural presente no cotidiano do aluno. Assim, constatamos que os estudantes da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa percebem o valor da escola, isso porque a maioria reconhece a escola como um patrimônio da cidade de Vitória da Conquista, embora desconheçam sua história. No cotidiano, encontram um fluxo de pessoas que vivem a cidade assim como eles, em alguns momentos participam de eventos culturais, mas parecem distantes do sentido objetivo da educação patrimonial. Fica evidente que os alunos não têm o esclarecimento e o entendimento explícito e comum a todos eles, decorrentes de um trabalho sistemático e do próprio PPP.

Em função disso, torna-se necessária a realização de mais ações visando ao trabalho com o patrimônio cultural da cidade e ao entrosamento dialógico desses estudantes, uma vez que as dinâmicas coletivas podem ajudar na formação de valores coletivos, fazendo com que, em consequência, os próprios alunos e professores sejam agentes de estímulo às políticas de valorização e proteção do patrimônio cultural.

Diante disso, observamos que a escola carece de investimento financeiro e de educação patrimonial para efetivamente contribuir com a construção e a preservação de uma memória. Para isso, seriam necessários espaços na própria escola que tratem especificamente sobre a história e sobre a sua importância para a dinâmica da cidade. Seria interessante até a instalação material de recursos como a criação de um acervo organizado e conservado que possa reunir “a nostalgia de uma época que fora viva e presente [...] As sociedades modernas buscam estes lugares-referência e os transformam em patrimônio” (Carvalho, 2011, p. 25-26).

A escola deve ser um lugar de histórias. Bittencourt (2008) chega a discorrer que se

torna cada vez mais necessário o ensino de história local, uma vez que ele possibilita “a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho e lazer- e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (Bittencourt, 2008, p. 84).

Ao longo dessa pesquisa, que buscou entender como a cidade e o seu patrimônio cultural fazem parte do processo formativo de estudantes dos anos finais do ensino fundamental da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, os fundamentos do diálogo proposto por Paulo Freire foram a confirmação elucidativa. Dessa forma, o estudo de caso, de natureza qualitativa e descritiva, serviu para que a pesquisa documental, por meio de visitas ao Arquivo Público Municipal, análise do PPP, investigação sobre as leis recentes sobre a temática, dentre outras fontes para análise, fossem realizadas. Nesse entendimento consciente sobre o papel formador e transformador da educação, esperamos que essa pesquisa possa ter contribuído para a temática da educação patrimonial. Por fim, esperamos que futuras pesquisas possam se utilizar ainda mais das fontes disponíveis para o levantamento de dados sobre a memória do povo conquistense, visto que há várias possibilidades advindas do debate com e sobre o patrimônio cultural que é construído no cotidiano, na resistência e na consciência crítica de todos.

## REFERÊNCIAS

ADAS, S. M. **Expedições geográficas: 7ºano**. 4ed. São Paulo: Moderna, 2022.

BAHIA, **Lei n. 8.895 de 2003**. Institui normas de proteção e estímulo à preservação do

patrimônio cultural do Estado da Bahia, cria a Comissão de Espaços Preservados e dá outras providências. Disponível em [http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/lei-8895.pdf/](http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/lei-8895.pdf) Acesso em: 22 de jan.2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, J. **Solar dos Fonseca**. Publicado em 10 de março de 2016 por [pela\\_cidade\\_](https://pelacidadeblog.wordpress.com/2016/03/10/solar-dos-fonseca/) conquista, 2016. Disponível em: <https://pelacidadeblog.wordpress.com/2016/03/10/solar-dos-fonseca/> Acesso em: 22 de jan. de 2023.

BITENCOURT, K. de A. **Passando dos limites: Processos de subjetivação de alunos em situação de risco**. Salvador: UFBA, 2009.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOHM, D. **Diálogo: comunicação e redes de convivência**. (editado por Lee Nichol); tradução de Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athenas, 2005.

BOULOS JÚNIOR, A. **História sociedade & cidadania: 7º ano: ensino fundamental: anos finais**. 4ed-São Paulo: FTD, 2018.

BRAGA, M. V. **“Antes a praça era uma coisa e hoje é outra” Refuncionalização e dinâmica Socioespacial do núcleo histórico de Vitória da Conquista – Bahia**, 2021.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-**Lei nº 25/37 de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)/Acesso em: 25 de Jan.

BRASIL. Decreto-**Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Dispõe sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 5.692, DE 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971, Página 6377 (Publicação Original). Brasília, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20.12.96**, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional” in Diário da União, ano CXXXIV.n. 248, 23.12.96. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 16 de Jan.2023.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, Brasília: 2018.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino**



**Fundamental.** Brasília: MEC/SEF.1997.

BRASIL. **Portaria 137 de 28 de abril de 2016.** Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016b.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégia para entrar e sair da modernidade.** 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *In*. IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio.** Nº23- Cidade.1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=2/> Acesso em 25de jan. de 2022.

CARVALHO, E. L. de. **Os alunos do Colégio Estadual Souza Aguiar e a apropriação do patrimônio cultural da Lapa:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8179>. Acesso em 22 de mar. de 2022.

CHAUI, M. **Cidadania Cultural.** 1.ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu abramo, 2006.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio.** 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

**CIDADE Educadora:** conceito e histórico. [S. l.]: Associação Cidade Escola Aprendiz., 2016. Potenciais Educativos do Território Urbano. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/formacoes/saopaulo/dreipiranga/2016/03/09/cidade-educadora/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

COUTINHO, G. R. **Se liga na arte.**1. ed. -São Paulo: Moderna, 2018.

**ESCOLA MUNICIPAL CLÁUDIO MANUEL DA COSTA.**

@Esc.Mun.ClaudioManueldaCosta. Disponível em:

<https://m.facebook.com/Esc.Mun.ClaudioManueldaCosta>. Acesso em: 26 ago. 2023.

FERNANDES, L. História da educação em Conquista. **Revista Histórica- Taberna da História.** Agosto de 2013.

FERREIRA, E. S. **Memórias silenciadas de professores:** relações de poder em uma escola pública de Vitória da Conquista-BA, no período da Ditadura Civil-militar no Brasil . Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

FIGUEIRA, C. A. R. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental:** conceitos e práticas.São Paulo: Edições SM,2012.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. *In*: **Educação Patrimonial:** reflexões e práticas. TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) João Pessoa: IPHAN, 2012.

FLORÊNCIO, S. R. R. *et al.* **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos.

Brasília, DF: IPHAN, 2014.

FONSECA. M. C. L. IPHAN. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais.** Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3. ed. Brasília, DF : Iphan, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha\\_1\\_parasabermas\\_web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_parasabermas_web.pdf). Acesso em: 22 de abril de 2023.

FONSECA. M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc. Iphan. 2005.

FRANCO, F. C. **Educação, patrimônio e cultura local: concepções e perspectivas pedagógicas.** Curitiba; CRV, 2019.

FRANCO, F. C. **Educação, patrimônio e cultura local: concepções e perspectivas pedagógicas.** Curitiba; CRV, 2019.

FREIRE. P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE. P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE. P. **Política e educação: ensaios.** São Paulo, 5ª ed. Cortez, 2001.

FREIRE. P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**– São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FREITAS, E. P.; CASSANI, J. M. **Cultura no Contexto Escolar.** Digital Editora. 2020. Disponível

em: <https://digitaleditora.com.br/uploads/arquivos/8df2181b2efc9a64b9a809adde01d3a503042021111109.pdf>. Acesso em: 23 de jun.2021. Acesso em: 03 de mar. de 2022.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GÓMEZ-GRANNEL,C.; VILA I. **A cidade como projeto educativo.** [et al]; trad. Daisy Vaz de Moraes- Porto Alegre. Artmed, 2003.

**GOOGLE EARTH website.** <http://earth.google.com/>, 2023. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@14.84670754,40.83786951,941.48867712a,1025.31784644d,35y,42.5086952h,45.00005174t,0r/> Acesso em: 25 ago. 2023.

**GOOGLE MAPS. Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa,** 2022. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Escola+Municipal+Cl%C3%A1udio+Manuel+da+Costa/@-14.8469207,-40.840061,17z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x7463a4ac2aaaaab:0x160d98265875b30b!8m2!3d-14.8469259!4d-40.8354476!16s%2Fg%2F1td2bjmc?entry=ttu> Acesso em: 25 ago. 2023.

**GOOGLE MAPS. Tiro de Guerra 06-006/Vitória da Conquista – BA,** 2020. Disponível em: <https://www.google.com/maps/contrib/115272007990869344592/photos/@-14.846947,-40.835624,3a,75y,90t/data=!3m7!1e2!3m5!1sAF1QipNeFQ3eTfmO-ki3KMz3P52UhUAsvG0dfzGL-Ez6!2e10!6shttps:%2F%2Fh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNeFQ3eTfmO-ki3KMz3P52UhUAsvG0dfzGL-Ez6%3Dw365-h273-k->

no!7i4000!8i3000!4m3!8m2!3m1!1e1?entry=ttu Acesso em: 25 ago. 2023.

GOULART, B. **Centro SP: uma sala de aula**. 1ª edição- dezembro de 2008. Editora Peiropolis.

GOULART, E. A. P. **Memória Conquistense**, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/hashtag/memoriaconquistense/Vitória da Conquista>. 30 de Novembro de 2021 .Acesso em: 03 de mar. de 2022.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**: São Paulo. Vértice, 1990.

HORTA, M. De L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN: Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades**. Vitória da Conquista. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/vitoria-da-conquista.html/> Acesso em 02/11/2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Bens Tombados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126/> Acesso em: 22 de abril de 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**. Brasília: Iphan-MinC, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=30&busca/> Acesso em: 23 de jan.2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF : Iphan, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha\\_1\\_parasabermais\\_web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_parasabermais_web.pdf). Acesso em: 22 de abril de 2023.

IPAC. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural**. Casa de Cultura Solar dos Fonseca. Nº: BR 33307-1.2-I 006. p.395

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAIS, G. B. R. **Monumentos de Vitória da Conquista: patrimônio cultural e discursos de memórias** (dissertação). UNIRIO, 2009.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez, p7-28, 1993.

ONU NEWS. **UNESCO oferece apoio ao Brasil para recuperação do patrimônio cultural destruído em Brasília**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807847> Acesso

em: 02 de agosto de 2023.

PELEGRINI, S. C.A. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

**PRA ver a banda passar**: Possivelmente no início da década de 1940. [S. l.]: fotos antigas de Vitória da Conquista, 2023. Disponível em:

<https://fotosdevitoriaconquista.wordpress.com/tag/tiro-de-guerra/?blogsub=confirming#subscribe-blog>. Acesso em: 26 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **Decreto nº 18.918/2018**, regulamenta a Lei de Tombamento Municipal. Vitória da Conquista, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **Lei nº 2.209, de 20 de dezembro de 2017**. Autoriza permuta de bem imóvel público com particular, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/v/vitoria-da-conquista/lei-ordinaria/2017/221/2209/lei-ordinaria-n-2209-2017-autoriza-permuta-de-bem-imovel-publico-com-particular-e-da-outras-providencias/> Acesso em: 13 de set. de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **Lei nº 707, de 17 de maio de 1993**. Institui normas sobre tombamento de bens móveis e imóveis situados no território do Município e dá outras providências. Disponível em: <https://pelacidadeblog.wordpress.com/2016/03/30/leitombamento-municipal-70793/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **É de Conquista: terreno do antigo Clube Social vai se tornar um espaço público de lazer**. [S. l.], 2020. Infraestrutura Urbana. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/e-de-conquista-terreno-do-antigo-clube-social-vai-se-tornar-um-espaco-publico-de-lazer/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **Divisão de bairros conforme apresentado no Plano Diretor Urbano**. [S. l.: s. n.], 2006. Mapa cartográfico. Disponível em: [http://anais.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2840/pdf\\_80](http://anais.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2840/pdf_80). Acesso em: 25 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **Lei Municipal nº. 38 de 04 de agosto de 1964**, cria escolas e denomina escolas municipais já existentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **No dia Nacional do Patrimônio Histórico, Prefeitura reafirma compromisso com preservação da memória conquistense**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/no-dia-nacional-do-patrimonio-historico-prefeitura-reafirma-compromisso-com-preservacao-da-memoria-conquistense/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **Plano Estratégico de Vitória da Conquista-Volume VI –Diagnóstico do Patrimônio Histórico-Cultural, Paisagístico e Arqueológico-Salvador – Julho/2019**. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/pddu/produto-7-tomo-ii-relatorio-do-diagnostico-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-volume-vi-diagnostico-do-patrimonio-historico-cultural-paisagistico-e-arqueologico-2/Acesso em 25 de jan.2023>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **Projeto Político**

**Pedagógico**, 2022/2023. No prelo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **Referencial Curricular Municipal**. Anos Finais do Ensino Fundamental. Vitória da Conquista, 2020.

SANT'ANNA. M. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017.

SANTOS. M. **A metamorfose do espaço habitado fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS. M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed.2. reimp- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS. M. **O retorno do território**. OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> Acesso em: 22 de jun. de 2022.

SANTOS. M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed.2.reimp. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCIFONI, S. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25231> Acesso em: 22 de jun. de 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (BAHIA). **Atividade Complementar**. Salvador, Bahia: Secretaria Da Educação Do Estado Da Bahia, 2023. Disponível em:

[http://educadores.educacao.ba.gov.br/atividadecomplementar#:~:text=A%20Atividade%20Complementar%20\(AC\)%20se,de%20forma%20individual%20ou%20coletiva/](http://educadores.educacao.ba.gov.br/atividadecomplementar#:~:text=A%20Atividade%20Complementar%20(AC)%20se,de%20forma%20individual%20ou%20coletiva/). Acesso em: 25 ago. 2023.

SENA, F. **No Dia Nacional do Patrimônio Histórico, Prefeitura reafirma compromisso com preservação da memória conquistense**. PMVC (2022). Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/no-dia-nacional-do-patrimonio-historico-prefeitura-reafirma-compromisso-com-preservacao-da-memoria-conquistense/>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez,1986.

SILVA. A. L. D. **Monumentos comemorativos: registros de memórias**. Monografia do Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista-Ba.2001.

SOUSA, M. A. S. de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmicas, da ciência e da pesquisa**.6.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

**TIRO de Guerra**. [S. l.]: Exército Brasileiro, 2023. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/ingresso/servico-militar/>

/asset\_publisher/yHiw1SWkLQY6/content/tiro-de-guerra?inheritRedirect=false. Acesso em: 24 ago. 2023.

VEIGA, I. P. A. (org) **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. Texto extraído sob licença da autora e da editora do livro: 14 edição Papirus, 2002.

VOLNEI F.; ELTON H. M.; MAINARDI, E. Epistemologia para uma educação problematizadora: o diálogo como princípio mediador do conhecimento emancipador. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 04, n. 07, p. 93-111, jan./jun. 2021. Recebido em: 23/07/2021. Aprovado em: 15/08/2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/12816>. Acesso em 25 de Jan.2023.

WEINSTEIN, M. **Centro da cidade: questões de demolições e construções**. Bahia com história. Revista Eletrônica da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. Nº 4, ago 2016. Disponível em: <http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?artigos=803>. Acesso em: 22 de mai. de 2023.

WEINSTEIN, M. Cidade e Cultura: uma questão formativa. **Revista Extensão e Cidadania**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 9, p.79-95, dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/4601/3611>. Acesso em: 18 jun. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi-2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001.

#### ARQUIVOS PÚBLICOS CONSULTADOS

-Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

-Arquivo Público da Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista

-Arquivo da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa

## APÊNDICES

### Apêndice A — Questionário-Alunos

Roteiro

Link: <https://forms.gle/F5QYBUUuyXms2XPr8>

IDENTIFICAÇÃO
---------------

Ano/ Série:

Idade:

Turma:

Turno:

Bairro onde mora:

<b>PARTE I- RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO, CIDADE E ESCOLA.</b>
--

**1-** As casas, as ruas, os costumes na sua cidade são importantes, têm relevância para você?

Sim ( ) não ( )

( ) Não sei ( ) Não quero responder

**2-** Você acha que as casas, as ruas, os hábitos no lugar/cidade onde você mora compõem uma cultura que seria como um patrimônio da coletividade, da comunidade deste lugar/cidade?

Sim ( . ) Não ( )

( ) Não sei ( ) Não quero responder

**3-** Você considera a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa um patrimônio de Vitória da Conquista?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei ( ) Não quero responder

Justifique

**4-** Você conhece algum lugar que você considere como patrimônio por ter um valor especial para as pessoas que vivem na cidade?

( ) Sim, as casas, as praças, monumentos e os espaços antigos,

( ) Sim, tradições culturais, as festas comemorativas e religiosas.

( ) Não, minha cidade não tem patrimônio.

( ) Só existe patrimônio em cidades históricas conhecidas.

( ) Não sei

( ) Não quero responder



**5-** Você acha que o assunto da sua cidade e das coisas que fazem parte dela deveriam ser cuidados, preservados, inclusive como memória e história da sua cidade?

Sim  Não  Não sei  Não quero responder

Por que?

## PARTE II – OS USOS E AS PRÁTICAS NO CENTRO DA CIDADE

6. Você costuma ficar ou passear na rua antes ou depois da aula? Já observou o entorno da sua escola (casas, ruas, monumentos)? Comente.

Sim.  Não  Não sei  Não quero responder

7-Há algum lugar que tenha alguma relação com a história de Vitória da Conquista que você gostaria de conhecer? Onde fica? Por que se interessa por este lugar?

Sim.  Não  Não sei  Não quero responder

8. Você gostaria de estudar em outra escola? Por que?

Sim.  Não.  Não sei  Não quero responder.

9. A Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa é uma das escolas mais antigas de Vitória da Conquista, o que você sabe sobre a história deste lugar?

Não sei  Não quero responder

**10.** Você acha que o patrimônio de um lugar deve ser conservado e preservado?

Sim  Não  Não sei  Não quero responder

Por que?

## PARTE III – PROFESSORES, RECURSOS E PROCESSO DE FORMAÇÃO

**11.** Já participou de alguma ação, visita ou projeto sobre patrimônio cultural de Vitória da Conquista na escola?

Sim.  Não  Não sei  Não quero responder



**12.** Algum professor (a) já falou sobre a história da escola em que você estuda?

Sim.  Não  Não sei  Não quero responder

**13.** A forma como o professor desenvolve as aulas e atividades sobre patrimônio e cultura local contribui para o seu aprendizado?

Não  Sim.  Não sei  Não quero responder

De que forma?

**14.** Quais recursos os professores utilizam na sala de aula?  Livro didático

Apostilas

Datashow

Quadro branco e pincel

Outros \_\_\_\_\_  Não sei  Não quero responder

**15.** Para você, qual a importância das atividades culturais sobre patrimônio desenvolvidas na escola?

Desperta em mim o interesse em saber mais sobre a patrimônio cultural local e mundial.

Aprendo sobre cultura, o que me ajuda a entender mais sobre mim mesmo

São importantes para minha formação cultural e pessoal

Não acho importante.

Não sei

Não quero responder

Outros \_\_\_\_\_

**16.** Você acha que este é um assunto:

Muito importante  Importante  Sem importância  Não sei

**17.** Você considera este assunto:

Muito interessante  Interessante  Sem interesse para mim  Não sei

**18.** Você interpreta o texto da cidade, a partir de:

Estádios

Prédios

Árvores

Escolas

Praças ( )

Cinemas ( )

Ruas ( )

Centro da cidade ( )

Clubes ( )

Carros ( )

19. Na sua cidade, o que você destacaria como patrimônio cultural?

---

MUITO OBRIGADA!

### Apêndice B — Questionário para professores e funcionários

**Link:** <https://forms.gle/ByhW7WbhD2ehZRa78>

Apresentação:

Caros PROFESSORES,

Meu nome é Andressa Lima dos Santos. Sou mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino-PPGEN, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, e peço a participação de vocês na pesquisa que desenvolvo “EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A ESCOLA: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL CLÁUDIO MANUEL DA COSTA EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA”.

Neste estudo pretendemos analisar o cotidiano e a relação de alunos e professores do ensino fundamental com o lugar em que vivem, tendo como referência o patrimônio cultural da cidade.

#### Perfil sócio profissional

Cargo:

Formação:

Formação Complementar:

Disciplina que leciona:

Tempo de atuação como professor (a):

Tempo de atuação como docente nessa escola:

#### Educação patrimonial e escola

1 - O Patrimônio Cultural tem relevância para:  
a Cidade ( ) a escola ( ) o aluno ( ) a sociedade ( )  
a memória ( ) Não tem relevância ( ).

Por quê?

---

2- O Patrimônio Cultural, a memória e a história local são temas abordados na disciplina ministrada pelo senhor (a)? Se sim, de que forma?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei ( ) Não quero responder.

De que forma?

---

3- Você percebe o interesse dos alunos em participar destas atividades?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei ( ) Não quero responder.

4- Existe alguma ação, projeto ou oficina que envolva educação patrimonial na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei ( ) Não quero responder.

5- Caso tenha conhecimento de alguma ação, projeto ou oficina realizada na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa que envolveu educação patrimonial, comente.

( ) Não sei ( ) Não quero responder.

Comente.

---

6- A comunidade local participa das atividades culturais da escola?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei ( ) Não quero responder.

De que forma?

---

Metodologias e Recursos
-------------------------

7- Você já recebeu alguma formação pedagógica proposta pela Secretaria de Educação Municipal (SMED) sobre patrimônio cultural em Vitória da Conquista?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei ( ) Não quero responder.

Caso a resposta anterior seja SIM, como foi a experiência?

---

8- Houve desafios ou dificuldades para trabalhar com esse conteúdo? Se sim, pode descrever a

experiência?

Sim  Não  Não sei  Não quero responder.

Caso a resposta anterior seja SIM, como foi a experiência?

---

9-O livro didático, planos de curso dentre outros recursos de apoio mencionam ou contribuem para o ensino e aprendizado do patrimônio local?

Sim  Não  Não sei  Não quero responder

Caso a resposta seja SIM. Justifique.

---

Patrimônio e Cotidiano
------------------------

10- O que você compreende por educação patrimonial?

---

Não sei  Não quero responder

11- Você desperta o aluno sobre o local ou o entorno em que ele estuda?

Sim  Não  Não sei  Não quero responder

12- Já saiu a campo pela área externa da escola e ruas adjacentes e/ou do centro com os alunos, por algum motivo?

Sim  Não  Não sei  Não quero responder

Justifique.

---

13. Acredita que a situação do lugar pode contribuir com algum tipo de aprendizado?

Sim  Não  Não sei  Não quero responder

Quais?

---

14. Você acha que estudar o patrimônio cultural é importante para a formação dos alunos?

Sim  Não  Não sei  Não quero responder

Justifique.

---

Muito obrigada!!!